



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Elisani de Almeida Bastos

A IDADE CHEGA PARA TODAS AS PESSOAS? Interlocuções entre trans-identidade de gênero, envelhecimento e Serviço Social

Florianópolis
2022

ELISANI DE ALMEIDA BASTOS

A IDADE CHEGA PARA TODAS AS PESSOAS?

Interlocuções entre trans-identidade de gênero, envelhecimento e Serviço Social.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Patrícia Zucco.

Florianópolis, SC

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

BASTOS, Elisani de Almeida

A IDADE CHEGA PARA TODAS AS PESSOAS? : Interloquções
entre trans-identidade de gênero, envelhecimento e Serviço
Social. / Elisani de Almeida BASTOS ; orientadora, Luciana
Patrícia ZUCCO, 2022.

110 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Pessoas Trans. 3. Envelhecimento.
4. Trans-identidade de Gênero. 5. Pesquisa Bibliográfica.
I. ZUCCO, Luciana Patrícia. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.
III. Título.

Elisani de Almeida Bastos

A IDADE CHEGA PARA TODAS AS PESSOAS?

Interlocuções entre trans-identidade de gênero, envelhecimento e Serviço Social.

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e
aprovado por banca examinadora composta por:

Profe. Dre. Ale Mujica Rodriguez
Membre externe

Prof. Dra. Andrea Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que
foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Profª Drª Tânia Regina Krüger
Coordenadora do Curso

Profª Drª Luciana Patrícia Zucco
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2022.

*Dedico este trabalho ao povo brasileiro que
me concedeu o privilégio de estudar em uma
universidade pública, gratuita e de qualidade.*

AGRADECIMENTOS

Faz algum tempo que venho aprendendo a nomear os sentimentos e tenho aprendido que a gratidão é um sentimento genuíno e que vai muito além de um mero cumprimento, formalidade ou bons modos.

Agradeço, de coração.

Agradeço e registro que esta dissertação foi construída durante um período muito dolorido, de muitas perdas, que nos exigiu um processo de amadurecimento forçado e de busca por equilíbrio forçado, num período em que o mundo estava (e segue estando) um verdadeiro caos. Por isso, gostaria de agradecer, especialmente, à todas as pessoas que atuam na área da saúde que ficaram com a responsabilidade de salvar o mundo de uma pandemia, literalmente.

Além da dedicatória, agradeço imensamente ao povo brasileiro e rogo para que sempre tenhamos força para defender nossas políticas sociais, defender o pouco que temos e que seguem querendo nos querem tirar à força.

Agradeço à minha família e às minhas amigas que souberam encurtar as distâncias que o isolamento social nos exigiu e que também souberam respeitar meus momentos e necessidades de distanciamento e dedicação aos estudos, mesmo quando o convívio já poderia ser retomado.

Ao meu companheiro, agradeço o cuidado, proteção e paciência. Tudo que eu mais desejo é que sejamos saudáveis, felizes e que a vida seja sempre nos seja boa e gentil .

Meu muito obrigada, à banca examinadora pela disponibilidade e gentileza. Obrigada por acompanhar o meu processo e por suas contribuições generosas.

Agradeço ao PPGSS e ao NUSSERGE pelo suporte, orientações e partilhas.

Por fim, meu muito obrigada à minha orientadora, Profa. Luciana Zucco, pelo acolhimento e dedicação nessa trajetória que iniciamos juntas desde a minha graduação. Minha admiração e respeito.

Agradeço, de coração!

“É esse desafio que faz a vida digna de ser vivida”

Letícia Lanz, 2016.

RESUMO

O envelhecimento é um fator populacional que vem aumentando significativamente no Brasil e no mundo. Quando combinado a marcadores sociais, como gênero, classe, raça/etnia, território e outros, o envelhecimento pode estar relacionado a vulnerabilidades múltiplas. Neste sentido, apresentamos pessoas trans idosas (travestis, transexuais, transgêneras, não-binárias) como um grupo populacional exposto a um complexo processo de vulnerabilização, especialmente, pelas relações sociais estruturadas na desigualdade de gênero, cujas expressões mais evidentes são a desumanização e a produção de invisibilidade, que refletem em escassez de políticas de proteção social, conjuntura de violência transfóbica e baixa expectativa de vida. Nos parâmetros legais brasileiros são consideradas idosas aquelas pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, as quais a expectativa de vida é de aproximadamente 72 anos, em contrapartida, a expectativa de vida das pessoas trans no Brasil é de aproximadamente 35 anos de idade. Para entender esta realidade, nesta dissertação analisamos a produção de conhecimento acerca das especificidades do envelhecimento de pessoas trans e estabelecemos interlocuções com o Serviço Social através de pesquisa bibliográfica sistematizada. Como metodologia para a coleta de dados, organização e discussão dos resultados, utilizamos análise de conteúdo, tendo como referência marcos legais e conceituais utilizados no campo dos estudos de gênero e transfeminismos. A produção acadêmica brasileira e dos demais países de língua portuguesa se mostrou incipiente, entretanto, a literatura estrangeira em idioma inglês revelou que o envelhecimento da população trans é um tema que vem se consolidando nos últimos anos, tanto no campo conceitual, quanto nas políticas públicas e na área de abrangência do Serviço Social.

Palavras-chave: Pessoas Trans; Envelhecimento; Trans-identidade de Gênero; Serviço Social.

ABSTRACT

Aging is a population factor that has been increasing significantly in Brazil and worldwide. When combined with social markers, such as gender, class, race/ethnicity, territory and others, aging may be related to multiple vulnerabilities. In this sense, we present elderly transgender people (transvestites, transsexuals, transgenders, non-binary) as a population group exposed to a complex process of vulnerability, especially by social relations structured on gender inequality, whose most evident expressions are dehumanization and the production of invisibility, which reflect in the scarcity of social protection policies, conjuncture of transphobic violence and low life expectancy. According to Brazilian legal parameters, elderly people are considered to be those aged 60 years old or more, whose life expectancy is approximately 72 years old; in contrast, the life expectancy of trans people in Brazil is approximately 35 years old. To understand this reality, in this dissertation we analyze the production of knowledge about the specificities of aging of trans people and establish interlocutions with Social Work through systematized bibliographic research. As methodology for data collection, organization and discussion of results, we used content analysis, having as reference legal and conceptual frameworks used in the field of gender studies and transfeminism. The academic production in Brazil and in other Portuguese-speaking countries was incipient, however, the foreign literature in English language revealed that trans population aging is a theme that has been consolidating in recent years, both in the conceptual field, in public policies, and in the field of Social Work.

Keywords: Trans People; Aging; Transgender Identity; Social Work.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1 – Representação gráfica de interseccionalidade

Figura 2 - Representação gráfica do corpus da pesquisa

Gráfico 1 – Assassinatos de pessoas trans e gênero-diversas

Gráfico 2 - Produção Bibliográfica (2004-2019)

Gráfico 3 - Publicações por país (2004-2019)

Tabela 1 - Lista dos trabalhos selecionados

LISTA DE SIGLAS

ADEH - Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade

ADO - Ação Direta de Constitucionalidade por Omissão

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

AIDS - Acquired Immunodeficiency Syndrome (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)

BASW - British Association of Social Work (Associação Britânica de Serviço Social)

BDBTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BVS - Biblioteca Virtual em Saúde

CAFe - Comunidade Acadêmica Federada

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CID - Código Internacional de Doenças

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DeCS - Descritores em Ciências da Saúde

DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis

DOI - Digital Object Identifier System (Sistema de identificação de objetos digitais)

EUA - Estados Unidos da América

FR - República Francesa

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

HIV - Human Immunodeficiency Virus (Vírus da Imunodeficiência Humana)

HV - Hepatites Virais

IAASW - International Association of Schools of Social Work (Associação Internacional de Escolas de Serviço Social)

IFSW - International Federation of Social Workers (Federação Internacional de Assistentes Sociais)

ILPI - Instituição de Longa Permanência para Pessoa Idosa

IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

MEC - Ministério da Educação

MeSH - Medical Subject Headings

MI - Mandado de Injunção

NCTE - National Center for Transgender Equality (Centro Nacional pela Igualdade Trans)

ONG - Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

RNP - Rede Nacional de Pesquisa

SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade

STF - Supremo Tribunal Federal

SUS Sistema Único de Saúde

TGEu - Transgender Europe

TGNC - Transgender and Gender Nonconforming

VPN - Virtual Private Network (Rede Privada Virtual)

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. JUSTIFICATIVA	28
3. OBJETIVOS	35
3.1. Objetivo geral	35
3.2. Objetivos específicos	35
4. METODOLOGIA	36
4.1. Percurso metodológico	36
4.2. Limitações do estudo	40
4.3. Definição dos descritores	40
4.4. Critérios de inclusão e exclusão	43
4.5. Operacionalização da análise	45
5. NECROPOLÍTICA E CURSO DE VIDA DAS PESSOAS TRANS	47
5.1. Infância e Juventude	52
5.2. Vida adulta e velhice	57
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	65
6.1. Guarda-chuva Trans: o que é e o que não é?	82
6.2. Saúde e Seguridade Social	85
6.3. Serviço Social: aproximações para um debate necessário	93
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	100

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, houve um aumento da expectativa de vida no Brasil e no mundo. De acordo com as “Perspectivas Mundiais da População 2019”, da Organização das Nações Unidas (ONU, 2019), a média global da expectativa de vida aumentou de 64,2 anos de idade, em 1990, para 72,6 anos de idade, em 2019. As projeções da ONU (2019) indicam que a expectativa de vida deve aumentar ainda mais nos próximos anos. Esta publicação nos mostra que a parcela da população com idade acima de 65 anos é a que mais cresce no mundo e que esse crescimento não pode ser analisado de maneira isolada, pois está relacionado a diversos marcadores sociais (SIQUEIRA, 2004; ANTUNES, 2010).

Por este motivo, o envelhecimento passou a ser foco de estudos e alvo de políticas públicas (BRASIL, 2003; ONU, 2019). Envelhecer está atrelado a aspectos biológicos, sociais e culturais, e está diretamente relacionado a fatores como classe, raça/etnia e gênero, que, entre outros, condicionam e/ou determinam a saúde e a qualidade de vida¹ dos diversos grupos populacionais (BRASIL, 2014).

A legislação brasileira define como pessoa idosa “as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (BRASIL, 2003, n.p.), o que atualmente representa cerca de 13% da população do país ou aproximadamente 28 milhões de pessoas (IBGE, 2019; ONU, 2019). Envelhecimento não é sinônimo de doença, mas a velhice pode trazer mudanças fisiológicas, emocionais e sociais, que, por sua vez, podem tornar as pessoas mais vulneráveis².

Neste sentido, pessoas trans (transexuais, travestis, transgêneras, não-binárias) representam um grupo populacional em processo de vulnerabilização, especialmente no Brasil. Isto porque, a expectativa de vida da população brasileira, no geral, é de 76,3 anos de idade

¹ Conforme definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), “qualidade de vida é a percepção individual sobre sua posição (dele/dela) na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele/ela vive e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (OMS, 1994, p. 43, tradução nossa).

² Este termo foi empregado com base no conceito de “vulnerabilidade social” discutido por Oliveira (1995), que considera aspectos que vão além da questão econômica, envolvendo também questões relativas à cultura, gênero, raça e etnia. Para o autor, a vulnerabilidade social é uma condição de impossibilidade (momentânea ou prolongada) de acessar bens e serviços caracterizados como direitos sociais. Tal condição compromete o exercício da cidadania, repercutindo na qualidade de vida das pessoas.

(IBGE, 2019)³, enquanto a expectativa de vida das pessoas trans apontada por alguns autores é de aproximadamente 35 anos de idade (ANTUNES, 2010; TGEu, 2017; ANTRA, 2017, 2018, 2019).

No contexto brasileiro, o termo mais usual para se referir a pessoas trans é transexualidade, tendo como referência a ideia de que pessoas trans - transexuais - estariam atravessando as designações de sexo/gênero. Estas discussões estão no campo dos estudos de gênero, pois denotam que os papéis de gênero⁴ na sociedade são construídos historicamente e produzem subjetividades. Muitas vezes, naturalizam discursos e práticas, uma vez que o gênero é “um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1990, p. 23).

A sociedade está fundamentada na ideia de binarismo de gênero, com papéis demarcados para homens e mulheres e, por conseguinte, masculinidade e feminilidade, ancorados nos aspectos biológicos e diferenciações embasadas no dimorfismo sexual. Tais características pressupõem uma “determinação natural de conduta”, naturalizando a construção do gênero e da sexualidade e posicionando os corpos e a vida das pessoas de acordo com as supostas disposições sociais (BENTO, 2008, p. 17). Deste modo, pessoas trans⁵ representam identidades de gênero ou trans-identidades de pessoas que se identificam com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído no nascimento e/ou diferente do sexo/gênero biologicamente designado. Ademais, pessoas trans contrastam com “[...] traços estruturantes das verdades para gêneros, para as sexualidades e subjetividades. Nessa experiência, o que nos constitui é revelado com tons dramáticos que são analisados pelos protocolos médicos como enfermidades” (BENTO, 2009. p.111).

³ Dados do IBGE referentes ao ano de 2018.

⁴ Os papéis de gênero correspondem a papéis sociais que envolvem uma série de comportamentos, normas e lugares relacionados ao sistema masculino-feminino ou homem-mulher e incidem nas relações de produção e reprodução da vida social. Em contrapartida, defendemos a importância do rompimento com essa perspectiva, abordando o gênero como categoria de análise, que compreende complexas e infinitas possibilidades de existir através de identidades, expressões e performatividades.

⁵ Comumente, busca-se na etimologia das palavras a justificativa para confirmar que *trans*, prefixo derivado do *latim*, significa: “além de, para além de, troca de, através [...]”; (redução de transexual e de transgênero); *adjetivo de dois gêneros e dois números e substantivo de dois gêneros e dois números*; **1. Transexual.** *adjetivo de dois gêneros e de dois números*; **2. Transgênero**”. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [on-line], 2008-2020. Disponível em <[https://dicionario.priberam.org/trans->](https://dicionario.priberam.org/trans-) Acessado em 10/05/2020.

No contexto das ciências da saúde se convencionou o uso do termo transgênero, entendendo que o conceito estaria atrelado à identidade de gênero e aos aspectos de como as pessoas se apresentam e de como se sentem, não necessariamente ligado ao sexo-genital:

[...] pessoas que possuem senso de identificação com (e a expressão de) comportamentos regulados pelo gênero não associado tipicamente ao sexo anatômico identificado ao nascimento associado (ou não) a um desejo de se submeterem a PROCEDIMENTOS DE READEQUAÇÃO SEXUAL (DeCS, 2017, n.p.).

Os conceitos de identidade de gênero e sexualidade podem variar de acordo com o referencial adotado. Aqui, estes termos não estão referenciados pelo sexo biológico, mas sim entendidos como categorias fluidas que abarcam as subjetividades individuais e coletivas das pessoas.

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. (BUTLER, 2003, p. 25).

O binômio sexo/gênero não é uma categoria fixa, é algo socialmente construído, em um processo histórico que engloba novas leituras teóricas, perspectivas ideológicas e significados sociais. Butler (2003) aponta que as expressões de gênero e sexualidade transcendem o caráter discursivo e implicam em performatividades que não apenas nomeiam os sexos, mas regulam as vidas e os corpos. Compreendemos que a obra de Butler (2003, 2004, 2018, 2019) nos oferece subsídios para as discussões acerca das identidades de gênero diversas e para demarcar a autoidentificação das pessoas trans, sendo que, por vezes, utilizamos a ideia de trans-identidades de gênero.

Desse modo, o termo pessoas trans é utilizado como guarda-chuva para abarcar as diferentes identidades de gêneros ou trans-identidades, como as travestis, transexuais, transgêneras, pessoas não-binárias e todas aquelas que transcendem às categorias (performatizam e experienciam a vida generificadas) fixadas pela norma. Esta classificação pretende abranger diferentes terminologias relacionadas às identidades de gênero, que compreende identificar-se por um gênero diferente daquele que lhe foi designado ao nascimento, diferente do sexo biológico (BENTO, 2009; JESUS, 2012).

Optamos pela escolha do termo pessoas trans por estar mais próxima de um termo neutro, a fim de priorizar uma “linguagem inclusiva de gênero” (CALDAS-COULTHARD, 2020; FRANCO; CERVERA, 2006). Apesar de ser bastante difundida, é importante pontuar que na realidade brasileira, as categorias transexuais e travestis são marcadas por disputas identitárias que reivindicam legitimidade no movimento social LGBT⁶ e nas políticas públicas, desafiando tanto a concepção de binarismo de gênero quanto a ideia de generalização ou relativização.

A generalização pode ser um fator limitante nesta discussão, por isso, destacamos a importância de incluir e respeitar as diferentes identidades e a autoidentificação das pessoas, que podem compor identidades trans que nem sempre estão explícitas no texto, apesar de compartilharem características e/ou experiências de vida em comum. Mais uma vez, pontuamos que a discussão sobre pessoas trans está atravessada pelo debate sobre as identidades e sexualidades, e entendemos que deva ser observada a partir de uma leitura crítica de normatividade ou normalidade (FOUCAULT, 2019, 1993; BUTLER, 2003, 2004; JESUS, 2012, 2012a).

Para Santos e Oliveira (2010, p. 12):

A relevância social dos estudos e das lutas neste campo, dentre outros aspectos, consiste na articulação de diferentes dimensões da vida social para compreender como a subordinação da **mulher** e dominação **masculina** foram historicamente construídas, buscando incorporar as dimensões subjetivas e simbólica de poder para além das fronteiras materiais e das confirmações biológicas (grifo nosso).

Desse modo, foram construídos conceitos difundidos ao longo do tempo, que servem de referência para marcos legais e históricos acerca da transexualidade/transgeneridade. Segundo o Glossário da ONU, Livres e Iguais, “transgênero/trans” é:

um termo empregado para descrever uma variedade ampla de identidades de gênero cujas aparência e características são percebidas como atípicas - incluindo pessoas transexuais, travestis, cross-dressers e pessoas que se identificam como terceiro gênero. Mulheres trans se identificam como mulheres, mas foram designadas como homens quando nasceram, homens trans se identificam como homens, mas foram

⁶ Mais do que a abreviatura para Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais, esta sigla representa um momento social plural e diverso, que diz respeito às múltiplas orientações sexuais e identidades de gêneros. Ademais, os movimentos sociais tem incorporado as letras LGBTQIA+, incluindo Queers, Intersexuais, Assexuais, entre outras, que estão sendo discutidas e carecem de publicações a respeito. Dessa forma, convencionou-se utilizar a sigla simplificada LGBT e a utilizaremos aqui para fazer referência literal ao termo utilizado nas políticas públicas, mas destacamos a importância de avançar nas discussões e na promoção da visibilidade dos diversos grupos sociais.

designados mulheres quando nasceram e outras pessoas trans não se identificam de modo algum com o aspecto binário de gênero. Algumas pessoas transgêneras querem passar por cirurgias ou por terapia hormonal para alinhar o seu corpo com a sua identidade de gênero; outras não. (Disponível em <<https://www.unfe.org/pt-pt/definitions/>> Acessado em 20/04/2020).

Pessoas trans representam expectativas de atuação e performatividade, ou seja, as experiências de vida das pessoas trans estão inscritas no trânsito do que se espera dos gêneros. Padrões de comportamentos, códigos de vestimentas e modificações corporais, como hormonização ou procedimentos de redesignação sexual, são inferências simbólicas do processo de produção de efeitos identitários (BUTLER, 2003). Por outro lado, as experiências de vida das pessoas trans “demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas” (BENTO, 2008, p. 38). Esta observação confronta a linguagem simbólica que permeia as representações sociais e os modos de vida, e demarca valores morais e éticos que consolidam saberes e opiniões. Através desses valores que circulam na sociedade é que se constroem conceitos para nomear e imprimir - problemáticas - noções de normalidade vinculadas a estereótipos e estigmas⁷ em todas as fases da vida.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar a produção de conhecimento sobre as especificidades do envelhecimento de pessoas trans e suas interlocuções com o Serviço Social. Para tanto, discutiremos a relação entre as trans-identidades de gênero, envelhecimento e Serviço Social a partir da pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica sistematizada e análise de conteúdo. O levantamento de dados foi realizado no período compreendido entre março de 2020 a junho de 2020, nas principais bases de dados (*Scielo*⁸, *Scopus*⁹, *Web of Science*¹⁰,

⁷ A categoria estigma é descrita por Erving Goffman, em sua obra intitulada *Stigma notes on the management of spoiled identity*, publicada em 1963, como um atributo profundamente desacreditador, a partir de uma linguagem de relações entre a normalidade e o valor do ser humano. O autor argumenta que nem todos os atributos indesejáveis são estigmas, mas apenas aqueles incongruentes com o nosso estereótipo de como deve ser determinada pessoa ou grupo. Portanto, o estigma pode levar à discriminação daqueles indivíduos que possuem estes atributos, bem como, os estereótipos negativos podem se associar com atributos estigmatizantes. (GOFFMAN, 1963).

⁸ <https://scielo.org/>

⁹ <https://www.scopus.com/>

¹⁰ <https://clarivate.com/webofsciencegroup/solutions/web-of-science>

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações¹¹ e Biblioteca Nacional Digital¹²), que contam com artigos, revistas, dissertações, teses e outros materiais científicos indexados. Para organização dos resultados e discussões utilizamos como metodologia a análise de conteúdo. Esta, possibilitou identificar categorias transversais a este campo temático da produção de conhecimento que trata das trans-identidades de gênero e envelhecimento. E, a partir da análise, tendo como referência marcos legais e conceituais, estabelecer uma relação com o Serviço Social como profissão e área do conhecimento.

O Serviço Social caracteriza-se como uma profissão de caráter interventivo, inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, orientada pela Lei de Regulamentação 8662/1993 e demais resoluções do Conselho Federal (CFESS), especialmente, Resolução CFESS Nº 273 de 13 março de 1993 que institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e dá outras providências. A atuação profissional se dá nas mais diversas expressões cotidianas da questão social, sendo esta um:

[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

Tais expressões podem ser traduzidas, dentre outras situações, pela violência, fome, pobreza, desemprego, analfabetismo, dificuldade de acesso a bens e serviços. Portanto, a ação profissional está voltada para a promoção do acesso aos direitos sociais, bem como para o planejamento, implementação e operacionalização de políticas que atendam às demandas populacionais.

Além disso, a dimensão intelectual do Serviço Social o qualifica como um campo conceitual particular das Ciências Sociais Aplicadas, sendo tal dimensão enfatizada nesta dissertação. Em âmbito nacional, seu reconhecimento e legitimação se dá pelas “agências de regulação e fomento à pesquisa e pós-graduação (CNPq, Capes e Finep), e do comprovado desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação *stricto sensu* na área” (MOTA, 2013, p.18).

Mota (2013), segue afirmando que o Serviço Social:

¹¹ <https://bdtd.ibict.br/>

¹² <https://bndigital.bn.gov.br/>

adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão (MOTA, 2013, p. 18).

Ressaltamos que a saúde se apresenta como importante espaço, dentre outros, da produção de conhecimento e do exercício profissional, este assim reconhecido pelas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde 218/97 e Conselho Federal de Serviço Social 383/99. No decorrer da pesquisa foi possível identificar a relação entre a saúde e a profissão, dado que a maioria dos textos encontrados tratam do tema e de sua transversalidade, com um predomínio da abordagem técnico-operativa, interventiva e até mesmo terapêutica. Os conhecimentos teóricos e práticos abordam diversas questões e se relacionam com as mais variadas políticas sociais, contribuindo para ampliar o entendimento sobre as condições de bem-estar físico, mental e social. Inclusive, transversalidade é um dos princípios da Política Nacional de Humanização de Saúde brasileira (BRASIL, 2008), em grande parte porque, em se tratando de direitos sociais, a saúde é a que mais avançou ao contemplar as especificidades das pessoas trans e foi a mais inclusiva na construção coletiva de legislações e regimentos em parceria com os movimentos sociais.

O **princípio da transversalidade** vem justamente propor o desafio do diálogo entre as fronteiras do saber e poder, de uma permanente e cooperativa reinvenção das linhas dessas fronteiras, em que se criem novos modos de se produzir saúde e, portanto, da produção de novos sujeitos (PEDROSO; VIEIRA, 2009, p. 697).

Os conceitos que relacionam o Serviço Social e a dimensão da saúde à vida das pessoas trans são explorados com mais profundidade na seção que trabalha os dados da pesquisa. Por hora, como nota introdutória, apresentamos o conceito de saúde como uma dimensão complexa, que se refere a um completo estado de bem-estar, físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças (OMS, 1946). Na perspectiva ampliada, consideram-se aspectos culturais, sociais e econômicos das situações de saúde apresentadas, para além dos sinais e sintomas físicos ou do enfoque biomédico, e prevê atenção nos campos da prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 1990). Esta compreensão informa a política de saúde, que é viabilizada por um conjunto de programas, ações e serviços que constituem direito fundamental da pessoa humana.

No que se refere à saúde e bem-estar, uma série de atravessamentos perpassa o envelhecimento das pessoas trans e suas trajetórias de vida, e não se trata de somar o gênero e o etarismo à classe ou a outros marcadores, “mas perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão” (SAFFIOTI, 2004, p.15). Na complexificação das relações, estão os vários atravessamentos (intersecções) que nos permitem constatar que “não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades” (SAFFIOTI, 2004, p.15).

A transexualidade, travestilidade, transgeneridade e não-binariedade (trans-identidades), combinadas ao envelhecimento, abrangem características e vivências orientadas pelos parâmetros sociais, bem como culturais, como expressa João W. Nery, em sua autobiografia “Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois” (NERY, 2011, p. 4):

[...] o desejo de adotar temporária ou permanentemente, o comportamento e os atributos sociais de gênero (masculino ou feminino), em contradição ao sexo genital. Em alguns casos, este será o travestimento ocasional. Em outros, as pessoas podem viver alternadamente com duas identidades sociais, masculina e feminina. Ou assumir uma posição intermediária, o gênero não marcado. Ou viver plenamente no tipo de sexo oposto.

Em se tratando do envelhecimento das pessoas, este se caracteriza como um processo multifatorial, com diferentes dimensões que envolvem, entre outros, aspectos físicos, biológicos e sociais. Sobre a velhice, de um modo geral, paira a naturalização de rótulos e estigmas, conforme aponta Nobre (*et al.*, 2017, p. 70):

Nessa perspectiva, a velhice é produzida como sinônimo de doenças, isolamento, abandono e improdutividade, articulando-a com aspectos como a idade cronológica e as relações do trabalho. Imbricada a essa ideia, temos, ainda, a aposentadoria como marco do envelhecimento, que remete e situa o idoso à condição de inativo.

No entanto, a velhice se traduz em um processo diverso e heterogêneo, que não representa necessariamente os mesmos sentidos e vivências para todas as pessoas e sociedades. O envelhecimento, o curso de vida e a expectativa de vida não são os mesmos quando comparamos pessoas trans aos demais grupos sociais. Como especificidades, podemos citar os impactos das modificações corporais - uso de silicone industrial e hormonização; políticas de proteção social: retificação de documentos e respeito a autodeterminação; relações sociais, institucionais e familiares -, bem como, o impacto da violência - LGBTfobia; mercado de trabalho, prostituição e exposição às infecções sexualmente transmissíveis (IST), HIV, AIDS e

hepatites virais (HV); entre outros aspectos que incidem diretamente no gozo à vida, no acolhimento de suas vivências, afetos e devires, e no acesso a bens, serviços e direitos sociais.

O interesse pelo tema (pessoas trans, envelhecimento e produção bibliográfica do Serviço Social) se deu a partir de minha experiência profissional¹³ na Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH) e na Estrela Guia - Associação em Prol da Cidadania e dos Direitos Sexuais, com as quais mantive vínculo de 2014 à 2018, atuando como assistente social e membro do conselho consultivo, respectivamente¹⁴. Ambas as instituições são denominadas Organizações Não-Governamentais (ONG), situadas em Florianópolis/SC, e representam iniciativas dos movimentos sociais, especialmente, de travestis e transexuais. Estas instituições tem como objetivo acolher e responder às demandas da população trans, uma vez que suas especificidades não estavam cobertas pelas políticas públicas e pelos serviços socioassistenciais. Além disso, várias das minhas amigas, colegas de trabalho e pessoas atendidas por estas ONGs são pessoas trans, que a todo momento evidenciam a necessidade de ações mais efetivas de enfrentamento às vulnerabilidades, como a discriminação e a exclusão social, sobretudo, no acesso aos direitos sociais.

As adversidades enfrentadas no campo profissional me motivaram a discutir o desafio do acesso universal de pessoas trans à política de saúde no meu trabalho de especialização em Saúde Coletiva (PPGSC/UFSC), em 2015¹⁵. Durante aquela pesquisa, surgiram uma série de incômodos, os quais pretendo aprofundar com a dissertação. A partir de então, o envelhecimento da população trans passou a ser meu tema de estudo, que começou a tomar forma e objetivo em um desafio de repensar subjetivamente abordagens teóricas, perspectivas e práticas profissionais. Dentre as questões que se apresentaram, destaco a baixa expectativa de vida das pessoas trans e o risco iminente de morte precoce em função das violências. Nesse sentido, questiono: Como a literatura do Serviço Social aborda o envelhecimento das pessoas

¹³ Escrevo aqui em primeira pessoa apenas para apresentar o interesse pelo tema e a relação com minha trajetória de vida. No decorrer da dissertação a escrita será feita no plural, por entender que a mesma é fruto de um trabalho coletivo.

¹⁴ As ações desenvolvidas nestas instituições tinham por objetivo a defesa e a promoção dos direitos humanos de mulheres, LBGTs e profissionais do sexo. O trabalho estava voltado a grupos e segmentos sociais, relativos ao gênero, identidade de gênero e orientação sexual, promovendo ações intersetoriais de socialização, inclusão, integração e promoção social nos campos da educação, cidadania, saúde e sócio-jurídico (ADEH, 2014; ESTRELA GUIA, 2016).

¹⁵ BASTOS, Elisani de Almeida. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais e o desafio da universalidade na cidade de Florianópolis/SC. **Trabalho de Conclusão de Curso. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva**. Florianópolis, UFSC: 2015.

trans? E como figura o processo de envelhecimento na literatura do Serviço Social, ou seja, como a profissão se apropria dessa discussão? É possível comparar a realidade brasileira com outros países?

Cabe destacar a dificuldade de acesso a dados demográficos oficiais que remetam às condições de vida das pessoas trans no Brasil. O levantamento de dados e demandas dessa população vem sendo realizado por iniciativas voluntárias e possuem limitações regionais, pois, muitas vezes, estão ligadas a projetos de pesquisas ou a iniciativas independentes de ONGs, por exemplo. Para suprir esta demanda recorrente, em 2016, foi anunciado pelo então presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a pretensão de realizar o primeiro levantamento nacional sobre a população LGBT do país¹⁶, porém, o Censo populacional que está em andamento não conta com campos para perguntas sobre a identidade de gênero ou orientação sexual em seus questionários¹⁷.

Em certa medida, as políticas públicas são pensadas com base nas demandas e números aparentes e a falta de recenseamento demográfico revela o lugar destinado às pessoas trans no que se refere aos direitos sociais, e implica no desconhecimento de suas especificidades. Além disso, parte significativa das publicações sobre pessoas trans estão situadas na área da saúde e estão relacionadas à ISTs, HIV, AIDS e HV. Em geral, essa abordagem se justifica ao relacionar pessoas trans com o trabalho sexual e, ainda, está atrelada ao fato de que, politicamente, pessoas trans estão inseridas no mesmo grupo em que lésbicas, gays e bissexuais, compondo a sigla LGBT. Esta visão carrega consigo as representações sociais que correspondem a um olhar estigmatizado destes grupos (SIQUEIRA, 2004; ANTUNES, 2010; NOGUEIRA, 2013; BATISTA, 2017).

Tanto as políticas públicas quanto os protocolos de saúde voltados às pessoas trans estão orientados pelo padrão de comportamento binário e normativo (BUTLER, 2003; BENTO, 2009). Em atenção a este ponto, no movimento de me distanciar das armadilhas de leituras

¹⁶ Notícia veiculada na versão *online* do Jornal Folha de São Paulo, intitulada “IBGE pretende fazer primeira pesquisa nacional sobre população LGBT” (assinada pela jornalista Mônica Bergamo, em dezembro de /2016). Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/12/1838027-ibge-pretende-fazer-primeira-pesquisa-nacional-sobre-populacao-lgbt.shtml>> Acessado em 21/03/2020.

¹⁷ Os questionários estão disponíveis na página institucional e possibilitam apenas identificar relacionamentos homoafetivos, pois consta somente uma única pergunta referente à “relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pelo domicílio”, sendo uma das opções: “cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo”. (IBGE, 2020, n.p.) Disponível em: <<https://censo2020.ibge.gov.br/sobre/questionarios.html>> Acessado em 21/03/2020.

simplistas e visões equivocadas, me pergunto se *este é meu lugar de fala?* Como ponto de partida, registro que não há pretensão de falar por pessoas trans. Compreendo que as relações sociais são complexas e interdependentes e, por este motivo, ações individuais podem impactar diretamente na vida de uma pessoa ou de um coletivo. Este entendimento está presente nos princípios éticos fundamentais do Serviço Social, quando prevê "empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças" (CFESS, 1993).

Por fim, é esperado que as pessoas utilizem seus espaços de privilégios para contribuir com a construção de uma cultura de inclusão e promoção do protagonismo de grupos socialmente vulnerabilizados. Portanto, o envelhecimento das pessoas trans e o processo de vulnerabilização deste grupo social podem ser entendidos como uma das problemáticas de responsabilidade de toda a sociedade. Todas as pessoas podem contribuir para abrir possibilidades de diálogo e se engajar na tentativa de construir uma sociedade menos racista, preconceituosa e transfóbica (MANICA; FLEISCHER, 2020).

Como dito anteriormente, há um processo histórico de vulnerabilização e exclusão social que invisibiliza e afasta o protagonismo de pessoas trans, sobretudo, falando sobre suas próprias experiências. Este quesito é perceptível quando pensamos na falta de pessoas trans nos espaços de representatividade, nos lugares que frequentamos, filmes que assistimos e - por que não dizer? - nos textos sobre transexualidade que estudamos. É perceptível não apenas a exclusão, mas a repercussão das imagens estereotipadas que circulam no imaginário social. Os papéis de gênero, por exemplo, são construídos a partir de um sistema patriarcal que estabelece estruturas e hierarquias, além de constituir relações de poder e um sistema ideológico e necropolítico que se materializa na vida e nos corpos das pessoas (FOUCAULT, 2008; MBEMBE, 2019).

Esta dissertação tem o Serviço Social como principal área de concentração, no entanto, a apresentamos como uma pesquisa interdisciplinar, na qual se encontram diversas áreas do saber. A seguir, discutiremos os processos de vulnerabilização e precarização da vida de pessoas trans que justificam este estudo, para, então, abordarmos os objetivos, a metodologia, o caminho percorrido para coleta, organização e análise dos dados, bem como os resultados.

Para subsidiar a análise e discussão, no primeiro capítulo, apresentamos elementos teóricos que versam sobre tecnologias de poder e controle da vida e morte de pessoas trans. À

continuidade, apresentamos a necropolítica e a desenvolvemos como conceito central na perpetuação de desigualdades. Por fim, apresentamos os resultados seguidos de discussão qualitativa que evidencia a ausência de produções que contemplem o envelhecimento das pessoas trans na literatura brasileira e demais países de língua portuguesa, e que se contrapõe às crescentes publicações na literatura estrangeira em idioma inglês.

2. JUSTIFICATIVA

*(...) Bem que eu te avisei!
Vou mandar a real
Sabe a minha identidade?
Nada a ver com genital!*

Trecho da música "Pirigoza", Mc Linn da Quebrada.

A sociedade está constituída sob a norma que incide em todos os aspectos da vida social. No que se refere à gênero e sexualidade, a ideia de normatividade demarca os papéis destinados a homens e mulheres, bem como a ideia de masculinidade e feminilidade (BUTLER, 2003; BENTO, 2008). O aparato social, as organizações, as instituições e o sistema jurídico-legal se integram e reforçam:

cada vez mais, contínuos aparelhos (médicos, administrativos, etc.), cujas funções são, sobretudo, reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida (FOUCAULT, 2019, p. 156).

As tecnologias de poder repercutem nas estruturas sociais, constroem hierarquias e evidenciam disputas em torno do sexo/gênero, tanto como disciplina, quanto como regulação dos corpos e modos de vida. Este conceito nomeado por Foucault como biopolítica utiliza-se de saberes e práticas que, entre outras coisas, “permitem gerir as taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, aumento da longevidade” (FURTADO; CAMILO, 2016), e nos fazem questionar: Quais vidas valem a pena? Quais vidas merecem ser vividas?

Segundo Scott (SCOTT 1990, p. 21), o que é relativo ao gênero “é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Neste sentido, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais e está baseado nas diferenças percebidas entre os corpos e os modos de vida (generificados). A transexualidade, travestilidade, transgeneridade, não-binariedade e tudo aquilo que se caracteriza pelo conflito às normas de gênero:

são experiências de vida identitárias, que possuem um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade entre os corpos [...] As normas de gênero definirão o considerado real, delimitando o campo no qual se pode conferir a humanidade entre os corpos (BENTO, 2008, p. 19-20).

No campo das relações sociais, confere-se às pessoas trans o *status* de sujeitas desprovidas de humanidade, sujeitas à falta de autonomia, que constituem “através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, ‘dentro’ do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio” (BUTLER, 2019, p. 156).

A abjeção está presente, especialmente, no modelo relacional ou na aceitação da expressão de gênero ou expressão das identidades, que, por sua vez, estão baseadas no modo como as pessoas se apresentam. Ou seja, como se expressam, como se vestem, como andam ou até mesmo como falam. A aceitação da “performance” implica na impugnação do corpo ideal, seguido de roupas ideais, linguagem e padrões de comportamento que materializam e dão forma à aparência (corporifica) e, ao mesmo tempo, comunica e expressa como possível a existência de (outras) pessoas e (outros) modos de vida (BUTLER, 2003).

A abjeção passa pela construção social do outro na medida em que as identidades de gênero não se definem em si mesmas, mas sim nas relações de gênero estabelecidas por meio do padrão normativo que sustentam um sofisticado sistema de opressão. A ideia do outro aplicado às relações de gênero foi debatida por Simone de Beauvoir na obra “O segundo sexo”, na qual a autora conceitua o papel social da mulher sob a ótica do homem e questiona a perspectiva de esvaziamento de valores e direitos:

[...] o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição de Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana (1980, p. 23).

As epistemologias feministas trouxeram importantes contribuições sobre este tema, incluindo as relações etnicorraciais, localização geográfica, bem como heranças culturais e históricas. Seus desdobramentos sociais nos permitem aprofundar o debate e questionar a hierarquia social e a perpetuação do sistema de opressão, que privilegia uns em detrimento de outros. A problematização da construção da imagem do outro, ou até mesmo do “outro do outro” (LORDE, 2007; KILOMBA, 2008) traz à tona especificidades e desconstrói a ideia de igualdade entre os pares. Ademais, mostra que mesmo entre quem compartilha experiências de vida em comum, como por exemplo o gênero, há pessoas que ocupam lugares diferentes na

sociedade¹⁸, devido aos diversos atravessamentos ou “intersecções” que marcam suas experiências, como, por exemplo, raça e etnia ou até mesmo faixa etária (CRENSHAW, 1991; AKOTIRENE, 2019). Para exemplificar, apresentamos uma representação gráfica de interseccionalidade na Figura 1:

Figura 1 - Representação gráfica de interseccionalidade



Figura 1 - Elaborado pela autora. Adaptado de ¡Imparables! Feminismos y LGBT, 2018, p. 63.

As identidades são múltiplas, assim como são múltiplos os marcadores sociais. Por isso, a interseccionalidade é uma ferramenta para análise multidimensional que, além de abordar intersecções de marcadores ou variáveis, instrumentaliza a análise das complexas e interdependentes relações sociais. Segundo Akotirene (2019. p. 19), esta abordagem:

dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer e Intersexos (LGBTQI), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras.

¹⁸ Ancorado na ideia trazida por Collins (2000) ao empregar o termo *outsider within* ou “forasteira de dentro” (COLLINS, 2000).

Neste caso, as intersecções e o agravamento das vulnerabilidades produzem a abjeção, o repúdio ou o alheamento, que estão embutidos num sistema social que atua na produção de subjetividade e no processo de construção do outro como um não-ser. As relações sociais desiguais explicitam as diferenças e agravam a lógica da sujeição supracitada. Quando a leitura da expressão de gênero é entendida como afronta, insubordinação ou indisciplina, a violência e seus desdobramentos tomam forma nas relações sociais como algo culturalmente tolerável ou natural.

A naturalização do repúdio e abjeção às pessoas trans está diretamente relacionada à violência, visto que a violência está inscrita nas relações de gênero e deriva das relações de poder presentes na estruturação da sociedade e nos processos dinâmicos das relações sociais. “É no movimento entre suas determinações sociais estruturais que as conquistas culturais e iniciativas dos indivíduos em sua singularidade que se definem como formas de ser e agir quanto às relações de gênero” (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p.12).

A violência é um fenômeno epidemiológico na vida das pessoas trans. Sua tipificação (transfobia) estabelece que os crimes de ódio e práticas que advém do preconceito e discriminação se relacionam à negação da dignidade e da humanidade das pessoas. Juridicamente, no Brasil, a transfobia (LGBTfobia) se equipara ao crime de racismo¹⁹, não no sentido de raça, mas no sentido político, que está centrada nas relações de poder e caracteriza-se como:

[...] uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito (ADO-26/DF).

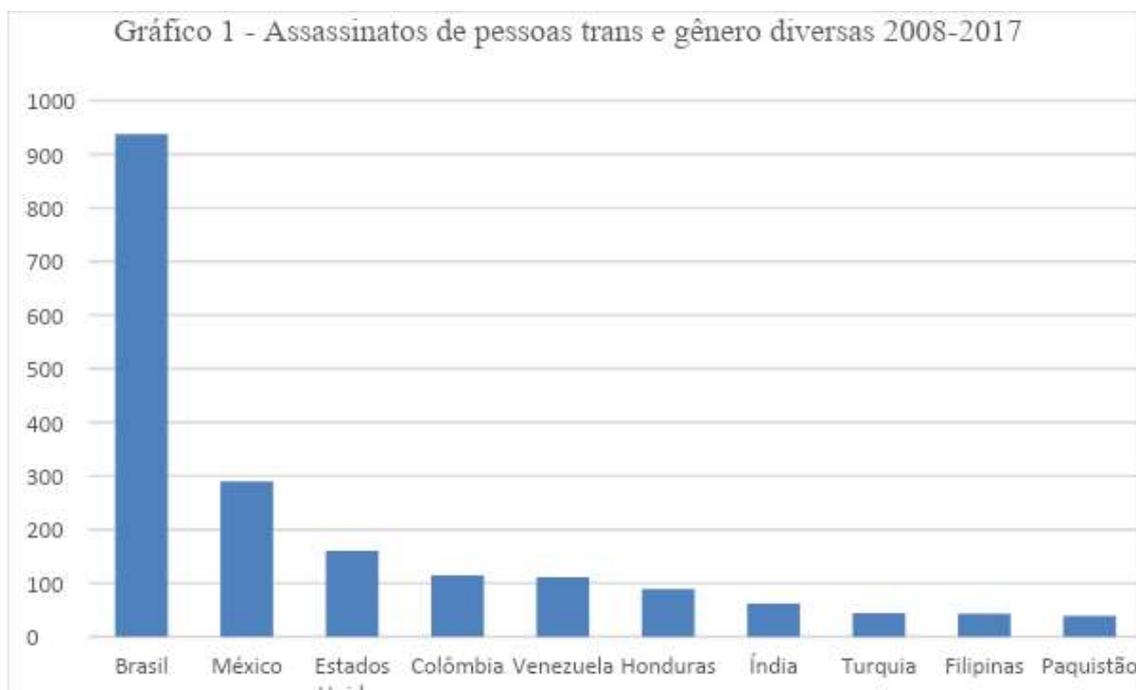
No cenário brasileiro, esta Ação Direta de Constitucionalidade por Omissão (ADO) é o reconhecimento de um ponto fundamental na discussão da proteção social de pessoas trans (LGBT). Ao mesmo tempo que este dispositivo legal reconhece a necessidade de uma legislação específica, reconhece a falta de aplicabilidade de qualquer outra regulamentação já

¹⁹ O crime de LGBTfobia está previsto na Lei 7.186/89, a partir da interpretação dada pelo STF no julgamento da ADO 26 e MI 4733.

existente, que, possivelmente, abarque essa situação. Não apenas a responsabilização criminal, mas o combate à violência é um tema recorrente na vida de pessoas trans, que reivindicam direitos e espaços de participação através dos movimentos sociais e conselhos de direitos.

A violência contra pessoas trans colocou o Brasil em evidência com o título de país que mais mata travestis e transexuais no mundo, a partir de um relatório internacional publicado pela ONG *Transgender Europe* (TGEu, 2017). A instituição registrou os casos de assassinatos de pessoas trans e gênero-diversas reportados por organizações e ativistas trans ao redor do mundo. O relatório aponta, ainda, que na maioria dos países não se produzem dados sobre pessoas trans de forma sistemática, sendo impossível estimar o número de casos não reportados.

De acordo com o *Trans Murder Monitoring* (Observatório das Pessoas Trans Assassinadas, em português), no período compreendido entre os anos de 2008 a 2017, o Brasil registrou 938 mortes de pessoas “trans e gênero-diversas”²⁰ por assassinatos (média de 118 ao ano), seguido de México com 290, Estados Unidos com 160, Colômbia com 115, Venezuela com 111, Honduras com 89, Índia com 62, Turquia com 44, Filipinas com 43, Paquistão com 39 e Itália com 32, conforme Gráfico 1:



Fonte: TGEu (2017) adaptado pela autora.

²⁰ Press Release. Trans Day of Visibility 2017. Disponível em <<https://transrespect.org/en/tdov-2017-tmm-update/>> Acessado em 29/01/2020.

Desde 2017, a ONG brasileira Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) divulga anualmente o mapeamento dos assassinatos de travestis e transexuais no país, que vem sendo publicado como “Dossiê dos assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil”, para monitorar e registrar os casos reportados pela mídia (ANTRA, 2017, 2018, 2019). De acordo com a ANTRA, nos anos de 2017, 2018 e 2019 o número de assassinatos de pessoas trans corresponde a 179, 163, 124, respectivamente. Em sua maioria, o perfil das vítimas é de mulheres com idade média entre 16 e 29 anos, e a expectativa de vida é calculada em torno de 35 anos. Geograficamente, a maior parte dos assassinatos ocorreram na região nordeste do país (37%), seguidos da região sudeste (30%), sul (11%), norte (11%) e centro-oeste (10%) (ANTRA, 2019).

Tais dados sugerem que a violência cometida contra pessoas trans advém da violência de gênero. Berenice Bento (2014) aponta que esta violência é proveniente da representação do feminino como algo socialmente desvalorizado, e pontua que:

[...] quando este feminino é encarnado em corpos que nasceram com pênis, há um transbordamento da consciência coletiva que é estruturada na crença de que a identidade de gênero é uma expressão do desejo dos cromossomos e dos hormônios. O que este transbordamento significa? Que não existe aparato conceitual, linguístico que justifique a existência das pessoas trans. Mesmo entre os gays, é notório que a violência mais cruenta é cometida contra aqueles que performatizam uma estilística corporal mais próxima ao feminino. Portanto, há algo de poluidor e contaminador no feminino (com diversos graus de exclusão) que precisam ser melhor explorados (BENTO, 2014, p.1).

Em 2019, o Dossiê apresenta, ainda, que 80% dos casos foram identificados como pessoas negras e pardas, e que 70% trabalhavam como profissionais do sexo, detalhando as causas das mortes e revelando requintes de crueldade (ANTRA, 2019). Essas informações podem sugerir o perfil demográfico das pessoas trans no Brasil, quanto à idade, região, raça/etnia e profissão, além de subsidiar a discussão a respeito das diferentes formas de opressão. O curso de vida das pessoas trans está embutido numa racionalidade que autoriza e perpetua a violência.

Tanto o relatório TGEu quanto os Dossiês da ANTRA são documentos importantes de repercussão internacional, desde sua primeira edição quando foram apresentados à Organização das Nações Unidas (ONU – Brasil, em janeiro/2018) e à Corte Interamericana de Direitos Humanos (República Dominicana, em maio/2018). Estes eventos reconheceram a importância de tais trabalhos para a pesquisa acadêmica e fundamentaram denúncias aos tribunais

internacionais, rendendo aos autores citações em artigos científicos nacionais e internacionais, e publicações em jornais como *Le Monde* (FR) e *The New York Times* (EUA).

De todo modo, os dados presentes nas pesquisas do TGEu e ANTRA são sub registrados. A afirmação de Berenice Bento, de 2014, faz-se atual ainda nos dias de hoje, quando a autora discute que as publicações relacionadas à violência transfóbica e transfeminicídio trabalham com dados subestimados, pois há uma disparidade entre a falta de dados oficiais dos sistemas de informação públicos e a veiculação dos casos de violência transfóbica e transfeminicídio nos noticiários. Diariamente recebemos informações via redes sociais, por exemplo, sobre “jovens transexuais e travestis que são barbaramente torturadas e assassinadas. O transfeminicídio se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo” (BENTO, 2014, p. 1).

As publicações citadas afirmam que a expectativa de vida das pessoas trans no Brasil gira em torno 35 anos de idade. Essa discussão não está presente no Serviço Social brasileiro e há um pressuposto de que também não esteja presente na literatura internacional, pois a literatura em Serviço Social comumente trata de práticas profissionais, que envolvem políticas públicas e viabilização de direitos sociais (MOTA, 2013). Por conseguinte, as políticas públicas e direitos sociais que abordam o envelhecimento e a velhice, de um modo geral, estão relacionadas a um marco etário, como por exemplo, 60 anos (BRASIL, 2003) e, ainda, precisam avançar no que diz respeito às identidades de gênero e orientações sexuais.

Dado a expectativa de vida de 35 anos, pessoas trans que alcançam os 60 anos de idade tornam-se raras exceções. Há um processo de invisibilização das pessoas trans, principalmente durante a velhice, que faz com que suas demandas não sejam reconhecidas e, portanto, não apareçam nas pesquisas e publicações censitárias, nem nas políticas públicas e tão pouco na literatura científica. Este cenário sugere uma ausência da população trans envelhecida nos serviços de políticas sociais, de enfrentamento das violências e de superação das desigualdades estruturais presentes nas relações de gênero. Disso decorre a necessidade de produção tanto de dados quanto de literatura sobre o assunto, principalmente no âmbito do Serviço Social, uma vez que os mesmos instrumentalizam para pensar políticas sociais e práticas profissionais.

3. OBJETIVOS

Tendo como ponto de partida que a expectativa de vida de pessoas trans é de apenas 35 anos (ANTUNES, 2010; TGEu, 2017; ANTRA 2017, 2018, 2019), pretendemos responder a algumas perguntas que circundam o problema de pesquisa: Como a produção de conhecimento trabalha o envelhecimento das pessoas trans e suas interlocuções com o Serviço Social? Como isso figura na literatura? Quais os conceitos e correntes teóricas que abordam essa discussão?

3.1. Objetivo geral

- Analisar a produção de conhecimento acerca das especificidades do envelhecimento de pessoas trans e suas interlocuções com o Serviço Social.

3.2. Objetivos específicos

- Levantar e sistematizar a produção de conhecimento que relaciona trans-identidades de gênero, envelhecimento e Serviço Social;
- Identificar como a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social trabalha o envelhecimento das pessoas trans;
- Identificar as abordagens teóricas que incidem no debate de gênero e envelhecimento;
- Problematizar o envelhecimento de pessoas trans, tendo como pano de fundo o contexto brasileiro.

4. METODOLOGIA

A seguir, estão descritos o percurso, procedimentos e técnicas desenvolvidos na definição de parâmetros para coleta, organização e análise de dados, de modo a atender aos objetivos construídos.

4.1. Percurso metodológico

Para atender aos objetivos do estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a fim de sistematizar a produção de conhecimento acerca do envelhecimento de pessoas trans e estabelecer interlocuções com o Serviço Social, além de analisar qualitativamente os dados coletados. O método de “análise de conteúdo” está fundamentado em Bardin (2011) e contempla as três fases fundamentais previstas pela autora: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, e interpretação. A autora define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise desenvolvidas para:

obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) (BARDIN, 2011, p.47).

Na primeira fase do estudo foi realizada a coleta de dados e a pré-análise, na qual efetuamos uma “leitura flutuante” para uma aproximação e construção do *corpus* da pesquisa. Em seguida, foi realizada a exploração do material, na qual foram elencados os temas que se repetiam e/ou que mais nos chamaram atenção e à eles foi atribuído o valor de categoria como “unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidades de codificação para o registro dos dados” (*Idem*, p.100).

Para isso, acessamos as bases de dados (*Scielo, Web of Science, Scopus, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Biblioteca Nacional Digital*) e iniciamos a busca com a utilização de descritores e parâmetros que possibilitaram a construção do *corpus*, apresentados posteriormente. Devido à inexistência de resultados em língua portuguesa, realizamos uma busca em inglês e localizamos muitos trabalhos que tratavam de pessoas LGBT de um modo geral.

Destacamos que todos os resultados preliminares apresentavam de alguma forma os descritores, mas não necessariamente tratavam sobre pessoas trans, envelhecimento e Serviço Social. Nesta etapa, foi possível perceber pouco volume de trabalhos relacionados ao tema de pesquisa. Confirmando um pressuposto de que o envelhecimento das pessoas trans é um tema pouco explorado no âmbito do Serviço Social, restando saber nas demais áreas do conhecimento.

Na segunda fase, foi realizada a organização do material, na qual foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão para, de fato, estabelecer o *corpus*. Cabe destacar que na medida em que observamos a ausência de resultados em língua portuguesa e realizamos a busca dos textos em inglês, identificamos quase que um desafio político e ideológico, pois a pesquisa nos mostrou aspectos hegemônicos no campo acadêmico-científico, com predomínio do idioma de países dominantes²¹. Este dado pode evidenciar não somente o interesse (ou a falta dele) no tema por parte de órgãos governamentais e de instituições de financiamento no campo acadêmico no Brasil, mas também a maneira como a sociedade lida com temas subjetivos e econômicos, tendo em vista que países do norte global possuem agências de fomento que investem em ciência e tecnologia, diferentemente da realidade brasileira (CAIRES, 2021). Ademais, as políticas sociais aqui, em grande parte, ainda compõem a esfera pública e, por isso, são entendidas como direitos sociais, diferente de outros países, como Estados Unidos da América, onde são essencialmente privadas, o que será explicitado na etapa de análise. Para isso, organizamos os dados em planilha, contendo:

Ordem	Ano	Título (tradução)	Palavras-chaves (traduzidas)	Referência	Base
--------------	------------	--------------------------	-------------------------------------	-------------------	-------------

Este modelo de organização nos permite filtrar os anos²² de publicação e entender em qual período ocorrem as publicações, bem como identificar a quais marcos históricos e legais

²¹ A escolha por pesquisar em língua inglesa decorre da escassa literatura em língua portuguesa. No entanto, este é um dado importante que localiza o idioma inglês com reconhecimento central no mundo acadêmico-científico e aponta que este pode ser um fator limitante de exclusão de muitos países. Muito embora os resultados apresentados também sejam decorrentes de realidades contextualizadas, de países do norte global, a problematização do idioma inglês como "língua universal" e nem sempre acessível, coloca a ciência diante da necessidade de descolonização.

²² Para operacionalizar a coleta de dados foi definido como parâmetro cronológico o ano de 2019 como data limite. Esta foi realizada no primeiro semestre de 2020 e a delimitação cronológica foi necessária para coleta de dados

estão associadas. O mesmo ocorre com as palavras-chaves e categorias e, particularmente, estas últimas, nos permitem saber como, de fato, a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social trabalha o envelhecimento das pessoas trans. A categorização e a classificação possibilitam explicitar qual o sentido empregado em cada um dos termos e o que eles carregam consigo (representações sociais, construções sócio-históricas, categorias de análise, abordagens teóricas, descrições técnico-operacionais, entre outras).

A organização dos resultados possibilita analisar a produção acadêmica acerca do envelhecimento de pessoas trans e entender como se localiza o Serviço Social neste debate. Este tipo de abordagem, de caráter qualitativo na pesquisa social, consiste em tratar com prioridade materiais e fontes de dados, informação e conhecimento para um movimento de aproximação e aprofundamento dos temas estudados, no caso, o processo de envelhecimento das pessoas trans na produção de conhecimento e suas interlocuções com o Serviço Social.

O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2008, p.57).

Nesse sentido, a pesquisa social assume um papel importante desde a delimitação do objeto, pois durante o processo investigativo ocorre o reconhecimento da complexidade de um tema que se ilustra no objeto. A objetivação do estudo requer uma revisão crítica a respeito das teorias, conceitos e técnicas que servem de base para coleta, contextualização e análise (MINAYO, 2008). Para tanto, a objetivação parte da iniciativa de se despir dos julgamentos, de percepções individuais incutidas em valores morais, ideológicos, pré-conceitos ou juízos de valor, e investir em técnicas adequadas para a apreensão da realidade e para se expressar ou reportar sobre a realidade apreendida.

Se por um lado, a produção de conhecimento consiste em procedimentos metodológicos, cíclicos e complexos, que contribuem para produções replicáveis, revisadas e válidas, que vão além de simplesmente interessantes, aceitáveis ou reconhecidas; por outro, pode contribuir para o apagamento ou invalidação de movimentos descoloniais e transfeministas. A discussão teórica tem como referencial as epistemologias transfeministas,

num ambiente controlado, pois as bases de dados são atualizadas frequentemente e estavam sujeitas a inclusão de novos trabalhos ao longo desta etapa, podendo assim, alterar os resultados e fragilizar a pesquisa.

que nos instrumentalizam a reconhecer um amplo sistema de opressão (inclusive no campo epistemológico). A construção de epistemologias na perspectiva transfeminista e sua consolidação como campo teórico e crítico é um processo que vai além de narrativas que questionam ou confrontam, subvertendo e fundamentando saberes e práxis.

Para análise e interpretação, destacamos na pesquisa social qualitativa a objetivação como ponto de partida, mas também a dimensão empírica, onde o exaustivo processo de sistematização do conhecimento é usado para “desvelar” a realidade e compreender seus sentidos e significados (MINAYO, 1994; 2008). Para isso, foram realizadas a discussão e análise dos dados coletados com o objetivo de fundamentar apontamentos posteriores. Desse modo, a pesquisa de revisão bibliográfica exigiu o levantamento e seleção das principais fontes de bibliografia que abordam o tema.

Nesta etapa, a interpretação dos dados deve estar alinhada à efetividade dos critérios aplicados. Os trabalhos acadêmicos que compõem o *corpus* estão presentes em bases de dados que representam rígidos critérios de qualidade, tanto por sua importância acadêmica quanto pela possibilidade de subsidiar a construção de práticas profissionais e formulação de políticas sociais, sendo um espaço privilegiado de produção científica.

Por sua vez, a coleta de dados foi realizada no período compreendido entre os meses de março a junho do ano de 2020, tendo como referência as bases de dados *Scielo*, *Web of Science*, *Scopus*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD) e Biblioteca Nacional Digital. O acesso às bases de dados *Web of Science* e *Scopus* foi feito através da interface interativa do Portal de Periódicos CAPES/MEC, por meio da Rede Privada Virtual (*VPN*, sigla em inglês) da Universidade Federal de Santa Catarina. Este tipo de conexão e acesso ao conteúdo remoto é disponibilizado para instituições participantes da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), provida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

Estas são as principais bases de dados de periódicos científicos indexados (mantidas respectivamente por *Clarivate Analytics* e *Elsevier*) e constituem bases de dados de literatura científica revisadas por pares. Por outro lado, configuram-se em bases de dados comerciais e o acesso aos materiais, em grande parte, está limitado aos licenciados²³.

²³ É importante pontuar que o acesso somente foi permitido devido à licença contratada e disponibilizada pelo Ministério da Educação às Instituições Federais de Ensino Superior. Esta é uma discussão que exige certo

4.2. Limitações do estudo

Um fator limitante a ser considerado é a possibilidade de achados que estejam hospedados em portais pagos, cujo acesso ao trabalho completo exija uma assinatura que não esteja coberta pela interface do Portal de Periódicos CAPES/MEC.

4.3. Definição dos descritores

Uma vez definido o tema, foi realizada uma consulta das palavras “pessoas trans”, “envelhecimento” e “Serviço Social” nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Este procedimento é necessário para a padronização dos termos de pesquisa, pois os DeCS representam um tesouro com vocabulário controlado e contém os termos usados como referências para pesquisas, principalmente, na área da saúde.

Do mesmo modo, optamos pelo termo “Serviço Social” para estabelecer um parâmetro de pesquisa e possibilitar uma relação de equivalência entre as bases de dados, pois este consta como área temática (ou categoria) na *Web of Science*, mas não consta da mesma forma como área temática na *Scielo* ou *subject area* (área temática) na *Scopus*.

De acordo com o DeCS, Serviço Social consta como equivalente ao termo em inglês *social work* e está assim definido:

1) Uso dos recursos da comunidade, trabalhos com indivíduos ou grupos, para a promoção da capacidade de pessoas em relação a seu ambiente econômico e social. Inclui órgãos de serviço social. 2) Assistência Social: Conjunto de ações destinadas a modificar e melhorar as circunstâncias de caráter social em benefício do desenvolvimento integral do indivíduo. Em sentido estrito, este conceito se aplica à proteção física, mental e social de pessoas em estado de indigência, de desproteção ou desvantagem física e mental, até conseguir sua incorporação a uma vida plena e produtiva. (Material III - Ministério da Ação Social, Brasília, 1992). 3) Serviços de Assistência Social: Serviços oferecidos por instituições, governamentais ou não, para prover proteção física, mental e social de pessoas em estado de indigência, de desproteção ou desvantagem física e/ou mental²⁴.

aprofundamento sobre o acesso universal às informações científicas e o monopólio da ciência atrelado às grandes bases de dados comerciais, “ciência aberta e outras expressões de conhecimento aberto” (MURIEL-TORRADO; BASTOS, 2017).

²⁴ Número do Registro: 13331. Identificador Único: D012947.

Neste mesmo tesouro, o termo “envelhecimento” está definido como um descritor, com o equivalente em inglês *aging* e definição: “Mudanças graduais irreversíveis na estrutura e funcionamento de um organismo que ocorrem como resultado da passagem do tempo”²⁵.

No entanto, o termo “pessoas trans” aparece como equivalente em inglês a *transgender person*, mas apresenta a definição em português referindo-se à “transexualismo” e é apresentado como: “Expressão de uma identidade de gênero inconsistente com, ou não associada culturalmente ao gênero atribuído a um indivíduo ao nascer, combinada com o desejo de transição permanente para o gênero com o qual se identifica”²⁶. Observamos que a definição dos DeCS não está atualizada, pois o vocabulário contém o sufixo *-ismo*, associado à doença/patologização.

Cabe destacar que no ano de 2018 a Organização Mundial da Saúde anunciou a retirada dos chamados “transtornos de identidade de gênero” do capítulo de doenças mentais, a partir da nova edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11). A transexualidade (e equivalentes) passou a ser chamada de “incongruência de gênero” e está inserida no capítulo sobre saúde sexual (UNAIDS, 2018). A despatologização das trans-identidades é um passo importante no reconhecimento para combater os preconceitos, estigma e discriminação a essa população (BENTO; PELÚCIO, 2012).

Desse modo, consideramos inadequado utilizar o termo de referência “transexualismo” sugerido pelo DeCS e optamos por pesquisar os termos usuais apresentados na introdução e justificativa da dissertação, conforme os parâmetros e resultados abaixo:

- descritores: “pessoas trans” AND “envelhecimento” AND “serviço social”
- detalhamento: todos os campos
- parâmetro cronológico: até 2019
- bases de dados: *Scielo*, *Web of Science*, *Scopus*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Biblioteca Nacional Digital
- resultados: não foram encontrados documentos em nenhuma das bases de dados.

²⁵ Categoria: G07.345.124. Número do Registro: 22101. Identificador Único: D000375.

²⁶ Categoria: F01.145.802.975.750. Número do Registro: 14582. Identificador Único: D014189.

Por este motivo, realizamos uma nova busca alterando apenas o descritor “pessoas trans” para “transexualidade”, por entender que este é um termo mais presente nos marcos legais e teóricos, também sem nenhum documento encontrado nas bases de dados pesquisadas.

Para ampliar as possibilidades e diversificar a pesquisa, realizamos uma consulta em inglês dos termos “*aging*”, “*transgender*” e “*social work*” aos descritores *Medical Subject Headings* (MeSH), utilizado como indexador de artigos científicos para a base de dados PubMed/MEDLINE. MeSH é um tesouro controlado da Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos (NLM), usado como referência para o vocabulário das publicações e pesquisas em saúde de maior repercussão internacional.

O termo “*aging*” apresenta definição semelhante ao que os DeCS aponta como envelhecimento e está definido como “as mudanças irreversíveis graduais na estrutura e função de um organismo que ocorrem como resultado da passagem do tempo” (tradução nossa)²⁷.

Ao buscar o termo “*transgender*”, a pesquisa leva ao termo “*transgender person*”, equivalente em português à pessoa transgênero (diferente de transexualismo, conceito presente no DeCS). Este é definido como:

pessoas com um sentido de identificação persistente e expressão de comportamentos codificados por gênero não tipicamente associados ao sexo anatômico à nascença, com ou sem o desejo de se submeterem a PROCEDIMENTOS DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL (tradução nossa)²⁸.

Por sua vez, o termo “*social work*” (Serviço Social) é apresentado como: “O uso de recursos comunitários, trabalho de caso individual ou em grupo para promover as capacidades adaptativas dos indivíduos em relação ao seu ambiente social e econômico. Inclui agências de serviço social” (tradução nossa)²⁹. Ressaltamos que esta é uma definição bastante característica de Serviço Social em países do norte global, pois se refere especificamente à prestação de serviços sociais e difere da conceituação da profissão em Serviço Social, especialmente, no contexto brasileiro.

²⁷ Tree Number(s): G07.345.124. MeSH Unique ID: D000375.

²⁸ Tree Number(s): M01.777.500. MeSH Unique ID: D063106.

²⁹ Tree Number(s): I01.880.792, N02.421.849 MeSH Unique ID: D012947.

Neste sentido, além das diferenças entre as definições apresentadas no DeCS e MeSH, Serviço Social pode ser um termo utilizado para representar tanto uma profissão, quanto área de conhecimento ou prestação de serviços sociais. Esta discussão é apresentada na análise dos resultados e é importante para situar as diferenças entre o Serviço Social brasileiro e do norte global, no que se refere a: (1) atribuições técnicas e práticas profissionais; (2) diretrizes curriculares e perspectivas teóricas; (3) equipamentos sociais de acesso e operacionalização de políticas e/ou projetos sociais.

Com base no exposto, consideramos os termos de referência MeSH e realizamos nova consulta às bases de dados no idioma inglês, conforme abaixo:

- descritores: “*transgender*” AND “*aging*” AND “*social work*”
- detalhamento: todos os campos
- parâmetro cronológico: até 2019
- bases de dados: *Scielo*, *Web of Science*, *Scopus*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Biblioteca Nacional Digital
- resultados: 1202 registros

Como resultados parciais encontrados, uma vez que é o primeiro movimento de construção do *corpus*, foram localizados um total de 1202 registros, entre artigos, editoriais, capítulos de livros e livros completos, revistas, trabalhos apresentados em eventos científicos e anais de congressos, trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações, distribuídos da seguinte forma: *Scielo* (n=2), *Web of Science* (n=58), *Scopus* (n=1141), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (n=1) e Biblioteca Nacional Digital (n=0).

4.4. Critérios de inclusão e exclusão

Como critério de inclusão e exclusão foram considerados apenas trabalhos que estavam disponíveis na íntegra nas bases de dados, excluindo aqueles em fase pré-print e aqueles que não estavam completos ou que estavam hospedados em portais pagos, cujo acesso ao trabalho completo exigia uma assinatura não coberta pela interface interativa do Portal de Periódicos CAPES/MEC.

Foi realizada uma leitura flutuante de todos os trabalhos e observamos que nem sempre os descritores aparecem como título, resumo ou corpo do texto. Algumas vezes, os descritores aparecem apenas como parte da referência bibliográfica. Isso ocorre devido à escolha metodológica de se utilizar como detalhamento de pesquisa “todos os campos”.

Assim, para ampliar a discussão e abrir espaço à diversidade de experiências trans, consideramos como critério de inclusão todos os trabalhos que abordam um espectro das trans-identidades; termos que podem ser entendidos como sinônimos ou correlatos, por exemplo, pessoas transgêneras, pessoas trans, transexuais, travestis, transgêneras não conformes (TGNC), não-binárias, queer, agênero, minorias de gênero, minorias sexuais, intersexuais, disforia, incongruência, FTM, MTF, T, guarda-chuva trans, identidades gênero-diversas e dois espíritos, que aparecem em inglês nos termos:

- *transgender, transgender person, trans people, transvestite, transsexual, transgender non-conforming (TGNC), non-binary, queer, agender, gender minority, sexual minority, intersexual, dysphoria, gender incongruence, FTM, MTF, T, gender umbrella, gender diversity, two spirit.*

No que diz respeito ao envelhecimento, aplicamos este mesmo princípio, pois muitos trabalhos se referem à discussão como envelhecimento, velhice, trajetória de vida, curso de vida, anciãos, idosos, longevidade, gerontologia, geriatria, geriátrico, sênior, meia-idade, terceira-idade, conforme abaixo:

- *aging, ageing, life course, life path, lifetime, later life, senior, elder, elderly, elderly, longevity, gerontology, geriatry, geriatric, old age, midlife, middle-age.*

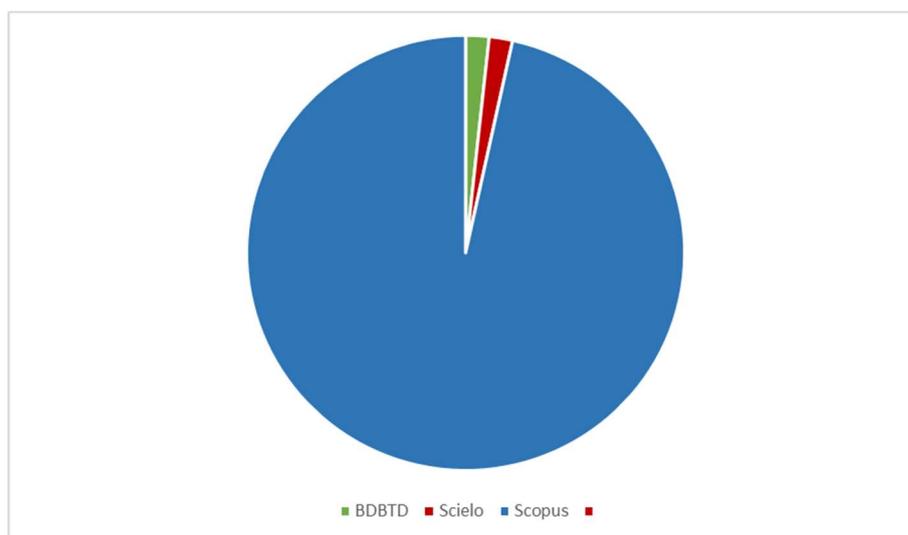
A partir de então, consideramos os trabalhos que tem como tema, efetivamente, o envelhecimento da população trans, bem como, aqueles que contém outros objetivos, mas exploram de maneira substancial o envelhecimento ou velhice de pessoas trans em alguma parte do texto. Por isso, foram desconsiderados os trabalhos que tratam de envelhecimento de modo geral ou ampliado ao grupo LGBT, ou sob outros aspectos que apenas citam nas referências os descritores *aging*” e *transgender*”.

Ademais, verificamos que os dois trabalhos que constam na *Scielo* são exatamente o mesmo, sendo uma versão em português e outra em inglês, sendo alterado apenas o título, na qual vamos considerar apenas um dos trabalhos.

Por fim, foi desconsiderada a base de dados da Biblioteca Nacional Digital, pois a mesma não apresentou resultados em nenhuma das consultas realizadas. Destacamos que excluímos ainda todos os textos que apresentavam duplicidade, alguns porque estavam presentes em mais de uma base de dados, outros como os livros ou capítulos de livros porque apresentavam um novo registro para cada reedição.

Dessas definições resultaram 58 trabalhos, localizados em *Scielo* (n=1), *Scopus* (n=56), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (n=1), conforme representação gráfica na Figura 2:

Figura 2 – Representação gráfica do *corpus* da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

4.5. Operacionalização da análise

A interpretação dos dados foi realizada a partir da categorização de temas presentes nos textos, ou seja, no material empírico coletado, e referenciados na literatura vigente, com base em Bardin (2011). Foram consideradas as dimensões que envolvem o debate sobre envelhecimento populacional, pessoas trans e Serviço Social, destacando alguns elementos fundamentais para a compreensão do pensamento das autorias presentes nos textos. Os temas

que mais se repetiam e/ou que mais nos chamaram atenção foram organizados e sinalizados por núcleos temáticos.

Bardin (2011) sugere a identificação dos sentidos nos textos, neste caso, sem quantificar a frequência dos temas, mas garantindo que os mesmos sejam adotados como unidades de significação ou núcleos temáticos, analisados a partir dos critérios estabelecidos na discussão conceitual que norteou a construção dos dados.

No entanto, na literatura vigente há poucas publicações, quase inexistentes, de pessoas trans abordando suas especificidades ou narrando suas próprias trajetórias de vida. Tal realidade é uma questão epistemológica que cabe ser ressaltada. No processo de leitura e pesquisa, esta e outras observações despertam sentimentos e reflexões acerca dos dados que vão sendo identificados, mostrando que quem pesquisa também tem suas perspectivas e não é possível estar totalmente isento, ao mesmo tempo em que há necessidade de se desprender de juízos de valor e abordagens tendenciosas (MINAYO, 1994).

A violência aparece na literatura internacional como fator cotidiano na vida das pessoas trans? O que podemos relacionar com a realidade brasileira? Seria possível identificar tendências? Estas perguntas que surgem como incômodo nos levam a perceber que nem sempre um único estudo vai dar conta de todas as respostas, particularmente em um tema pouco explorado. Cada descoberta abre possibilidades inesgotáveis de aprofundar discussões e subsidiar pesquisas futuras.

5. NECROPOLÍTICA E CURSO DE VIDA DAS PESSOAS TRANS

Algumas pessoas carregam mecanismos incorporados graças aos quais seus corações podem bater sozinhos. Outras levam no peito um coração que pertenceu a outra pessoa. Outras carregam dentro de si, por um tempo, um outro corpo em processo de crescimento. Como é possível, então, seguir falando de um único corpo humano? Zurique, 10 de novembro de 2017.

Paul B. Preciado (2020, p.312).

Os estudos de gênero e sexualidades voltados às pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneras, não-binárias) ganharam notoriedade há relativamente pouco tempo. Foi somente a partir da segunda metade do século XX que os movimentos sociais, impulsionados pelos movimentos feministas e de mulheres, se engajaram na luta pela discussão e garantia de direitos sexuais e reprodutivos e promoveram as discussões sobre as identidades e sexualidades.

A inclusão das pessoas trans na pauta acadêmica e na agenda pública se deu na década de 1980, em meio a propagação da epidemia de HIV/AIDS, na qual os grupos populacionais mais atingidos - que eram entendidos à época como “grupo de risco”- foram identificados como os 4H: heroinômanos, hemofílicos, haitianos e homossexuais (BRASIL, 2002). Nesse período, pessoas trans, especialmente mulheres travestis, eram vistas no escopo da homossexualidade, pois a diferenciação de identidades de gênero e orientação sexual ainda estava pouco difundida.

Atualmente, a literatura acadêmica trata de maneira distinta as identidades de gênero das orientações sexuais, sendo características independentes e que se desenvolvem em momentos diferentes da vida. Quanto à ideia de “grupo de risco”, seu uso é inadequado, pois tanto desconsidera outros grupos possíveis de se infectar, quanto inviabiliza a prevenção (BRASIL, 2002). Ademais, cria uma falsa sensação de segurança em pessoas que podem ter comportamento sexual relacionado à exposição de ISTs, sem se dar conta disso, além de contribuir para estigmas, preconceitos e discriminações. Porém, as políticas públicas, protocolos e publicações científicas que se referem às pessoas trans ainda são predominantemente no campo da saúde, em grande parte relacionadas às ISTs e ao trabalho sexual (SOUSA, 2014).

Tal fato, se perpetua devido a estigmatização e marca a vida das pessoas trans, por conta de valores que estruturam a sociedade em relação às identidades de gênero e orientações sexuais. Soma-se à isso a produção de noções de normalidade, padrões de comportamento e põe à margem todos os corpos dissidentes e as pessoas gênero-diversas. Neste sentido, a exclusão social se apresenta como parte estruturante da vida em sociedade, com múltiplas dimensões que abarcam desde a falta de acesso aos recursos, bens e serviços sociais, até a ruptura com os vínculos sociais, sendo vínculos determinantes para a construção das subjetividades e identidades individuais e coletivas, ou seja, o pertencimento ou não a uma rede de relações sociais (OIT; OPS, OMS, 1999).

Em grande parte, esta ruptura se dá de maneira brusca e desestabilizante, com manifestações de violências múltiplas, seja no núcleo doméstico, familiar, escolar, religioso, nas amizades, no mercado de trabalho, ou em qualquer outro espaço (KULICK, 2008; ANDRADE, 2012, ANTRA, 2017, 2018, 2019). Os impactos de tais violências, como negligência e abandono ou violências de natureza física, psicológica, moral, patrimonial, econômica, sexual e até mesmo letal, ocorrem de maneira cotidiana desde a mais tenra idade (ANDRADE, 2012, ANTRA, 2019). Diariamente, jornais e periódicos veiculam notícias que evidenciam essas violências, mas que não abalam a sociedade a ponto de provocar transformações radicais e nem tão pouco novos parâmetros de proteção social às pessoas trans.

Podemos citar a morte da adolescente Karen Ravach, de 13 anos, que foi assassinada brutalmente na cidade de Camocim, no Ceará³⁰, ou, ainda, da jovem Pietra Valentina, de 16 anos, assassinada em Juazeiro do Norte, também no Ceará³¹. Assim como elas, muitas outras viveram essa realidade, cujas mortes são documentadas nos noticiários e são compiladas e estudadas por iniciativas independentes. Os dados de assassinatos de pessoas trans não constam no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – DATASUS³², nem mesmo no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020)³³. Este último apresenta alguns dados referentes ao acrônimo LGBTQ+ (sem especificação à cada uma das identidades ou sexualidades) e mostra

³⁰ Disponível em <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/08/jovem-trans-de-13-anos-foi-morto-a-pauladas-no-ceara-por-cobrar-divida-de-r-50-do-suspeito.ghtml>> Acessado em 09/01/2021.

³¹ Disponível em <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/04/05/adolescente-trans-e-assassinada-a-facadas-em-juazeiro-do-norte-no-interior-do-ceara.ghtml>> Acessado em 06/04/2021.

³² Disponível em <<https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>> Acessado em 21/06/2021.

³³ Disponível em <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>> Acessado em 21/06/2021.

que houve um aumento de 7% dos registros de agressão em relação ao último ano, onde apenas 11 estados brasileiros contabilizaram casos (BUENO; LIMA, 2020). Isto não significa que não ocorra violência contra pessoas LGBT na maior parte dos estados da federação, mas evidencia e corrobora a invisibilidade e falta de discussão sobre a temática.

Além disso, as edições do Atlas da Violência 2019 e 2020 apresentam com mais nitidez quão grave é a violência contra população LGBT através de análises nas quais problematiza a inexistência de dados e “despreocupação do Estado brasileiro no que tange à mensuração e incidência sobre o fenômeno da violência LGBTfóbica” (IPEA, 2020, p.54). Ainda há nos vários sistemas de informação e nas representações sociais dificuldades em avançar na distinção entre as identidades de gênero e orientações sexuais. Como consequência, há um abismo de subregistros, dada a impossibilidade de aferir dados sobre pessoas trans e elaborar políticas de prestação de serviços sociais mais contundentes.

Uma iniciativa importante seria a inclusão de informações específicas nos formulários de recenseamento nacional. Neste sentido, Pacheco (2020, p.111) aponta que: “A não-inclusão de categorias referentes à orientação sexual e identidade de gênero no Censo significaria um apagão de dados duradouro: serão mais dez anos sem dados referentes a essas populações”.

O “apagão” sugerido por Pacheco (2020) consiste em uma tecnologia de reprodução da violência presente nas estruturas sociais e que se expressa em um gradiente de relações, sistemas e instituições. A vida das pessoas trans é cingida pela necropolítica, que se materializa nas “práticas que resultam em mortes por meio de um exercício sistemático de violência e terror sobre as populações trans [...], ou seja, a submissão da vida das pessoas que se identificam dentro do espectro trans ao poder da morte e invisibilização” (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2018, p. 4).

O termo necropolítica, inicialmente cunhado por Achille Mbembe (2019) para referir-se ao racismo praticado pelo Estado, em alusão à biopolítica da analítica foucaultiana, permite refletir sobre como determinados grupos sociais são vistos como corpos sem importância, feitos para morrer. Aqui, empregamos o uso de necropolítica mais além do que somente uma tradução de políticas de morte, mas para demonstrar com profundidade os limites discursivos das práticas políticas de sexo-gênero normativo e os impactos na vida das pessoas trans, como, por exemplo, a morte precoce.

De algum modo, podemos citar como práticas fundadas em regras de “um texto que não aparece dentro dos limites de seus próprios termos, mas que, no entanto, constitui a

condição ilegível de sua própria legibilidade” (BUTLER, 2019, p.72-73). Portanto, convergem em um ponto onde vida e morte se relacionam em discussões conceituais, senão ação simbólica de mecanismos e dispositivos que lhe conferem materialidade, de fato a morte.

As múltiplas violências e o risco iminente de morte a que as pessoas trans estão expostas são socialmente produzidos e reforçados pelas estruturas de poder e hierarquias sociais que abrangem desde famílias, escolas e até mesmo elementos culturais de naturalização e reprodução das desigualdades de gêneros e cis-hetero-normatividade. O estado e demais organizações político-governamentais ocupam posição fundamental na regulação dos modos de vida em sociedade, tanto na manutenção quanto na superação das opressões, normatizações e noções de normalidade (FOUCAULT, 2008).

Na medida em que se evidencia um ciclo vicioso de falta de registro do perfil socioeconômico da população trans, de demandas e da escassez de políticas públicas direcionadas às especificidades, se evidenciam também, de certo modo, práticas sociais que autorizam o aumento da violência e alta letalidade.

A heterossexualidade necropolítica é uma prática de governo que não é imposta pelos que governam (os homens) às governadas (as mulheres), mas é sobretudo uma epistemologia que fixa as definições e as posições respectivas dos homens e das mulheres através de uma regulação interna. Essa prática de governo não assume a forma de uma lei, mas de uma norma não escrita, de uma transação de gestos e códigos cujo efeito é estabelecer na prática da sexualidade uma partição entre o que se pode e o que não se pode fazer. Essa forma de servidão sexual repousa numa estética da sedução, numa estilização do desejo e numa coreografia do prazer. Esse regime não é natural: trata-se de uma estética da dominação historicamente construída e codificada, que erotiza e perpetua a diferença de poder. É essa política do desejo que mantém vivo o antigo regime sexo-gênero, em que pesem todos os processos legais de democratização e empoderamento das mulheres. Esse regime heterossexual necropolítico é hoje tão degradante e destrutivo quanto eram a vassalagem e a escravidão em pleno Iluminismo (PRECIADO, 2020, p. 327-328).

Para tanto, a transfobia, ou seja, as violências praticadas contra pessoas trans e a ideia falaciosa de papéis de gênero construída ao longo do tempo ainda fazem eco nos modos de subjetivação das pessoas. “Para além de ser apenas uma nova dimensão da individualidade, da vida privada das pessoas, a forma como se vive a própria sexualidade e a identidade de gênero é mediada por significados produzidos pela cultura” (JESUS, 2010, p. 33). Nesse sentido, ser trans (ou não) representa características morais, intelectuais e estéticas em todas as dimensões da vida social, durante todo o curso de vida.

No campo das ciências sociais, a ideia de curso de vida está embasada no entendimento da vida em uma processualidade sócio-histórica, que compreende aspectos subjetivos,

individuais e coletivos, ao longo de todos os períodos vividos gradativamente, aqui entendidos como infância e juventude, adultez e velhice. Há diversos parâmetros para categorizar as fases da vida, os marcos legais, por exemplo, são guiados por critérios etários, já a biomedicina se orienta pela maturação dos sistemas biológicos do corpo humano. No entanto, a análise de cada um dos períodos da vida das pessoas trans exige uma apreensão complexa da realidade, que deve ser feita de acordo com as condições sociais e fatores bio-psíquicos, respeitando as especificidades e autodeterminação de cada uma das pessoas.

Neste aspecto, para a abordagem do curso de vida das pessoas trans, apontamos o transfeminismo como uma corrente de discussão epistemológica que traz uma perspectiva de inclusão e respeito à diversidade. Esta contribui para elaborações sobre como entendemos o mundo sob a ótica feminista, tanto no que se refere às lutas políticas quanto às proposições teóricas (NASCIMENTO, 2021).

O transfeminismo poderia definir-se como um movimento revolucionário, embora pacífico, procedente da aliança das lutas históricas antipatriarcais do feminismo e das lutas recentes pela desmedicalização e despatologização dos movimentos trans, intersexual e das pessoas com deficiência (movimentos handiqueer), e que vê a abolição do sistema binário sexo-gênero e de suas inscrições institucionais e administrativas (a partir da designação de sexo in útero ou ao nascer) como condição de possibilidade de uma profunda transformação política, que leve ao reconhecimento da irreduzível multiplicidade do ser vivo e do respeito a sua integridade física. (PRECIADO, 2020, p. 292).

Partindo deste princípio, vamos priorizar autoras e autores trans para discutir o curso de vida das pessoas trans até a velhice e para fundamentar a análise, pois entendemos que as epistemologias trans movimentam-se por encontrar as condições necessárias para discutir sobre si mesmas. Desse modo, buscamos romper com a narrativa dominante que ainda pensa as trans-identidades apenas como um recorte dentro da discussão de gênero, trazendo a história das pessoas baseadas em suas próprias percepções, fazendo referência à Letícia Carolina Pereira do Nascimento, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Jaqueline Gomes de Jesus, Luma Nogueira de Andrade, Bruna Benevides, Sara Wagner York, Viviane Vergueiro, Amara Moira Rodovalho e Paul B. Preciado.

Ademais, a necropolítica se expressa inclusive no epistemicídio, seja no que se refere ao fato de não se ter acesso a determinados saberes, quanto ao fato de representar um apagamento intelectual desse grupo social e promover o esvaziamento do debate. A produção e reprodução de padrões normativos comportamentais acerca do sistema sexo-gênero fortalece as hierarquias sociais e a hierarquização desses saberes, o que configura, inclusive, uma

violação de direitos humanos, na medida em que esse grupo social vem sendo sistematicamente destituído. Por isso, o transfeminismo é um lugar de constante disputa em oposição a uma epistemologia universal que tem tomado conta e protocolado o domínio dos regimes discursivo e axiomático.

5.1. Infância e Juventude

Enquanto travestis, dormimos crianças e (raramente) adolescentes (sendo que a adultização de nossos corpos, muitas vezes, nos impede de acessar a adolescência) e em um passe de mágica, ao dizermos algo que relacione o desejo físico ao corpo, até então lido como homoerótico, em questão de segundos, nos tornamos adultas maliciosas. Pervertidas.

Manifesto Travesti, 2020.

A prescrição de gênero inicia antes mesmo do nascimento. No período gestacional, no momento da ultrassonografia, se estabelece uma série de designações segundo o sexo/genital, havendo duas possibilidades, menino ou menina, masculino ou feminino. É a partir daí que se escolhem os nomes, as roupas, as cores, os brinquedos e brincadeiras, bem como, se criam expectativas e práticas que serão estabelecidas e desenvolvidas ao longo da vida. Mesmo que não se pense a respeito disso, espera-se que a criança nasça e atenda as expectativas de desenvolvimento em relação à identidade e expressão de gênero, e a sua futura vida afetivo/sexual. Não é incomum presenciarmos comentários, em tom de brincadeiras, que sugerem papéis de gênero e sexualidades normativos direcionados às meninas, como: – “*E os namoradinhos?*”, o mesmo ocorre com os meninos. E, ainda, ao longo da vida os ensinamentos e tarefas domésticas direcionados a meninas, e os esportes, aventuras e lazer direcionados aos meninos.

Ainda durante a gravidez, há um ritual para celebrar o sexo-gênero da criança gestada: o “chá revelação”, que é um evento no qual se utilizam diversos aparatos e signos sociais para nomear os gêneros, a começar pelas cores rosa para meninas e azul para meninos. Cabe destacar que gênero não é pré-determinado, não há um certo-errado ou uma verdade absoluta, mas amplas possibilidades de construir existências diversas.

Esses fatores sociais e culturais configuram construções discursivas e, igualmente, fatores vulnerabilizantes. Todavia, não é a anatomia que define vulnerabilidade, mas a produção

discursiva que cria a anatomia, a identifica e insiste num determinismo biológico. Preciado (2020) problematiza a proteção da infância, o direito ao corpo, as relações familiares, a medicalização da criança diferente, entre outras coisas. Quem defende a criança *queer*? – intitula:

Quem defende os direitos da criança diferente? Quem defende os direitos do menino que gosta de vestir rosa? E da menina que sonha em se casar com a melhor amiga? Quem defende os direitos da criança homossexual, da criança transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança de mudar de gênero caso deseje? O direito da criança à livre autodeterminação sexual e de gênero? Quem defende o direito da criança de crescer num mundo sem violência de gênero e sexual? (PRECIADO, 2020, p.69).

As crianças *queer* ou “crianças viadas”, por assim dizer na linguagem popular, existem e compartilham vivências e necessidades em comum com as demais crianças, necessitam de acolhimento, aceitação, cuidado, rede de apoio e suporte social para que tenham um desenvolvimento saudável. Às crianças brasileiras estão assegurados, entre outros, o direito à educação, à dignidade, à vida e à saúde com “condições dignas de existência” no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990a): “Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

Neste sentido, visando a garantia do bem-estar e o desenvolvimento pleno da infância e juventude, estão assegurados alguns direitos específicos às pessoas trans. No que se refere à educação, pessoas trans, inclusive crianças, tem o direito de usar o nome social nas escolas e estabelecimentos de ensino. Assim, mesmo sem retificação dos documentos oficiais de identidade (que é permitido a partir dos 18 anos) é assegurado a estudantes trans que recebam tratamento em conformidade com sua identidade de gênero, respeitando o uso do nome social (BRASIL, 2018a). O mesmo ocorre na área da saúde, onde o direito ao uso do nome social e respeito à identidade de gênero foram instituídos pela Carta dos Direitos aos Usuários da Saúde (BRASIL, 2009).

As crianças trans também tem assegurado o direito à atenção médica especializada e acompanhamento multiprofissional e interdisciplinar, com possibilidade de intervenção hormonal a partir dos 16 anos de idade e procedimentos cirúrgicos a partir dos 18 anos (BRASIL, 2019).

Muito embora haja algumas regulamentações e direitos assegurados às crianças trans, a realidade nacional carece de estudos e pesquisas que abordem esse campo do conhecimento,

que é tratado como um tema relativamente recente e não conta com estudos de coorte, ou atenção e acompanhamento em longo prazo. Por outro lado, podemos encontrar fartos materiais a respeito da vida das pessoas trans em produções audiovisuais e na literatura. Documentários, filmes e séries abordam a vida cotidiana e podem servir de instrumentos para a quebra de paradigmas. Apesar disso, parte das produções é encenada por pessoas cisgêneras ou não-trans interpretando personagens trans e revelam a problemática nomeada pelos movimentos sociais como *transfake*, uma prática de usurpação que pode contribuir para reforçar estereótipos na arte.

Em relação à infância trans na literatura, destacamos a obra de Thamirys Nunes (2020), intitulada “Minha Criança Trans”, que traz uma narrativa autobiográfica de uma mãe lidando com a descoberta e o processo de transição de sua filha. A autora revela o dilema de ter uma vida aparentemente calma e socialmente aceita (dócil) ou reconstruir suas crenças em prol do amor por sua filha. Citamos, ainda, a obra de Ícaro Machado (2020), intitulada Criança Viada, na qual problematiza situações de desamparo familiar, social e psicológico nas infâncias LGBT, a partir de uma experiência realizada com homens homossexuais.

No cinema, a infância trans é abordada em alguns filmes, como: Minha Vida em Cor-de-Rosa (1997), XXY (2007), Tomboy (2011), Um garoto como Jake (2018), entre outros. As dramatizações se propõem a subsidiar o debate em torno da infância trans, relações familiares, aceitação, apoio e suporte social, questionamento das normas de gênero e enfrentamento aos padrões impostos pela sociedade contemporânea. Tal discussão se acerca mais da realidade social do que dos marcos legais, pois a disposição no texto legal não representa necessariamente práticas sociais que garantam o acesso aos direitos citados, como por exemplo, no Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990).

A vigilância binária dos gêneros reproduz violências constantes que impedem crianças trans de ter uma infância livre, dado o sentimento de não-pertencimento ao domínio socialmente estabelecido como certo ou adequado. Desde a primeira infância, as crianças que apresentam inconformidades, discordâncias ou simplesmente não se identificam com o sexo-gênero atribuído ao nascimento estão sujeitas a uma série de violências, preconceitos e discriminações. O mesmo ocorre também na juventude e tais vivências censuram a manifestação espontânea das identidades, podendo ocasionar sofrimento imensurável.

Sentimentos vivenciados no período da infância e adolescência podem acarretar danos psicossociais até a fase adulta, podendo postergar-se. Esses períodos são demarcados pelo início da construção de identidades, experimentações, descobertas, afirmação social e questões relativas ao gênero, tendo como principal referência a maneira com

a qual o corpo se apresenta na sociedade e padrões comportamentais a serem realizados por meninos e meninas (NASCIMENTO *et al.*, 2020, p.2).

A autora transfeminista Leticia Carolina Nascimento (2021, p.19) ao falar de sua infância a apresenta como se tivesse vivido num ponto divergente das normas de regulação de gênero:

[...] a infância foi um laboratório inventivo de outras corporalidades generificadas, isto é, outros modos de produzir corporalidades e gêneros. Compreendendo que não somos naturalmente generificados, mas que há um processo de produção de nós, de nossos gêneros, de nossos corpos.

Nesta perspectiva, Berenice Bento (2011, p.551) afirma:

As experiências de trânsito entre gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. Esse processo de fuga do cárcere dos corpos-sexuados é marcado por dores, conflitos e medos. As dúvidas — por que eu não gosto dessas roupas? Por que odeio tudo que é de menina? Por que tenho esse corpo? Levam os sujeitos que vivem em conflito com as normas de gênero a localizar em si a explicação para suas dores, a sentir-se uma aberração, uma coisa impossível de existir.

Tal processo de desenvolvimento cognitivo e construção da subjetividade é alimentado por uma série de estímulos, alguns deles vem através de repressões e constrangimentos ocasionados pelo círculo próximo da criança ou adolescente. Nem sempre genitores e demais membros da família se apresentam em condições de acolher e apoiar as crianças trans, pois carregam consigo valores, costumes e posicionamentos quase que impermeáveis. Foucault (1987), menciona que a família, como instituição, demanda padrões de objetificação que resultam em assujeitamentos e disciplinamento voltado à naturalização da norma, em outras palavras, corpos dóceis . Neste sentido, Oliveira e Nascimento (2020, p. 252) apontam que:

[...] a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, permitindo a eficácia do controle sobre os gestos, a atitude e a economia dos movimentos do corpo. Sendo assim, a norma representa um crivo de conduta que serve para diferenciar os normais — que correspondem ao padrão estipulado — dos anormais. Esse processo de normatização social estabelece que tudo e todos que desviam da norma, que se encontram às margens do padrão, serão classificados como sintomáticos, representando uma clara ameaça à normalidade vigente, devendo ser combatida e exterminada se possível.

Como drástica consequência, é comum a expulsão da casa da família, em média aos 13 anos de idade (ANTRA, 2017). A história se repete nos demais núcleos, sistemas e instituições, por exemplo, no ambiente escolar que também atua no disciplinamento dos corpos, dos modos de vida e da hetero-cis-sexualidade compulsória, muitas vezes, “[...] fazendo um sujeito que se sente, veste e age como mulher ser tratado como homem ou o contrário. — A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade” (BENTO, 2011, p. 555).

A evasão escolar involuntária, como pontua Luma Nogueira de Andrade, é a quebra de um vínculo social que nunca se firmou. A escola delimita, igualmente, uma cartografia e um ordenamento que constrói uma linha fronteira e expulsa, mesmo que não oficialmente, num processo onde “educando(a) que abandona a escola por escolha própria, eximindo esta de qualquer responsabilidade na decisão” (ANDRADE, 2012, p. 247).

Para combater e evitar essas rupturas, se faz necessário definitivamente reconhecer a existência de pessoas trans, assim como identidades e corpos diversos. Além disso, se faz necessário deslocar esse debate para a esfera coletiva, reconhecendo que, além de diversas, as identidades trans compõem um grupo plural e heterogêneo. Ao avançar nesse primeiro passo de reconhecimento das identidades e respeito aos pronomes conforme o desejo e autodeterminação³⁴ de cada uma das pessoas, temos um longo caminho para promover inclusão e superar nossas limitações, que, muitas vezes, beiram a mitos, como por exemplo, tratar a vivência trans como uma fase transitória.

Especialmente na primeira infância é comum que familiares, responsáveis, educadores, profissionais de saúde tenham inseguranças ou dúvidas em reconhecer as identidades trans (PONTES *et al.*, 2020). Melhor do que insistir em solucionar isto, que pode ser visto como um dilema, é compreender que as identidades não são pré-determinadas, sendo, portanto, fluidas (BUTLER, 2003). E, assim, investir na criação de espaços seguros para vivenciar uma infância saudável.

Se por um lado há uma dificuldade em aceitação, respeito e inclusão, por outro, há uma facilidade imensa em apontar e discriminar todas aquelas pessoas que são vistas como diferentes. No paradoxo da tolerância, a sociedade tem relevado violências múltiplas e

³⁴ O que não significa que pessoas trans precisam da aprovação social de outras pessoas. Vale lembrar que o compromisso de respeito, inclusão e promoção de equidade é de toda a sociedade.

assumido papel de convivência e omissão, como, por exemplo, na abordagem e manejo do *bullying* no ambiente escolar, resultando em “evasão” e, conseqüente, baixa escolaridade das pessoas trans (ANDRADE, 2012).

5.2. Vida adulta e velhice

*(...) E enfiando tudo só em duas caixinhas, criamos
como uma maestria seres infelizes, que foram
proibidos até as pontas dos narizes, a viverem
miragens duras que não eram suas, a resistir a
violências que são ensinadas, a terem suas posturas
falsas que são respeitadas, a repetir em suas bocas
preconceito alheio e invejar a liberdade de quem não
lhe diz respeito.*

Trecho da música “In-trans-missível”, Zara Dobura.

Como debatido na seção anterior, quando pessoas trans passam pela expulsão do lar e do núcleo familiar, passam por um processo de adultização precoce e encarnam responsabilidades de sobreviver jogadas à própria sorte. Pessoas que desviam dos padrões de comportamento e expressão de gênero, identidades não-conformes ou gênero-diversas, estão enfrentando a ideia de purismo do ser humano universal e, quando assumem um novo nome, seu corpo assume, igualmente, um lugar determinado nas relações sociais e familiares.

O nome de batismo, aquele designado ao nascimento, não diz respeito a uma experiência existencial genuína, pois não reflete a veracidade da maioria das pessoas trans. Quando tratamos aqui da maioria das pessoas, sinalizamos que há quem se sinta confortável e não reivindique mudança de nome, ou de pronome, como, por exemplo, o deputado estadual Thammy Gretchen ou a cantora Liniker. Além disso, a experiência trans não requer necessariamente, inconformidade, necessidade ou desejo de readequação ou modificações corporais. De todo modo, um corpo se opõe à construção social no momento em que problematizamos a experiência existencial relativa ao gênero que expressa. Foucault (2008) aponta que, neste momento, há uma quebra da estabilidade dos valores e saberes construídos e situados sócio-historicamente e nomeia biopoder essa relação existencial entre forças que representam o que se sente, vive e experiencia dentro do corpo.

Apoiados nessas ancoragens epistemológicas podemos examinar por um lado, esse espaço fundamental da violência que se encontra em todas as histórias de vida pós-coloniais, e que é necessário sublinhar para entender as condições nas quais se gestou

a política atual. Em segundo lugar, nos ajuda a pensar na sociedade em sua condição contemporânea para problematizar como esse paradigma segue operando principalmente nas identidades dissidentes e ininteligíveis.

Na fetichização e fragmentação do corpo trans que a moral, a política e a sociedade diagnosticam, catalogam e condenam como estranho e plausível a homicídios (literais e metafóricos), que na maioria das vezes são caracterizados pela impunidade do agressor, percebe-se o efeito da transfobia e o terrorismo sofrido, através de diversas artimanhas de violência e abandono (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2018, p. 6, grifo nosso).

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais estima que, no Brasil, apenas cerca de 0,02% alcançam o ensino superior, num universo onde 72% das pessoas trans não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental. A expulsão e a involuntária e precoce adultização mostram o obstáculo de manter o vínculo, apoio ou simplesmente o contato com a família (ANTRA, 2017). Luma Nogueira de Andrade aponta que devido a uma “confusão conceitual” que faz parte do contexto histórico atual, os sujeitos sociais “não se limitam aos territórios e buscam o êxodo, a migração, a saída, o fluxo, a itinerância” e aponta, ainda, que essa determinada confusão “generaliza, simplifica e torna, ou pelo menos tenta tornar, homogênea a diversidade das vivências”, referindo-se às pessoas LGBT (ANDRADE, 2012, p. 122). No entanto, há diversidade no universo de pessoas LGBT, o que significa que nem todas vivem exatamente as mesmas experiências.

Nos vários espaços públicos, uma ação simples como a ida ao banheiro pode ser um atentado à vida das pessoas trans. Temos um lastro cultural no qual “mulheres não podem usar o mesmo banheiro que os homens e os homens não podem usar o mesmo banheiro que as mulheres” (ANDRADE, 2012, p. 157). Esta divisão, dada como natural, que delimita geograficamente os banheiros, “como se não houvesse saída para as identidades trans” (*Idem*, p. 155), reflete:

Na porta de cada banheiro, como único signo, uma interpelação de gênero: masculino ou feminino, damas ou cavalheiros, guarda-chuva ou chapéu, bigode ou florzinha, como se tivéssemos que entrar no banheiro para refazer o gênero mais do que se desfazer da urina e da merda. Não nos perguntam se vamos cagar ou mijar, se temos ou não diarreia, ninguém se interessa nem pela cor nem pelo tamanho da merda. A única coisa que importa é o GÊNERO (PRECIADO, 2019, p.1).

Há uma sarcástica espetacularização da humilhação no impedimento do uso dos banheiros, basta lembrar de Lanna Hellen³⁵ num shopping de Maceió/AL, em janeiro de 2020, ou ainda, da cartunista Laerte³⁶, em 2012, e tantos outros casos amplamente noticiados. A exclusão e consequente invisibilidade é causadora de inúmeras dificuldades na construção de subjetividades e imagens positivas para as pessoas trans sobre si mesmas, podendo trazer reflexos negativos à saúde mental e autoestima. Fecham-se, desse modo, as portas para que as pessoas trans se enxerguem e sejam reconhecidas como indivíduos. Portanto, banheiros podem ser entendidos também como uma tecnologia de gênero que influencia diretamente na produção e reprodução dos padrões de masculinidade e feminilidade, tanto no espaço público, quanto no espaço privado (PRECIADO, 2019).

A dimensão processual da adulez e maturidade que envolve a sobrevivência, passa também pelo mercado de trabalho e pela, praticamente, única possibilidade: trabalho sexual. “Via de regra, as incursões etnográficas feitas por pesquisadoras e pesquisadores brasileiras e brasileiros destacam a presença de travestis e mulheres transexuais em bairros de periferia, boates, praças, pensões e territórios de prostituição” (York *et al.*, 2020, p. 268). Conforme relatório da ANTRA (2017), 90% da população trans no Brasil, sobretudo, mulheres travestis e transexuais, tem na prostituição sua principal fonte de renda, em decorrência da dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho, do déficit de qualificação profissional e da baixa escolaridade ocasionados pela expulsão de casa, evasão escolar e exclusão social.

A realidade brasileira revela que essa exclusão pode ser entendida como desinteresse, abjeção e desresponsabilização pela vida das pessoas trans e coloca o país como primeiro colocado no *ranking* dos países que mais matam pessoas trans no mundo (TGEu, 2017; ANTRA, 2017, 2018, 2019). Contraditoriamente, representa o país que mais consome pornografia trans, como aponta o portal Pornhub que divulga anualmente estatísticas de acesso, e revelou que houve um crescimento de 98% nas pesquisas do termo *transgender* em 2019 (BENEVIDES, 2020). Não é, portanto, o binômio sexo-genital que coloca as pessoas trans, masculinas, femininas ou não binárias, em lugares de violências e/ou exploração sexual, mas a

³⁵ “Travesti denuncia que foi impedida de usar banheiro feminino em shopping de Maceió”. Disponível em <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/01/04/travesti-denuncia-que-foi-impedida-de-usar-banheiro-feminino-em-shopping-de-maceio.ghtml> Acessado em 20/06/2021.

³⁶ “Cartunista que se veste de mulher quer usar o banheiro feminino”. Disponível em <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/01/cartunista-que-se-veste-de-mulher-quer-usar-o-banheiro-feminino.html> Acessado em 20/06/2021.

construção de um sistema de poder e dominação (necropolítica), que determina se um corpo ou uma vida tem valor e se pode ou deve ser subjugado.

Culturalmente, há um processo chamado de transição como um caminho percorrido até, coloquialmente, “sair do armário” e assumir-se trans (o que pode ocorrer em qualquer período da vida). Preciado (2020, p. 232) aponta a transição como “um processo biomorfológico”, no qual o corpo trans é tratado como inexistente diante de certos “regimes político-administrativos (registro de documentos, variante possível e vital do humano nos livros de anatomia, nem nas representações do aparato reprodutivo saudável dos manuais de biologia do ensino médio)”.

Pessoas trans estão expostas à insegurança vital ao passar por modificações corporais para uma transição de gênero. O processo de transição pode ser perpassado por falta de recursos, desconhecimento, anseio por mudança, aceitação ou passabilidade, entre outros fatores. Mesmo havendo alguns protocolos para modificações corporais, não raro, há pessoas trans que realizam automedicação com uso de hormônios e, ainda, injetam silicone industrial e outras substâncias em busca da silhueta desejada. É como se, silenciosamente, não houvesse problema caso aconteça algo errado em vidas tratadas como descartáveis.

No Brasil, apenas cinco unidades hospitalares³⁷ do Sistema Único de Saúde são credenciadas para realizar os procedimentos previstos no protocolo do “Processo Transexualizador” (previsto na Portaria Nº 2.803/2013) e a fila de espera para acessar esses serviços de saúde e procedimentos pode demorar muitos anos. Na rede privada, os convênios e seguros de saúde particulares, com frequência, apresentam resistências na cobertura de assistência ambulatorial e procedimentos cirúrgicos às pessoas trans que precisam recorrer à judicialização para conseguir acessar o que deveria ser direito garantido.

A construção do corpo (*embodiment*) passa também pela construção de si. A corporalidade, a construção da autoimagem e expressão comunicam uma busca também guiada pelo padrão de beleza, assim como pelo padrão de feminilidade e masculinidade. Portanto, há uma justaposição do contexto social, histórico, econômico e político (SILVA JR, 2020). As noções de beleza constituem um capital social e até mesmo um marcador simbólico de

³⁷ As unidades de saúde são: Hospital das Clínicas de Porto Alegre, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Hospital Universitário Pedro Ernesto, vinculado à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP); Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Recife (UFPE) (BRASIL, 2013).

diferenciação do corpo belo (aceitável e desejável) e do corpo abjeto. A construção do corpo desejável evidencia a dimensão social e sexual, através das quais se exerce as possibilidades de existência, afetos, relacionamentos e devires. Este fator é fundamental para o êxito da sobrevivência no exercício do trabalho sexual³⁸. Tal realidade, pouco retratada em estudos e publicações científicas foi abordada no documentário Bombadeira (2007) que relata o percurso de mulheres travestis na busca do sonho do corpo perfeito, através da aplicação de silicone líquido industrial³⁹.

Logo, a construção do corpo como um processo de afirmação do gênero e a concomitante adultização carrega consigo as predefinições da vida adulta: sair da casa da família, trabalhar e se manter, relacionar-se com alguém, talvez casar e ter filhos, se assim desejar. Estas predefinições estão embasadas num contexto de universalidade falaciosa, que mal dá conta da existência de um sujeito universal e, tornam os relacionamentos afetivos, amorosos, sexuais e a conjugalidade uma realidade distante às pessoas trans:

É preciso constatar que os corpos trans femininos são “consumidos” principalmente por homens, cisgêneros, casados, que possuem companheiras em relacionamentos tidos como “fechados” etc., e isso constantemente acontece às escondidas, pois somos sempre as amantes e quase nunca as “amadas”, as preteridas, mas nunca as preferidas e escolhidas (FERNANDES, 2020, n.p.)

O lugar reservado ao preterimento, que coloca as pessoas trans num não-lugar, tem sido levantado pelos movimentos e depoimentos nas redes sociais (FERNANDES, 2020), e é um campo a ser melhor explorado pelas pesquisas. A falta de afeto e a solidão podem estar relacionadas com a hipersexualização e a fetichização de uma sociedade que não considera o corpo trans como elegível para se relacionar ou até mesmo constituir família; embora, tenhamos dispositivos legais e precedentes judiciais que regulamentam a união estável e casamento LGBT⁴⁰, assim como a parentalidade, planejamento familiar, adoção, reprodução assistida e barriga solidária.

O não-lugar desprovê as pessoas trans de humanidade, cidadania, saúde e bem-estar. Há que se pensar na produção de subjetividade causada por este tipo de violação: Será que o

³⁸ Destacamos algumas publicações relacionadas aos fluxos migratórios de pessoas trans, especialmente, travestis e transexuais que atuam no trabalho sexual: Benedetti (2005), Kulick (2008), Silva Jr (2020).

³⁹ Bombadeira é o termo usual que nomeia as pessoas que administram clandestinamente substâncias no corpo daquelas que assim desejam, geralmente silicone líquido industrial, sendo pessoas de referência na busca pelo corpo legitimado.

⁴⁰ Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Resolução 175 de 14 de maio de 2013.

prejuízo à saúde mental é dado puramente pela experiência de vida trans ou pela naturalização da vida generificada e normalizada?

Nos Estados Unidos, um estudo demonstrou que o reconhecimento e respeito ao uso do nome social resultou uma redução de aproximadamente 29% de ideações suicidas, além da redução em 56% de comportamentos suicidas entre jovens (RUSSEL *et al.*, 2018). Ainda no campo da saúde mental, o *Nacional Center for Transgender Equality* (Centro Nacional para Igualdade Transgênero - EUA) realizou uma pesquisa com 435 pessoas, que demonstrou os efeitos nocivos da transfobia estrutural sobre a saúde física e mental, estando as pessoas trans mais propensas à vulnerabilidade socioeconômica, vivência em situação de rua e até uma taxa elevada de dependência química entre as pessoas entrevistadas (NCTE, 2016).

O impacto das mais diversas formas de discriminação demonstram que a melhor prática terapêutica possível é o suporte social com políticas de cuidado e inclusão para um curso de vida saudável. Cabe ressaltar que abordagens terapêuticas de conversão, terapia reparativa ou ainda terapia de reorientação sexual (também conhecidas como “cura gay”)⁴¹ configuram violação de direitos humanos e são proibidas pela Resolução 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia.

Diante do exposto, podemos avançar na crítica à lógica cartesiana e determinista das fases da vida. A velhice se apresenta como um desafio à transexualidade, travestilidade, transgeneridade e não-binariedade, tendo em vista a expectativa de vida das pessoas trans. Sob a velhice também pairam representações sociais: “Na produção recente dos especialistas, a visão do envelhecimento como uma situação de decadência física e perdas de papéis sociais é notadamente eclipsada pela ideia dos ganhos que o envelhecimento potencialmente possibilita” (DEBERT, 2012, p. 39).

A velhice e o envelhecimento de pessoas são componentes do curso de vida. Refletir sobre esse campo temático e as condições de vida das pessoas trans exige um alto grau de abstração, dada a discussão que tangencia vivências e enfrentamentos imbricados pela complexa conjuntura social e política de cada país. Pessoas trans idosas não são um grupo

⁴¹ O documentário *Pray Away* (2021) retrata a história de pessoas LGBT nos Estados Unidos ligadas a algumas organizações religiosas que vivenciaram a abordagem de “cura”, as marcas e traumas que isso desencadeou em suas vidas.

homogêneo, ou seja, tem diferentes condições de vida e diferentes características de saúde, bem-estar e qualidade de vida.

A produção de conhecimento pouco avançou com estudos e publicações a respeito da velhice trans. Podemos destacar os trabalhos acadêmicos de Siqueira (2004) e Antunes (2010), no entanto, são trabalhos de abordagem qualitativa e contam com poucas participantes entrevistadas. De um modo geral, os trabalhos retratam aspectos das trajetórias de vida das pessoas entrevistadas, significativos para a construção de narrativas transcendidas, mas ainda com poucos dados sobre as especificidades da velhice.

Em 2019 foi publicado o último livro produzido por João W. Nery (1950-2018), intitulado: *Velhice Transviada: memórias e reflexões*. Nery foi um grande ativista e defensor dos direitos LGBT e ficou conhecido como o primeiro homem trans do Brasil a realizar procedimentos cirúrgicos para redesignação sexual. O livro traz entrevistas com pessoas trans em idades variadas que superaram a expectativa de vida, retratando aspectos biográficos de cada uma delas, com aspectos subjetivos e suas contribuições ao ativismo social. Apesar de poucos dados sobre as especificidades da velhice trans, esta é uma obra muito significativa, pois até o momento foi a única localizada como produção de uma pessoa trans sobre a velhice trans.

Na televisão estadunidense, a série *Transparent* (2014-2019) retrata a história ficcional de uma pessoa que passou pela transição de gênero durante a velhice, embora a atuação tenha sido *transfake*. Não há um período ideal para a transição, mas algumas pessoas podem se sentir mais à vontade durante este período da vida no qual alcançaram certa independência e estabilidade. Por outro lado, a velhice pode ser um período de maior vulnerabilidade e de propensão a doenças crônicas e debilidades, que quando levadas à dependência ou necessidade de permanecer em instituições de longa permanência, pode representar um fator que influencia pessoas a “destransicionar”. Nem sempre familiares, cuidadores e demais profissionais ou instituições estão preparados para lidar com a identidade de gênero e velhice de maneira não-normativa.

As diferentes gerações de pessoas trans, em suas diversas e heterogêneas experiências de vida, estão situadas em tempo histórico e social que reflete um contexto no qual se manifestam “estereótipos negativos” acentuados com a velhice (DEBERT, 2012, p. 39). Dentre os fatores agravantes com a velhice estão o aumento da invisibilidade, a dificuldade em localizar profissionais com qualificação para lidar com as especificidades e o acesso a serviços

geriátricos especializados, além dos reflexos da violência transfóbica. Bento (2014, p.1) aponta que:

Durante toda a vida a pessoa trans luta para ser reconhecida por um gênero diferente do imposto ao nascimento, no entanto, é considerada homem quando morre e mesmo a contabilidade dos mortos feita por ativistas não enfatiza a dimensão de gênero. Há um processo contínuo de esvaziamento e apagamento da pessoa assassinada.

A produção da morte, gradativa, é também um fator de gestão da vida, arrebatada por um sistema de organização social cis-hétero-normativo, que opera através de tecnologias violentas. Ser uma pessoa trans, sobreviver e envelhecer inscrita nesse sistema necropolítico, generificado, não termina nem mesmo com a morte, haja vista as publicações de obituários e lápides que ignoram o nome social.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre todos os desafios do curso de vida, envelhecer é um dos pontos mais distantes da realidade das pessoas trans. Neste capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa na intenção de contribuir para a superação da lógica exaustiva de luta por sobrevivência e, quem sabe, nos aproximar desse horizonte chamado: envelhecimento bem-sucedido.

Nos últimos anos, os movimentos sociais de pessoas trans vem lutando por maior maior visibilidade e pela consolidação da pauta na agenda pública, reivindicando a construção de direitos e políticas que abarquem suas especificidades. Embora se tenha algumas conquistas, ainda há muito que se avançar por melhores condições de vida e relações equânimes em nossa sociedade.

No que se refere a produção do conhecimento, podemos afirmar que os estudos relacionados às especificidades das pessoas trans tem aumentado nos últimos anos num contexto global. Esse aumento pode indicar maiores possibilidades na desconstrução de pensamentos e práticas discriminatórias enraizadas nas sociedades ocidentais e no enfrentamento às violências transfóbicas, além de subsidiar a identificação de demandas e a implementação de políticas públicas necessárias a este grupo populacional.

De modo geral, os estudos brasileiros voltados às pessoas trans estão concentrados na área da saúde, mais especificamente abordando acesso e inclusão, diagnóstico e prevenção de HIV/AIDS, corpo, processo transexualizador, saúde mental, diagnóstico x despatologização (SIQUEIRA, 2004; LIONÇO, 2008; BENTO, 2009; ANTUNES, 2010; BENTO e PELÚCIO, 2012) e ainda, nas ciências sociais e humanas, abordando identidades e sexualidades, performatividade e representações sociais (SOUSA, 2014).

Sobre envelhecimento e velhice das pessoas trans, realizamos pesquisa bibliográfica sistematizada tendo como objetivo estabelecer interlocuções entre trans-identidade de gênero, envelhecimento e Serviço Social. O levantamento dos dados foi realizado entre os meses de março-junho de 2020, nas bases de dados *Scielo*, *Web of Science e Scopus* e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Biblioteca Nacional Digital combinando descritores nos idiomas idiomas português e inglês.

Após procedimentos metodológicos de busca, definição de parâmetros e aplicação de critérios de inclusão/exclusão, a base de dados *Scopus* (n=56) foi a única que possibilitou resultados consistentes para compor o *corpus*, além de *Scielo* (n=1) e BDBTD (n=1). No total, cinquenta e oito (n=58) trabalhos publicados no intervalo entre os anos de 2004-2019 foram selecionados para análise. A seguir, apresentamos a tabela com os trabalhos selecionados, sinalizando tradução livre dos títulos e palavras-chaves na intenção de tornar a leitura mais fluida e acessível:

Tabela 1: Lista dos trabalhos selecionados

Ordem	Ano	Título (tradução)	Palavras-chaves (traduzidas)	Referência	Base
1	2004	Análise do curso de vida - a coragem de buscar algo mais: Questões da idade adulta média na comunidade transgênero e intersexo.	Idade adulta; discriminação; gênero; identidade de gênero; apresentação de gênero; autopercepção de gênero; crimes de ódio; desigualdade na saúde; hermafrodita; heterossexual; intersexo; status legal; LGBT; curso de vida; ciclo de vida; meia idade adulta; meia idade; velhice; poder; raça; sexo; sexualidade; orientação sexual; teoria social; status sócio-econômico; transexual; transgênero; violência.	Witten, T. M. (2004). Life course analysis—The courage to search for something more: Middle adulthood issues in the transgender and intersex community. <i>Journal of Human Behavior in the Social Environment</i> , 8(2-3), 189–224. https://doi.org/10.1300/J137v08n02_12	<i>Scopus</i>
2	2007	Saúde transgênero: Implicações para o envelhecimento e o cuidado.	Transgênero, trans, identidade de gênero, FTM, MTF, saúde, envelhecimento, cuidado.	Williams, M. E., & Freeman, P. A. (2007). Transgender Health: Implications for aging and caregiving. <i>Journal of Gay & Lesbian Social Services</i> , 18(3-4), 93–108. doi:10.1300/j041v18n03_06	<i>Scopus</i>

3	2007	Corpos transgêneros, identidades e saúde: Efeitos da percepção real da violência e abusos.	—	WITTEN, T. (2007). Transgender bodies, identities, and healthcare: Effects of perceived and actual violence and abuse. <i>Inequalities and Disparities in Health Care and Health: Concerns of Patients, Providers and Insurers</i> , 225–249. doi:10.1016/s0275-4959(07)00010-5	
4	2008	Compreendendo a espiritualidade e a religiosidade na comunidade transgênero: Implicações para o envelhecimento.	Abuso, envelhecimento, fé, religiosidade, espiritualidade, transgênero, transexual, violência.	KIDD, J. D., & WITTEN, T. M. (2008). Understanding Spirituality and Religiosity in the Transgender Community: Implications for Aging. <i>Journal of Religion, Spirituality & Aging</i> , 20(1-2), 29–62. doi:10.1080/15528030801922004	Scopus
5	2009	Saídas graciosas: Intersecção do envelhecimento, identidades transgêneros e a família/comunidade.	Envelhecimento, comunidade, morte e morte, experiências de fim de vida, família, transgênero, transexual, <i>cross-dressing</i> .	WITTEN, T. M. (2009). Graceful Exits: Intersection of Aging, Transgender Identities, and the Family/Community. <i>Journal of GLBT Family Studies</i> , 5(1-2), 35–61. doi:10.1080/15504280802595378	Scopus
6	2009	Desafios exclusivos do envelhecimento de transgêneros: Implicações da literatura.	Transgênero; envelhecimento; transexual; transexual; desordem de identidade de gênero.	PERSSON, D. I. (2009). Unique Challenges of Transgender Aging: Implications From the Literature. <i>Journal of Gerontological Social Work</i> , 52(6), 633–646. doi:10.1080/01634370802609056	Scopus
7	2010	Violência sexual, abuso de idosos e sexualidade de adultos transgêneros, com mais de 50 anos: Resultados de três pesquisas.	Transgêneros adultos, violência sexual, abuso de idosos, sexualidade, pesquisas on-line.	COOK-DANIELS, L., & MUNSON, Michael. (2010). Sexual Violence, Elder Abuse, and Sexuality of Transgender Adults, Age 50+: Results of Three Surveys. <i>Journal of GLBT Family Studies</i> , 6(2), 142–177. doi:10.1080/15504281003705238	Scopus

8	2011	Transgênero e envelhecimento: Seres e fraquezas.	—	WITTEN, T. M., EYLER, A.E. Transgender and aging: Beings and becomings. (2011) Gay, Lesbian, Bisexual, and Transgender Aging: Challenges in Research, Practice, and Policy. Johns Hopkins University Press, 9781421404059, pp. 187-269.	<i>Scopus</i>
9	2012	As transições e o curso de vida: Desafiando as construções de "envelhecer".	—	GRENIER, A. (2012). Transitions and the lifecourse: Challenging the constructions of 'growing old'. pp. 1-241. ISBN: 978-184742693-2; 978-184742691-8.	<i>Scopus</i>
10	2012	Quando a Injustiça Envelhece: Uma Revisão Sistemática do Envelhecimento Trans.	Violência; discriminação; barreiras estruturais; HIV/ AIDS; redes de apoio.	FINKENAUER, S., SHERRATT, J., Marlow, J., & BRODEY, A. (2012). When Injustice Gets Old: A Systematic Review of Trans Aging. Journal of Gay & Lesbian Social Services, 24(4), 311–330. doi:10.1080/10538720.2012.722497	<i>Scopus</i>
11	2013	Adaptação psicológica e social em pessoas transexuais idosas	Disforia de gênero; Assistência social; Idade avançada; Transsexualismo.	ETTNER, R., & WYLIE, K. (2013). Psychological and social adjustment in older transsexual people. Maturitas, 74(3), 226–229. doi:10.1016/j.maturitas.2012.11.0	<i>Scopus</i>
12	2013	Resiliência e múltiplas identidades estigmatizadas: Lições das reflexões das pessoas transgênero sobre o envelhecimento.	Advocacy; Agência; Interseccionalidade; Teoria da Queer; Resiliência; Auto-aceitação; Espiritualidade; Estigma; Envelhecimento bem sucedido; Transgênero.	McFADDEN, S.H., FRANKWOSKI, S., FLICK, H., WITTEN, T.M. Resilience and multiple stigmatized identities: Lessons from transgender persons' reflections on aging. (2013) Positive Psychology: Advances in Understanding Adult Motivation, pp. 247-267. doi: 10.1007/978-1-4614-7282-7	<i>Scopus</i>

13	2013	Afiliação religiosa e envelhecimento bem sucedido entre os adultos transgêneros mais velhos: Resultados da pesquisa da Trans MetLife.	Afiliação religiosa, religiosidade, espiritualidade, transgênero, transexual, envelhecimento, adulto mais velho, gerontologia, sucesso; envelhecimento.	PORTER, K. E., RONNEBERG, C. R., & WITTEN, T. M. (2013). Religious Affiliation and Successful Aging Among Transgender Older Adults: Findings From the Trans MetLife Survey. <i>Journal of Religion, Spirituality & Aging</i> , 25(2), 112–138. doi:10.1080/15528030.2012.739988	<i>Scopus</i>
14	2013	Cuidados com o paciente transexual idoso.	Envelhecimento transexual, transexual idoso, disforia de gênero idoso.	ETTNER, R. (2013). Care of the elderly transgender patient. <i>Current Opinion in Endocrinology & Diabetes and Obesity</i> , 20(6), 580–584. doi:10.1097/01.med.0000436183.349	<i>Scopus</i>
15	2014	Fim da Vida, Doença Crônica e Trans-Identidades.	Envelhecimento, doenças crônicas, invalidez, cuidados com idosos, cuidados no final da vida, identidade de gênero, gerontologia, geriatria, GLBT, hospício, adulto idoso, cuidados paliativos, religiosidade, espiritualidade, prática do serviço social, transexual, transgênero, transsexual.	Witten, T. M. (2014). End of Life, Chronic Illness, and Trans-Identities. <i>Journal of Social Work in End-Of-Life & Palliative Care</i> , 10(1), 34–58. doi:10.1080/15524256.2013.877864	<i>Scopus</i>
16	2014	Saúde física e mental de adultos transgêneros mais velhos: Uma população em risco e mal-atendida.	Identidade de gênero, LGBT, Saúde das minorias, Resiliência.	FREDRIKSEN-GOLDEN, K. I., COOK-DANIELS, L., KIM, H.-J., EROSHEVA, E. A., EMLET, C. A., Hoy-Ellis, C. P., MURACO, A. (2013). Physical and Mental Health of Transgender Older Adults: An At-Risk and Underserved Population. <i>The Gerontologist</i> , 54(3), 488–500. doi:10.1093/geront/gnt021	<i>Scopus</i>
17	2014	Transições de gênero na velhice: O significado do tempo no envelhecimento <i>queer</i> .	Populações GLBT; questões GLBT; gênero; qualitativo.	FABBRE, V. D. (2014b). Gender Transitions in Later Life: The Significance of Time in Queer Aging. <i>Journal of Gerontological Social Work</i> , 57(2-4), 161–175. doi:10.1080/01634372.2013.855287	<i>Scopus</i>

18	2014	"Eles simplesmente não fazem a menor ideia": Envelhecimento Transgênero e Implicações para o Serviço Social.	Qualitativa, populações e questões GLBT, prática do serviço social, biografia, transgêneros.	SIVERSKOG, A. (2014). "They Just Don't Have a Clue": Transgender Aging and Implications for Social Work. Journal of Gerontological Social Work, 57(2-4), 386–406. doi:10.1080/01634372.2014.895472	Scopus
19	2014	Nem tudo é escuridão: Robustez, resiliência e envelhecimento transgênero bem sucedido.	Envelhecimento, doença crônica, travesti, deficiência, assistência a idosos, fim da vida, gênero, identidade de gênero, autopercepção de gênero, hospício, velhice, LGBT, cuidados paliativos, queer, sexo, sexualidade, transgênero, transsexual.	WITTEN, T. M. (2014). It's Not All Darkness: Robustness, Resilience, and Successful Transgender Aging. LGBT Health, 1(1), 24–33. doi:10.1089/lgbt.2013.0017	Scopus
20	2015	Além do Binário: Trans-Negociações em Terapia de Casais e Família.	Não-conformidade de gênero; Envelhecimento Transgênero; Casais Transgêneros; Famílias Transgêneras; Pais Transgêneros; Relacionamentos Transgêneros; Jovens Transgêneros.	GIAMMATTEI, S. V. (2015). Beyond the Binary: Trans-Negotiations in Couple and Family Therapy. Family Process, 54(3), 418–434. doi:10.1111/famp.12167	Scopus
21	2015	Desafiando o cisgenderismo no setor do envelhecimento e do cuidado ao idoso: Atendendo às necessidades das pessoas idosas de experiência trans e/ou não-binária.	—	ANSARA, Y. G. (2015). Challenging cisgenderism in the ageing and aged care sector: Meeting the needs of older people of trans and/or non-binary experience. Australasian Journal on Ageing, 34, 14–18. doi:10.1111/ajag.12278	Scopus
22	2015	Lésbicas Transgêneras Idosas: Explorando a Intersecção de Idade, Identidade Sexual Lésbica e Identidade Transgênero.	Envelhecimento, travestis, idosos, fim de vida, gênero, identidade de gênero, autopercepção de gênero, velhice, lésbica, LGBT, queer, sexo, sexualidade, transsexual, transgênero, trans-lésbica.	WITTEN, T. M. (2015). Elder Transgender Lesbians: Exploring the Intersection of Age, Lesbian Sexual Identity, and Transgender Identity. Journal of Lesbian Studies, 19(1), 73–89. doi:10.1080/10894160.2015.959876	Scopus
23	2015	Transições de gênero na velhice: Uma perspectiva queer sobre o envelhecimento bem sucedido.	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, Envelhecimento bem sucedido, Métodos de pesquisa qualitativa.	FABBRE, V. D. (2014a). Gender Transitions in Later Life: A Queer Perspective on Successful Aging. The Gerontologist, 55(1), 144–153. doi:10.1093/geront/gnu079	Scopus

24	2015	Envelhecimento dos corpos que importam: Idade, gênero e encarnação em histórias de vida de pessoas transgêneros mais velhas.	—	SIVERSKOG, A. (2015). Ageing Bodies that Matter: Age, Gender and Embodiment in Older Transgender People's Life Stories. NORA - Nordic Journal of Feminist and Gender Research, 23(1), 4–19. doi:10.1080/08038740.2014.979869	Scopus
25	2016	Experiências de adultos transgêneros mais velhos e não-conformes com o gênero em psicoterapia: Um estudo qualitativo.	Psicologia, transgênero, envelhecimento, psicoterapia, não-conformidade de gênero.	ELDER, A. B. (2016). Experiences of older transgender and gender nonconforming adults in psychotherapy: A qualitative study. Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity, 3(2), 180–186. doi:10.1037/sgd0000154	Scopus
26	2016	Envelhecimento e Transgêneros Bissexuais: Explorando a Intersecção de Idade, Identidade Sexual Bissexual e Identidade Transgênero.	Envelhecimento; cuidados com os idosos; fim da vida; gênero; identidade de gênero; autopercepção de gênero; mais tarde vida; bissexual; LGBT; bicha; sexo; sexualidade; transexual; transgênero; trans-bissexual.	WITTEN, T. M. (2016). Aging and Transgender Bisexuals: Exploring the Intersection of Age, Bisexual Sexual Identity, and Transgender Identity. Journal of Bisexuality, 16(1), 58–80. doi:10.1080/15299716.2015.1025939	Scopus
27	2016	A busca de identidade de uma mulher transgênero mais velha.	Idoso; Relatório de caso; Estudo Clínico; Transcrição de DNA; Capacitação; Feminino; Identidade de gênero; Transcrição genética; Acesso aos cuidados de saúde; Humano; Humanos; Identidade; Entrevista; Tempo de vida; Homem; Narrativa; Prática de enfermagem; Psicologia; Cientista; Sexualidade; Transexualidade; Transgênero; Pessoas trans.	WALKER, C.A., COHEN, H., JENKINS, D. An Older Transgender Woman's Quest for Identity. J Psychosoc Nurs Ment Health Serv. 2016 Feb 1;54(2):31-8. doi:10.3928/02793695-20160119-04.	Scopus

28	2016	Quem eu era, Quem eu sou: gênero e generatividade na avaliação de adultos mais velhos.	—	LANGUIRAND, M. (2016) Who I Was, Who I Am: Gender and Generativity in the Assessment of Older Adults . In: Handbook of Gender and Sexuality in Psychological Assessment. Routledge. ISBN9781315769387. https://doi.org/10.4324/9781315769387	Scopus
29	2016	Você está prestando cuidados trans positivos? Qualidade no Envelhecimento e Adultos Idosos.	Assistência social, Cisgênero, Cisnormativo, Competência cultural, Trans, Envelhecimento Trans, Cuidados Trans, Trans saúde, Trans positivo.	JONES, S. M., & WILLIS, P. (2016). Are you delivering trans positive care? Quality in Ageing and Older Adults , 17(1), 50–59. doi:10.1108/qaqa-05-2015-0025	Scopus
30	2016	Variáveis Sociodemográficas, Características Clínicas e o Papel das Hormônios Transversais de Pré-Avaliação em Pessoas Trans Idosas.	Disforia de gênero; Transsexualismo; Envelhecimento; Meia idade e além; Saúde mental; Tratamento Hormonal; Auto-estima; Apoio social.	BOUMAN, W. P., CLAES, L., Marshall, E., PINNER, G. T., LONGWORTH, J., MADDOX, V., ARCELUS, J. (2016). Sociodemographic Variables, Clinical Features, and the Role of Preassessment Cross-Sex Hormones in Older Trans People . <i>The Journal of Sexual Medicine</i> , 13(4), 711–719. doi:10.1016/j.jsxm.2016.01.009	Scopus
31	2016	Saúde Mental e Disparidades Médicas em 5135 Veteranos Transgêneros Recebendo Cuidados de Saúde na Administração de Saúde de Veteranos: Um Estudo de Controle de Casos.	Disparidade, disforia de gênero, militar, transgênero, veterano.	BROWN, G. R., & JONES, K. T. (2016). Mental Health and Medical Health Disparities in 5135 Transgender Veterans Receiving Healthcare in the Veterans Health Administration: A Case-Control Study . <i>LGBT Health</i> , 3(2), 122–131. doi:10.1089/lgbt.2015.0058	Scopus
32	2016	Os desafios intersetoriais do envelhecimento e de ser um adulto com gênero não-conforme.	Adulto; Envelhecimento; Gênero; Envelhecimento não-conforme com o gênero; Humano.	WITTEN, T.M. (2016). The intersectional challenges of aging and of being a gender non-conforming adult . <i>Generations</i> , 40 (2), pp. 63-70.	Scopus

33	2016	Prestação de serviços competentes e afirmação para adultos transgêneros e gênero não-conformes.	Discriminação, disparidades de saúde, identidade de gênero, LGBT.	PORTER, K. E., BRENNAN-ING, M., CHANG, S. C., DICKEY, Lore M., SINGH, A. A., BOWER, K. L., & WITTEN, T. M. (2016). Providing Competent and Affirming Services for Transgender and Gender Nonconforming Older Adults. <i>Clinical Gerontologist</i> , 39(5), 366–388. doi:10.1080/07317115.2016.1203383	Scopus
34	2016	Transgêneros, Saúde Mental e Pessoas Idosas: Uma Abordagem Apreciativa para Trabalhar Juntos.	Idoso; Prestação de cuidados de saúde; Demência; Feminino; Prestação de cuidados em saúde.	PAGE, S., BURGESS, J., DAVIES-ABBOTT, I., ROBERTS, D., & MOLDERSON, J. (2016). Transgender, Mental Health, and Older People: An Appreciative Approach Towards Working Together. <i>Issues in Mental Health Nursing</i> , 37(12), 903–911. doi:10.1080/01612840.2016.1233594	Scopus
35	2016	A velhice já é sempre heterossexual (e cisgênero)? A Gerontologia LGBT e a formação dos " idosos LGBT".	Velhice; Gênero; Sexualidade; Gerontologia LGBT; LGBT idosos.	HENNING, Carlos Eduardo. Is old age always already heterosexual (and cisgender)? The LGBT Gerontology and the formation of the "LGBT elders" . <i>Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology</i> [online]. 2016, v. 13, n. 01. pp. 132-154 https://doi.org/10.1590/1809-43412016v13n1p132	Scielo
36	2017	Agência e forças sociais no curso da vida: O caso das transições de gênero na velhice.	Curso de vida, Qualitativo, Transgênero.	FABBRE, V. D. (2017). Agency and Social Forces in the Life Course: The Case of Gender Transitions in Later Life. <i>The Journals of Gerontology: Series B</i> , Volume 72, Issue 3, 1 May 2017, Pages 479–487, https://doi.org/10.1093/geronb/gbw109	Scopus
37	2017	Saúde e bem-estar dos mais velhos transgêneros.	—	WITTEN, T. M. (2017). Health and Well-Being of Transgender Elders. In: <i>Annual Review of Gerontology and Geriatrics</i> , pp. 27-41(15). doi: 10.1891/0198-8794.37.27	Scopus

38	2017	Serviço militar prévio, estigma de identidade e saúde mental entre adultos transgêneros mais velhos.	Veteranos, Identidade de gênero, Resiliência, Depressão, Qualidade de vida.	HOY-ELLIS, C. P., SHIU, C., SULLIVAN, K. M., KIM, H.-J., STURGES, A. M., & FREDRIKSEN-GOLDSSEN, K. I. (2017). Prior Military Service, Identity Stigma, and Mental Health Among Transgender Older Adults. <i>The Gerontologist</i> , 57(suppl 1), S63–S71. doi:10.1093/geront/gnw173	Scopus
39	2017	Questões Terapêuticas com Transgêneros Idosos.	Transgêneros; Idosos; Psicoterapia; Transição de meia-idade; Serviços para idosos.	CARROLL, L. (2017). Therapeutic Issues with Transgender Elders. <i>Psychiatric Clinics of North America</i> , 40(1), 127–140. doi:10.1016/j.psc.2016.10.004	Scopus
40	2017	Depressão entre os Adultos Transgêneros mais Velhos: Estresse Geral e Minoritário.	Identidade de gênero; Saúde mental; Estigma; Adultos Idosos; Estresse Social; lésbicas; gays; bissexuais; transgêneros.	HOY-ELLIS, C. P., & FREDRIKSEN-GOLDSSEN, K. I. (2017). Depression Among Transgender Older Adults: General and Minority Stress. <i>American Journal of Community Psychology</i> , 59(3-4), 295–305. doi:10.1002/ajcp.12138	Scopus
41	2017	Impacto do preconceito antecipado dos profissionais da saúde sobre o envelhecimento bem-sucedido entre os idosos transgêneros e gênero não-conformes.	Envelhecimento, discriminação, autopercepção de gênero, disparidades de saúde, envelhecimento bem-sucedido, transgêneros.	WALKER, R. V., POWERS, S. M., & WITTEN, T. M. (2017). Impact of Anticipated Bias from Healthcare Professionals on Perceived Successful Aging Among Transgender and Gender Nonconforming Older Adults. <i>LGBT Health</i> , 4(6), 427–433. doi:10.1089/lgbt.2016.0165	Scopus
42	2017	Um olhar interseccional sobre a(s) velhice(s) na experiência de travestis em Belo Horizonte.	—	OLIVEIRA, Lorena Hellen de. TRAVESTI ENVELHECE, NÃO VIRA PURPURINA! Um olhar interseccional sobre a(s) velhice(s) na experiência de travestis em Belo Horizonte' . Mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Biblioteca Depositária: FAFICH, 2017.	BDBTD

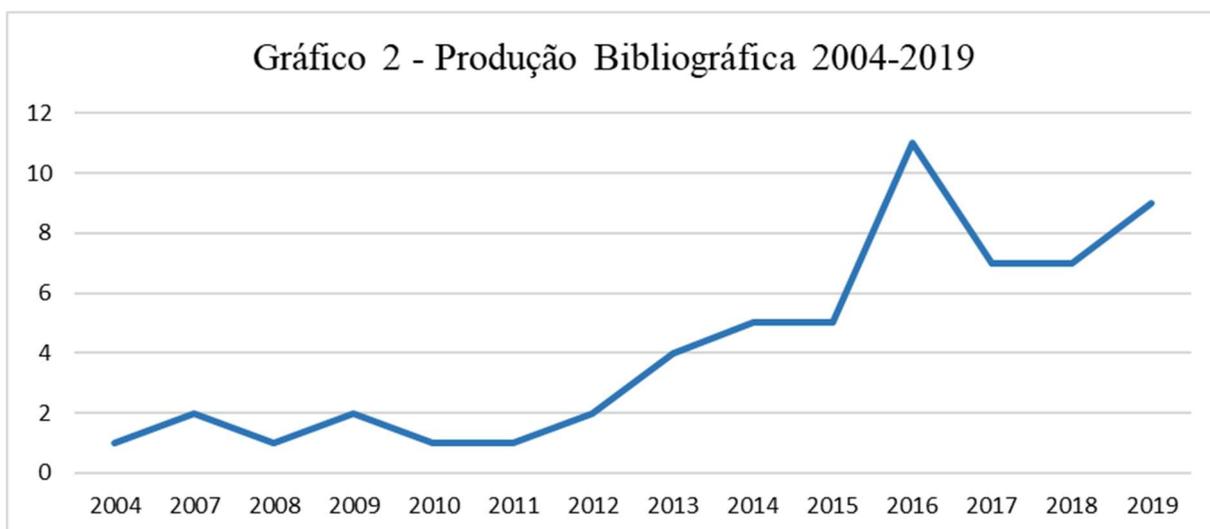
43	2018	Tratamento endócrino no envelhecimento de pessoas transgêneros.	Transgênero; Envelhecimento; Hormônios sexuais cruzados; Doenças cardiovasculares; Câncer.	GOOREN, L. J., & T'SJOEN, G. (2018). Endocrine treatment of aging transgender people. <i>Reviews in Endocrine and Metabolic Disorders.</i> doi:10.1007/s11154-018-9449-0	Scopus
44	2018	Fim da vida: Honra e celebração dos indivíduos TGNC.	Transgêneros; Adultos mais velhos; TGNC; Fim de vida; Memorial; Funeral; Morte.	TORRES, H., STORMS, G., SHERIDAN, V. (2019). End of Life: Honor and Celebration of TGNC Individuals. In: Hardacker, C., Ducheny, K., Houlberg, M. (eds) <i>Transgender and Gender Nonconforming Health and Aging.</i> Springer, Cham. doi: 10.1007/978-3-319-95031-0_12	Scopus
45	2018	Religião, Espiritualidade e Comportamentos de Saúde: Intersecções com Diversidade de Gênero e Envelhecimento.	—	HOPWOOD, R. A. (2019). Religion, Spirituality, and Health Behaviors: Intersections with Gender Diversity and Aging. <i>Transgender and Gender Nonconforming Health and Aging</i> , 131–150. doi:10.1007/978-3-319-95031-0_8	Scopus
46	2018	Uso e recuperação de substâncias na comunidade de idosos transgêneros e não-conformes com o gênero (TGNC).	—	AGOSTO, S., REITZ, K., DUCHENY, K., & MOATON, T. (2019). Substance Use and Recovery in the Transgender and Gender Nonconforming (TGNC) Older Adult Community. <i>Transgender and Gender Nonconforming Health and Aging</i> , 97–112. doi:10.1007/978-3-319-95031-0_6	Scopus
47	2018	Envelhecimento, cuidado e cuidados de longo prazo para adultos transgêneros.	—	BOYD, J. (2019). Aging in Place, Caregiving, and Long-Term Care for Transgender Adults. <i>Transgender and Gender Nonconforming Health and Aging</i> , 175–190. doi:10.1007/978-3-319-95031-0_11	Scopus
48	2018	Violência e envelhecimento do parceiro íntimo transgênero.	—	MESSINGER, A. M., & Roark, J. (2019). Transgender Intimate Partner Violence and Aging. <i>Transgender and Gender Nonconforming Health and Aging</i> , 79–95. doi:10.1007/978-3-319-95031-0_5	Scopus

49	2018	Contexto social do sofrimento depressivo em transgêneros idosos.	Transgênero, envelhecimento, discriminação, depressão, apoio social	WHITE HUGHTO, J. M., & REISNER, S. L. (2016). Social Context of Depressive Distress in Aging Transgender Adults. Journal of Applied Gerontology, 073346481667581. doi:10.1177/0733464816675819	Scopus
50	2019	Vidas esquecidas: Trans idosos vivendo com demência na intersecção do cisgenderismo, do ableismo/cognitismo e do envelhecimento.	Ableismo/cognitismo, cisgenderismo/transfobia, demência, trans e pessoas não-binárias.	BARIL, A., & SILVERMAN, M. (2019). Forgotten lives: Trans older adults living with dementia at the intersection of cisgenderism, ableism/cogniticism and ageism. Sexualities, 136346071987683. doi:10.1177/1363460719876835	Scopus
51	2019	Os elementos sociais da jornada do indivíduo TGNC para viver autenticamente.	Transgênero; Não-conformidade de gênero; Transphobia; Transição; Identidade de gênero autêntica; Teoria do estresse menor; Continuidade de gênero.	RILEY, D. B. (2019). The Social Elements of TGNC's Individual's Journey to Living Authentically. Contemporary Endocrinology, 293–323. doi:10.1007/978-3-030-05683-4_15	Scopus
52	2019	Acesso Diferencial ao Seguro Inclusivo Transgênero e Assistência Médica nos Estados Unidos: Desafios à Saúde através do Curso de Vida.	Transgênero; curso de vida; seguro de saúde; política de saúde; desigualdade.	BAKKO, M., & KATTARI, S. K. (2019). Differential Access to Transgender Inclusive Insurance and Healthcare in the United States: Challenges to Health across the Life Course. Journal of Aging & Social Policy. doi:10.1080/08959420.2019.1632681	Scopus
53	2019	Benefício do Tratamento Médico com Afirmação de Gênero para Transgêneros Idosos: Alinhamento de Mente e Corpo na Velhice.	—	CAI, X., HUGHTO, J. M. W., REISNER, S. L., PACHANKIS, J. E., & LEVY, B. R. (2019). Benefit of Gender-Affirming Medical Treatment for Transgender Elders: Later-Life Alignment of Mind and Body. LGBT Health, 6(1), 34–39. doi:10.1089/lgbt.2017.0262	Scopus

54	2019	Cuidados geriátricos para transgêneros.	Geriatria, Transgêneros, Envelhecimento da população, Não-conformidade de gênero, Idosos Transgêneros, Idosos.	JAVIER, N. M. (2019): Geriatric Transgender Care . L. PORETSKY and W. C. HEMBREE (eds.), Transgender Medicine, Contemporary Endocrinology. https://doi.org/10.1007/978-3-030-05683-4_6	Scopus
55	2019	Preparação de adultos transgêneros e gênero não-conformes para o envelhecimento: Preocupação com o envelhecimento, e familiaridade e envolvimento no planejamento de comportamentos.	Envelhecimento, cuidados em fim de vida, testamentos, não-binários, cuidados de enfermagem, comportamentos preparatórios, transgêneros.	Richard S. HENRY, Paul B. PERRIN, Bethany M. COSTON & Tarynn M. WITTEN (2019): Transgender and gender non-conforming adult preparedness for aging: Concerns for aging, and familiarity with and engagement in planning behaviors . International Journal of Transgenderism, DOI: 10.1080/15532739.2019.1690612	Scopus
56	2019	Mulheres transgêneros idosas na Tailândia: opiniões de prestadores de serviços.	Transgênero, envelhecimento, Tailândia, prestadores de serviços.	Sara Amy HAIR, Julie KING, Niki EDWARDS & Sharon HAYES (2019): Older transgender women in Thailand: views of service providers , Journal of Gay & Lesbian Social Services, DOI: 10.1080/10538720.2019.1548328	Scopus
57	2019	Planejamento de Cuidados de Velhice e Preocupações de Transgêneros Idosos no Canadá.	Envelhecimento, velhice/fim de vida, cuidados de longo prazo, apoio social, transgêneros	PANG, C., GUTMAN, G., & de VRIES, B. (2019). Later life care planning and concerns of transgender older adults in canada . International Journal of Aging and Human Development, 89(1), 39-56. doi:10.1177/0091415019843520	Scopus
58	2019	Desenvolvimento de uma gerontologia trans crítica.	Transgênero, envelhecimento, curso de vida, gerontologia.	TOZE, M. (2019). Developing a critical trans gerontology . British Journal of Sociology, 70(4), 1490-1509. doi:10.1111/1468-4446.12491	Scopus

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Verificamos que a literatura em língua portuguesa apresenta produção incipiente, mas em contrapartida, a literatura estrangeira em língua inglesa vem se tornando cada vez mais consistente. Ao longo dos anos, o quantitativo de publicações pode ser observado da seguinte forma 2004 (n=1), 2007 (n=2), 2008 (n=1), 2009 (n=2), 2010 (n=1), 2011 (n=1), 2012 (n=2), 2013 (n=4), 2014 (n=5), 2015 (n=5), 2016 (n= 11), 2017 (n=7), 2018 (n=7), 2019 (n= 9), conforme Gráfico 2:



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

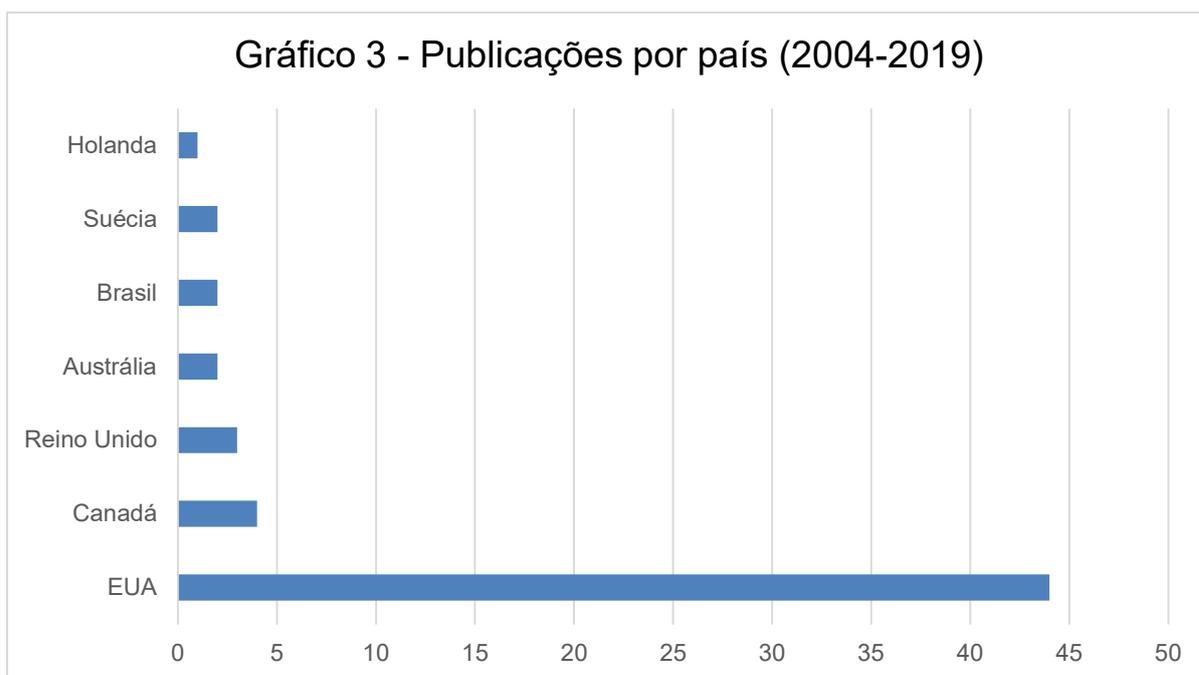
Um marco importante no período mencionado (2004-2019) foi o lançamento dos Princípios de Yogyakarta, ocorrido em março de 2007, no qual a ONU juntamente com os países signatários - incluindo o Brasil - classifica identidade de gênero e orientação sexual como essenciais para a dignidade humana. O documento conta com 29 princípios que versam sobre a garantia de direitos e aplicação da legislação internacional em Direitos Humanos:

2 DIREITO À IGUALDADE E À NÃO-DISCRIMINAÇÃO

[...] f) Implementar todas as ações apropriadas, inclusive programas de educação e treinamento, com a perspectiva de eliminar atitudes ou comportamentos preconceituosos ou discriminatórios, relacionados à ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero (ONU, 2007, p. 13).

De fato, o investimento em educação para o enfrentamento a violência de gênero é fundamental para assegurar o desenvolvimento de práticas antidiscriminatórias. Para a promoção da inclusão passa é fundamental o fomento às pesquisas e publicações que

contribuem inclusive para a capacitação de profissionais e prestadores de serviços a respeito das especificidades dessa população. Neste sentido, destacamos os países que publicaram trabalhos a respeito do envelhecimento das pessoas trans nos últimos anos, sendo EUA (n=44), Canadá (n=4), Reino Unido (n=3), Austrália (n=2), Brasil (n=2), Suécia (n=2) e Holanda (n=1), conforme Gráfico 3, abaixo:



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A diferença entre as publicações do norte e sul global apontam para perspectivas distintas no campo político e ideológico em relação à produção do conhecimento. Embora a produção de pesquisa e inovação científica e tecnológica esteja majoritariamente sob a responsabilidade das universidades públicas e dependam de financiamento público, há um maior investimento nestas áreas no contexto dos países dominantes. Por exemplo, somente no ano de 2017, os Estados Unidos da América destinaram cerca de 118bi (dólares) à esta pasta, o equivalente a 2,7% do produto interno bruto do país. Neste mesmo período, o Brasil reservou à pesquisa cerca de 1,3%, ou seja, menos da metade dos EUA.⁴² Ainda sobre financiamento de pesquisas, Witten (2014, p. 32) aponta que:

⁴² Notícia veiculada na versão online do Jornal da USP, intitulada “Nos países desenvolvidos, o dinheiro que financia a ciência na universidade é público” (assinada por Luiza Caires). Disponível em <<https://jornal.usp.br/ciencias/nos-paises-desenvolvidos-o-dinheiro-que-financia-a-ciencia-e-publico/>> Acessado em 01/07/2021.

Estudos de grandes amostras requerem financiamento que nem sempre está disponível para os investigadores individuais, particularmente aqueles que não trabalham em organizações maiores relacionadas para a prestação de serviços à comunidade LGBT (tradução nossa).

Além disso, em alguns países, especialmente EUA, há uma lógica inversa (mercantil), tanto no campo dos com serviços sociais, quanto no sistema acadêmico-científico, onde um maior investimento resulta em domínio de tecnologias que objetivam retorno financeiro na prestação de serviços privados de saúde, previdência, assistência social, educação e segurança, entre outros.

Em relação à autoria principal dos trabalhos, a maioria está vinculada a universidades, sendo que em oito (n=8) publicações não foi possível identificar a instituição. Dos cinquenta trabalhos restantes (n=50), destacamos Virginia Commonwealth University (n=12), Washington University (n=3), Linköping University (n=2), University of Massachusetts Boston (n=2), University of Toronto (n=2) e University of Utah (2). As demais universidades e instituições contam com apenas uma publicação cada e juntas totalizam vinte e sete (n=27), sendo elas:

- Alliant International University, Boston University, Columbia University, University of Michigan, Howard Brown Health Center, Icahn School of Medicine at Mount Sinai – NY, McMaster University, Missouri State University, Mountain Home Veterans Affairs Medical Center, Northeastern Illinois University, Queensland University of Technology, State University of New York, Stony Brook University – NY, Swansea University, Texas Christian University, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Minas Gerais, UK Bangor University, University of Chicago, University of Lincoln, University of North Florida, University of Ottawa, Yale University, University of Texas, University of Washington, University of Wisconsin Oshkosh, VU Medical Center.

Ainda neste quesito, destacamos a produção significativa de Tarynn M. Witten, doutora em biologia, vinculada a Virginia Commonwealth University, com 16 trabalhos publicados, sendo primeira autora em 10 deles. A estadunidense é uma referência em Estudos Transgêneros, tendo se dedicado nos últimos ao envelhecimento da população trans.

Na produção brasileira, os trabalhos enfatizam narrativas individuais de pessoas trans apontando para problematizações que vão do particular para o geral (OLIVEIRA, 2017, HENNING, 2016). Na literatura internacional, as abordagens vem evoluindo para problematizações relacionadas ao processo de diferenciação e significados sociais das trans-identidades de gênero e envelhecimento relacionados ao contexto social. Os temas abordados pelas publicações são bastante variados, contemplando saúde; saúde mental; interseccionalidades; prestação de serviços sociais; planejamento de vida e preparação para a velhice; protocolos e procedimentos para afirmação de gênero; envelhecimento e transtornos cognitivos; violências; relações familiares; parentalidades; cuidados em saúde; uso de substâncias; hormonização; religiosidade e espiritualidade; representações sociais de profissionais da saúde; pessoas trans veteranas das forças armadas; autopercepção; abordagens psicológicas; transição tardia; sexualidade; doenças crônicas e estigmas.

Os estudos sobre o envelhecimento ou velhice de pessoas trans são fundamentais para identificarmos as barreiras que se colocam no acesso à direitos, sociais, bens e serviços, assim como para embasar o investimento em ações preventivas, que se antecipem aos fatores de riscos epidemiológicos, como cuidados primários em saúde.

Na relação entre a produção do conhecimento e as possibilidades de contribuir para a superação de relações sociais assimétricas é importante reconhecer a desigualdade de gênero como parte estruturante da reprodução naturalizada dos preconceitos, discriminações e violências. Ressaltamos que as violências de gênero tem múltiplas formas e sustentam práticas cristalizadas num longo processo social, histórico e cultural. Por isso, para seu enfrentamento e dos demais processos constantes de vulnerabilização social, consideramos indispensáveis estratégias que atuem em várias frentes no campo da produção do conhecimento, especialmente:

- na autopercepção dos diversos grupos sociais: com estudo de narrativas, uso da oralidade, biografias, entrevistas, etnografias, entre outras metodologias, que permitam visibilizar a voz dos diversos grupos sociais (neste caso, pessoas trans) e possibilitem consolidar a delimitação das demandas específicas, que, por sua vez, podem instrumentalizar os diversos grupos sociais nas lutas pela consolidação de direitos sociais específicos;

- na análise de conjunturas: com estudos que contextualizem as lutas sociais e os marcos legais e teóricos, no sentido de contemplar direitos específicos, discussões conceituais localizadas e estudos comparativos, permitindo, assim, a avaliação das políticas sociais, tanto na construção como na revisão das normas legais e regimentos diversos;
- nas representações sociais de profissionais que atuam no campo das políticas sociais: com estudos sobre as percepções, valores, imaginário e representações para identificar as dificuldades na operacionalização de direitos sociais, bem como, apontamentos para qualificação e aperfeiçoamento profissional.

Neste sentido, reafirmamos que a produção do conhecimento permite o mapeamento das possíveis barreiras de acesso a bens, serviços e direitos sociais e a construção de subsídios para práticas anti-discriminatórias.

Dentre os textos estudados foi possível observar os principais temas que mais se repetiam e/ou que nos chamaram mais atenção, os quais organizamos em três núcleos temáticos que serão abordados a seguir discutindo definições acerca de pessoas trans, saúde e Serviço Social. Todos os textos tratavam do envelhecimento de pessoas trans, além disso, todos os trabalhos contemplam aspectos de saúde ampliada, sendo impossível desconectá-los do campo da saúde. Da mesma forma, o Serviço Social foi localizado em todos os trabalhos como área afim, ideia que será desenvolvida mais adiante, na tentativa de superar “imperativos imediatos da intervenção” (MOTA, 2013, p.17).

6.1. Guarda-chuva Trans: o que é e o que não é?

Em um dos textos estudados, que trata sobre o desenvolvimento da abordagem do termo “*transgender*” na área da sociologia, realizado por Schilt e Lagos (2017, p. 425), foi identificado que a partir dos anos 90 a literatura passou a focar nas diferenças entre os gêneros, concentradas em diversidades das identidades e localizações sociais das pessoas trans, na análise das experiências das pessoas trans nos contextos institucionais e organizacionais, e nas abordagens quantitativas das identidades e experiências das pessoas trans.

A partir dos cinquenta e oito textos analisados, cabe destacar a abordagem naturalizada sobre o envelhecimento, onde prevalecem técnicas e metodologias mais descritivas que contemplam efeitos biopsicossociais das transgeneridades na velhice. Além disso, há um

entendimento comum sobre o envelhecimento no imaginário social, que não requer uma localização conceitual aprofundada.

Em contrapartida, absolutamente todos os artigos trazem, em algum momento, uma definição do que está sendo entendido como pessoa trans para o seu desenvolvimento. Dentre os termos mais frequentes para abordar as identidades trans, verificamos a prevalência das expressões em inglês: *transgender*, *transsexual*, *trans people*, *queer*, *non-binary*, *intersex*, *FTM*, *gender non-conforming*, *TGNC*.

Observamos que mesmo que as identidades de gênero (fluidas e diversas) não constituam categorias fixas, as trans-identidades vem sendo agrupadas em termos guarda-chuvas para classificação de tudo que foge ao modelo binário.

Bento (2017, p. 25) questiona: “*Termos guarda-chuvas não servem para retroalimentar concepções universalizantes e para apagar as diferenças?*”. Há que se problematizar a construção das definições acerca das trans-identidades para ressaltar a pluralidade e a diversidade que estas abarcam. Essa complexificação é um exercício de um olhar atento para entender que este é um grupo heterogêneo, no qual as pessoas compartilham coisas em comum, mas que podem estar mais ou menos expostas à invisibilidade e aos processos de vulnerabilização, particularmente, na velhice. Neste momento de vida as pessoas trans ocupam um lugar de maior propensão às vulnerabilidades em relação às pessoas LGB+, como aponta o texto pesquisado de Williams e Freemann (2007). Portanto, nem sempre cabe todo mundo debaixo desse mesmo guarda-chuva.

De todo modo, precisamos considerar as infinitas possibilidades de existências e performatividades que configuram as identidades de gênero como autodeterminação, numa dimensão subjetiva, cujo consenso é ratificado pela OMS e independe de diagnósticos, cirurgias, hormonização e/ou modificações corporais. Cabe ainda, ponderar que, em alguns momentos, considerar as identidades trans numa representação em espectros de gêneros pode ser uma boa estratégia de abordagem.

Destacamos que não foi possível identificar se constavam pessoas trans na autoria dos trabalhos mapeados, no entanto, a construção de narrativas sobre aquilo/aqueles/aquelas que representam o outro/outra/outrem precisa ser problematizada. Dada esta discussão, salientamos que em todos os artigos sempre há uma preocupação em explicar o que/quem é trans, mas poucos são aqueles que apresentam uma compreensão sobre o que/quem não é trans, figurando

esta em apenas seis trabalhos localizados (n=6). (ANSARA, 2015; JONES e WILLIS, 2016; HENNING, 2016; MESSINGER e ROARKI, 2019, BAKKO e KATTARI, 2019; JAVIER, 2019).

Amara Moira Rodovalho (2017, p. 366) explica que o termo cis ou cisgênero surge em oposição ao termo trans, ganhando notoriedade há pouco tempo para designar a “pessoa que se identifica com o gênero que lhe atribuíram ao nascimento”. A cisgeneridade é um sistema que estrutura e classifica as vidas e as experiências de vida das pessoas, invalidando gênero e corpo diversos. Conforme aponta Ansara em um dos textos pesquisados:

Ao contrário da 'transfobia', que enfatiza a hostilidade individual e atitudes negativas, a estrutura do cisgenerismo incorpora tanto práticas não intencionais quanto bem intencionadas. O cisgenerismo freqüentemente funciona de forma sistêmica e estrutural em níveis: mesmo quando as pessoas podem rejeitar alguns aspectos de ideologia cisgênera, podemos viver e trabalhar dentro de um contexto estrutural que perpetua e fabrica cisgeneridade (ANSARA, 2015, p. 15, tradução nossa).

Esta definição sobre quem é ou não é trans e a construção social e histórica da definição de *um(uns)/uma(umas)* em oposição a *outro/outra/outrem* é fator considerável na produção de subjetividades individuais e coletivas. Ao longo da vida, as relações de gênero são estabelecidas conforme o censo de normalidade sustentado pelo “cistema” sexo-gênero. Como resultante, produz a condição de *outro*, culminando na produção de corpos e vidas abjetas.

Há um debate no campo das relações étnico-raciais que pode ser útil para entendermos a produção de subjetividades e seu impacto na construção das identidades através da perspectiva do outro, segundo uma ideia de oposição, onde muito se discute sobre a negritude e pouco se problematiza a branquitude, bem como seu papel na luta anti-racista⁴³. Em movimento semelhante, cabe problematizarmos o papel das pessoas cis nas lutas anti-transfobia.

No processo de envelhecimento, tanto pessoas cis, quanto pessoas trans passam por mudanças fisiológicas e sociais. No entanto, resguardadas as devidas proporções, destacamos um dos textos analisados:

[...] as preocupações com o envelhecimento da população transgênero não são diferentes de suas contrapartes cisgêneras. Suas preocupações com doenças e

⁴³ Ver, SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. São Paulo, USP: 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf> Acessado em 12/10/2021.

deficiências vão além da gestão de suas necessidades físicas. Igualmente importante é a acessibilidade e elegibilidade para níveis mais altos de cuidados, incluindo planos de cuidados transitórios (JAVIER, 2019, p. 106, tradução nossa).

Em outro texto do *corpus*, destacamos que de acordo com Jones e Willis (2016), as pessoas trans mais velhas enfrentam a discriminação e o preconceito por viverem em uma sociedade cisnormativa e etária, onde há uma expectativa de que todas as pessoas sejam cisgêneras. Mais uma vez nos ronda o perigo de abordagens universalizantes contrastando com a importância de romper com essa lógica para uma produção de conhecimento transcetrada que problematize e fomente, especialmente, políticas públicas para pessoas trans, visando a inclusão nos mais diversos ambientes e em todas as fases da vida. E, sobretudo, amplie as possibilidades de fortalecimento das epistemologias trans que, apesar de tudo, resistem.

Porém, nenhum dos textos pesquisados explicitou uma perspectiva transcetrada ou abordagem de epistemologias trans. Nesse sentido, precisamos avançar muito para deslocar o eixo das relações de poder na produção do conhecimento e descolonizar o pensamento social para consolidar uma via de diálogo entre saberes.

6.2. Saúde e Seguridade Social

Saúde é um tema convergente em todos os textos estudados, numa perspectiva bastante abrangente e profícua, tendo como consenso um campo multidimensional, que leva em consideração preceitos teóricos, regimentais e práticos. Além de levantamentos de demandas, pontos de vistas e representações sociais tanto de pessoas trans usuárias dos sistemas, quanto de pessoas que trabalham e prestam serviços de saúde e seguridade social.

Os principais sistemas de saúde apresentados nos textos analisados remetem para uma assistência médica paga, diferentemente da realidade brasileira. Apesar de nenhum texto discutir diretamente o sistema de saúde do Brasil, mas sim dos sistemas de saúde do norte global, especificamente, Canadá (BARIL e SILVERMAN, 2019), Reino Unido (PAGE, *et al.*, 2016) e Estado Unidos da América (WITTEN, 2009; BROWN e JONES, 2016).

No entanto, a maioria dos textos estudados (n=44) são oriundos dos Estados Unidos da América e embora nem todos tragam referências diretas ao sistema de saúde, cabe destacar

que há diferença significativa entre EUA e Brasil. O sistema de saúde pública brasileiro figura caráter gratuito de natureza universal, que serve - ao menos no texto legal - de modelo para os demais sistemas de saúde no país (BRASIL, 1988; 1990). Por outro lado, o sistema de saúde dos Estados Unidos da América figura como natureza privada de caráter contributivo.

Dentre os textos estudados, destacamos um estudo comparativo que revela que pessoas trans idosas tem “maior probabilidade de apresentar uma menor renda e/ou de estarem desempregadas do que pessoas cis idosas” (BAKKO e KATTARI, 2019, p. 3, tradução nossa). Portanto, a dificuldade de acesso a emprego e renda é fator limitante no acesso ao sistema de saúde norte-americano. Muito embora, os principais planos de saúde, como por exemplo, Medicare, sejam financiados pela adesão à previdência social ou ainda mediante contribuição, excepcionalmente, gratuitos à população idosa de baixa renda em urgência ou procedimentos de baixa complexidade. No entanto, é sabido que concentrar esforços em prevenção e promoção de saúde numa perspectiva de saúde coletiva exige menos investimentos e garante melhores índices epidemiológicos⁴⁴.

Bakko e Kattari (2019, p.1) apontam que:

Pessoas trans não pagam uma taxa de adesão ao seguro mais alta do que suas contrapartes cisgêneras (não transgêneras), mas enfrentam discriminação e recusa de cuidados por parte de seus provedores e, quando segurados, experienciam a negativa da cobertura de algumas das companhias de seguros (tradução nossa).

Com isso, valores, cobertura e coparticipação podem variar de acordo com as seguradoras que operam os planos de saúde no país (BAKKO e KATTARI, 2019). Desse modo, pesquisas são importantes e úteis, inclusive, para as seguradoras, pois podem subsidiar o direcionamento dos cuidados em saúde voltados às pessoas trans seguradas, assim como subsidiar planejamento, avaliação, projeção de gastos e investimentos. Como ponto de partida, ressaltamos o que localizamos no texto de WALKER *et al.* (2017, n.p., tradução nossa):

Com altos índices de discriminação e preconceito em relação às pessoas TGNC em vários contextos (por exemplo, saúde, educação e moradia), é imperativo que profissionais, pesquisadores, formuladores de políticas e instituições trabalhem juntos para erradicar as disparidades na saúde, promover mudanças sociais e apoiar um ambiente que encoraje o envelhecimento bem-sucedido. Isto exige um esforço

⁴⁴ GIOVANELLA, Ligia *et al.*, Org. Políticas e sistema de saúde no Brasil. 2.ed. revista e ampliada. Editora Fiocruz; Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, Rio de Janeiro, 2012. 1100p.

coordenado e proativo de alcance para devolver a confiança a um sistema que historicamente decepcionou todo um subconjunto da população.

Este subconjunto que trata de noções de saúde e seguridade social apresenta uma série de particularidades, que podem ser agrupadas em aspectos sociais, econômicos, geográficos, entre outros. Neste sentido, destacamos dois estudos (BROWN e JONES, 2016; HOY-ELLIS *et al.*, 2017) sobre saúde mental de pessoas trans idosas veteranas do serviço militar, como um recorte muito específico e impensável na realidade brasileira, devido a falta de dados demográficos e a controversa relação de pessoas trans com as forças armadas, uma vez que:

[...] não existe proibição específica que verse sobre os transgêneros em servirem nas organizações militares, mas existe um rechaço social, como uma barreira, que impede que uma pessoa trans possa integrar os quadros de militares (SOARES, 2021, p. 55).

Contraditoriamente, HOY-ELLIS *et al.* (2017) concluem que ter um histórico de participação no serviço militar esteve relacionado a sintomas depressivos mais leves e a um índice de qualidade de vida psicológica mais alto, informando que serviço militar prévio pode ter resultados positivos na saúde mental. Em contrapartida, BROWN e JONES (2016, p. 1), analisaram os dados de saúde de 5135 pessoas trans veteranas que estiveram vinculadas à *Veterans Health Administration* no período entre 1996 e 2013, chegando a resultados divergentes:

Constatou-se que os veteranos de TG apresentam disparidades globais nos diagnósticos psiquiátricos e médicos em comparação com os veteranos não-TG. Estas descobertas têm implicações significativas para a política, triagem de saúde e prestação de serviços em VHA e potencialmente outros sistemas de saúde (tradução nossa).

Assim como estes, há outros trabalhos que abordam de maneira divergente uma mesma temática, como por exemplo, no campo da religião e espiritualidade das pessoas trans idosas (KID e WITTEN, 2008; WITTEN, 2009; PORTER, 2013; HOPWOOD, 2018; HENRY *et al.*, 2019). Hopwood (2018) compreende que a religião, espiritualidade e crenças podem ser usadas para um potencial de melhoria do bem-estar e resiliência ao longo da vida. No entanto, Witten (2009) traz um ponto de vista que associa algumas religiões ao normativo relacionando sofrimento mental e *status* religioso como algo que pode produzir violência e desigualdades em saúde ao longo da vida de pessoas trans. Especificamente, a autora aponta que há um elevado estigma associado à filiação de pessoas trans idosas a grupos religiosos, sendo as mesmas

invisibilizadas por contrariar as normas de gênero aceitas pelas instituições religiosas (WITTEN, 2009).

As violências e desigualdades vivenciadas pelas pessoas trans são de cunho transfóbico derivadas de um sistema estrutural e configuram expressões diretas de relações generificadas que indeferem a humanidade do feminino e/ou do não-normativo. Pelo menos dez (n=10) trabalhos foram localizados relacionando estes fenômenos epidemiológicos (violências e desigualdades) como determinantes de saúde (WITTEN, 2004; 2007; 2009; KID e WITTEN, 2008; COOK-DANIELS e MUNSON, 2010; FINKENAUER *et al.*, 2012; WALKER *et al.*, 2017; AGOSTO *et al.*, 2019; MESSINGER e ROARK, 2019; HENRY *et al.*, 2019). Ainda assim, Messinger e Roark (2019) apontam para a falta de estudos comparativos com dados suficientes para estimar índices de prevalência de vitimização das pessoas trans idosas.

Pessoas trans enfrentam as mesmas dificuldades que os demais grupos sociais na velhice, no entanto há maior probabilidade de exposição às vulnerabilidades, ainda mais nas pessoas racializadas (SIVERSKOG, 2014). As principais demandas referentes ao envelhecimento das pessoas trans são basicamente as mesmas demandas encontradas na maioria da população idosa, aparecendo com maior frequência solidão, saúde mental e vulnerabilidade socioeconômica (SIVERSKOG, 2014; WITTEN, 2009; WILLIAMS e FREEMAN, 2007).

Neste caso, o sentimento de solidão, saúde mental e vulnerabilidades socioeconômicas não podem ser observadas como categorias independentes, mas sim correlacionadas. Pois, a discriminação e a estigmatização rondam a vida das pessoas trans ao longo de todo seu curso de vida. Como consequência, estão propensas a rompimento de vínculos, expulsão de casa e exclusão social, conforme discutimos anteriormente. Estes sentimentos não se fazem apenas na velhice, mas se acentuam nessa fase da vida, conforme sinaliza Carroll (2017) em um dos textos estudados: pessoas trans idosas “enfrentam impactos múltiplos e cumulativos de uma série de vivências negativas, incluindo repulsão emocional, microagressões, discriminação e violência” (CAROLL, 2017, p. 4, tradução nossa).

Alguns estudos do corpus (SIVERSKOG, 2014; WITTEN, 2009) demonstraram que existe uma associação entre isolamento social, ser uma pessoa que mora sozinha e propensão

à vulnerabilidade socioeconômica (baixa renda). Este último fator remete à insegurança alimentar e nutricional, diminuição da saúde mental e risco de institucionalização.

Segundo Williams e Freeman (2007, p. 103):

[...] pessoas trans idosas pobres e de classe média provavelmente não encontrarão moradia disponível nas instalações de aposentadoria explicitamente projetadas para as comunidades GLBT por muitos anos (tradução nossa).

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2021), aponta para a necessidade de pensar em políticas de acolhimento e institucionalização para pessoas trans idosas, corroborando com o que aparece como uma demanda recorrente na literatura analisada (WILLIAMS e FREEMAN, 2007; ETTNER, 2013; BOYD, 2019; JAVIER, 2019) e recomenda a “implementação de espaços públicos de abrigamento para pessoas trans idosas, assim como crianças e adolescentes expulsas de casa” (ANTRA, 2021, p. 104). Objetivamente para ampliar a produção de saúde, saúde mental das pessoas trans idosas são necessárias políticas sociais que assegurem direitos desde a infância para que produzam trajetórias de vida saudáveis e uma “velhice bem sucedida” (FABBRE, 2014, p. 144).

Em relação à saúde mental, observamos que os trabalhos estudados concordam em uma perspectiva ampliada de saúde e um deles merece destaque na defesa da despatologização das identidades trans, que veio a ocorrer apenas em 2019, com a retirada da transexualidade do capítulo de transtornos mentais do CID-11. Ansara (2015, p. 14-17), aponta que:

Algumas formas documentadas de cisgenderismo incluem patologização (tratar os gêneros e corpos das pessoas como desordenado) e misgenderismo (desconsiderando a própria compreensão e classificações de seus gêneros e corpos) [...] Podemos desafiar formas de cisgenderismo, tais como patologizar, confundir, marginalizar, coagir e objetivar a linguagem biológica (tradução nossa).

Ademais, destacamos a relação saúde-doença nos processos de adoecimento e sofrimento psíquico, como prevalência epidemiológica de depressão, ansiedade, tristezas, violência autoprovocada e suicídios decorrentes da exposição às violências e da impossibilidade de gozar uma vida plena (BOUMAN *et al.*, 2016; BROWN e JONES, 2016; PAGE *et al.*, 2016; WHITE HUGHTO e REISNER, 2016; HOY-ELLIS e FREDRIKSEN-GOLDSSEN, 2017; HOY-ELLIS *et al.*, 2017).

White Hughto e Reisner (2016, p.7, tradução nossa) registram que “a discriminação relacionada ao gênero e um maior número de experiências diárias de discriminação foram associadas ao aumento das probabilidades de sofrimento depressivo”. Conforme descrito por Page *et al.* (2016), embora o adoecimento mental seja comum em todos os grupos populacionais, as taxas são significativamente mais elevadas na população trans. E apesar de haver uma tendência de diminuição do risco de suicídio com o passar da idade, a incidência ainda é maior entre as pessoas trans idosa do que a população idosa em geral. Neste mesmo estudo (PAGE *et al.*, 2016), está relatado que homens trans (46%) estão sob maior risco às violências e da impossibilidade de gozar uma vida plena, seguidos de mulheres trans (42%) e homens cis (21%).

Sobre produção de subjetividade e autopercepção de saúde e bem-estar, cinco (n=5) textos vão trabalhar a ideia de resiliência como uma capacidade de resistir apesar de tudo, superar adversidades, recuperar e/ou se adaptar aos infortúnios (WITTEN, 2004, 2014; FREDRIKSEN-GOLDSSEN *et al.*, 2013; MCFADDEN *et al.*, 2013; ELDER, 2016). Vale destacar a pesquisa realizada por McFadden *et al.* (2013) que identificou as percepções de pessoas trans idosas a respeito da resiliência e observou que é possível vivenciar um processo de envelhecimento bem-sucedido:

A ideia do "paradoxo do bem-estar" tem sido uma observação padrão em gerontologia por várias décadas (por exemplo, Mroczek e Kolarz 1998). Apesar de ter sido submetida a várias aflições que para os adultos mais jovens são extremamente negativas, **as pessoas mais velhas em geral se sentem satisfeitas com suas vidas e resilientes diante dos desafios contínuos.** Nossas pesquisas perguntaram sobre como uma porcentagem tão alta de pessoas que são objeto de estigma, fobia e às vezes os crimes de ódio, também podem afirmar que eles estão envelhecendo com sucesso [...] **Em outras palavras, viver na interseção de várias identidades resultaram em força e resiliência** (McFADDEN *et al.* 2013, p. 248-250, tradução nossa, grifo nosso).

Fredriksen-Goldsen *et al.* (2013, p. 498, tradução nossa) complementam indicando que o apoio e “suporte social podem ser fatores de resistência contra os efeitos deletérios da violência e estão associados a resultados de saúde positivos entre as minorias sexuais”. Enfatizam, ainda, a importância de estabelecer relações saudáveis, com rede de apoio, com sensação de pertencimento a uma comunidade e com reciprocidade. Neste sentido, Fredriksen-Goldsen *et al.* (2013) afirmam que é primordial romper com a ideia da pessoa idosa estar isolada, destituída do convívio com o mundo externo, sem afetos, sem desejos ou práticas sexuais.

Aliás, o campo da sexualidade é bastante explorado nos textos do *corpus*, desconstruindo a ideia da pessoa trans idosa assexuada e reforçando que é saudável viver com plenitude a dimensão sexual da vida, mesmo na velhice. As relações afetivo-sexuais e as identidades e orientações sexuais das pessoas trans idosas são abordadas em dez (n=10) publicações, por Cook-Daniels e Munson (2010), Witten e Eyler (2011), Porter *et al.* (2013), Fabbre (2014), Henning (2016), Walker *et al.* (2016), Witten (2016), Hoy-Ellis e Fredriksen-Goldsen (2017), Baril e Silverman (2019) e Javier (2019):

O envelhecimento de pacientes trans vai apresentar as mesmas necessidades que a população em geral. Sexo e sexualidade estão intimamente ligados ao papel social, auto-estima, prazer, humor e outros componentes que afetam a qualidade de vida (JAVIER, 2019, p. 104, tradução nossa).

Em relação à saúde sexual e reprodutiva, observamos que dois (n=2) trabalhos tratam de especificidades que vão além das orientações sexuais (WITTEN, 2016; JAVIER, 2019). Witten (2016) cita que com o passar dos anos as pessoas idosas tem maior probabilidade de desenvolver problemas de saúde e que a conciliação das alterações hormonais com possíveis limitações físicas podem afetar a vida sexual. Javier (2019) traz para o debate que a abordagem de profissionais de saúde a respeito da percepção das alterações corporais é um ponto importante na promoção da saúde e bem-estar das pessoas trans idosas:

Quando as doenças de pacientes avançam, a saúde sexual é uma dimensão que deve ser considerada na prestação de cuidados paliativos e de fim de vida de alta qualidade, desde que isto continue a ser importante para pacientes e para as pessoas com quem se relacionam (JAVIER, 2019, p. 105).

Na realidade brasileira, precisamos avançar na discussão da saúde sexual e reprodutiva da pessoa idosa, de um modo geral. Por exemplo, a principal legislação brasileira de proteção às pessoas idosas, Lei Nº 10.741/2003, também conhecida como Estatuto da Pessoa Idosa não trata de nada relativo à diversidade de gênero ou orientação sexual (BRASIL, 2003). No entanto, a nova versão da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa⁴⁵ conta com uma página referente à sexualidade, mas nada que possa ser direcionado às pessoas trans, além do uso do nome social.

Ainda sobre a realidade brasileira, pontuamos que o que consta em nossa literatura, conforme discutido por Sousa (2014), diz respeito à IST/HIV/AIDS/HV aparece como objeto

⁴⁵ https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_pessoa_idosa_5ed.pdf

ou eixo central, difere da realidade de outros países retratados nas publicações localizadas em nossa pesquisa, onde apenas um texto (n=1) traz a discussão sobre o HIV como tema central, iniciando a discussão desde a introdução e palavras-chaves (FINKENAUER, *et al.*, 2012) e pontua como problemática “a falta de educação adequada sobre HIV/AIDS, prevenção e estratégias de tratamento para idosos trans e não-conformes de gênero adultos” (FINKENAUER, *et al.*, 2012, p. 312, tradução nossa).

É uma crença comum, embora equivocada, de que os adultos mais velhos não são sexualmente ativos (e que se forem, é com uma orientação estritamente heterossexual), que não se envolvem em comportamentos de risco, e que não são vulneráveis para HIV/AIDS [...]. O fato sombrio da questão é que os adultos mais velhos, incluindo os adultos mais velhos trans e gênero-não-conformes, constituem um dos grupos que mais rapidamente crescem de novas infecções pelo HIV na América do Norte (*Idem*, 2012, p. 319, tradução nossa).

Este é mais um ponto que não pode ser comparado à realidade brasileira, justamente pela falta de dados a respeito da população trans, sobretudo, idosa. Neste sentido, não sabemos qual a incidência de HIV/AIDS em pessoas trans idosas, como também não há políticas específicas de prevenção e de tratamento ou cuidados adequados para pessoas trans infectadas.

Seguindo nesta linha, em divergência com a produção sobre o contexto brasileiro, notamos que os trabalhos fogem do pressuposto que relaciona quase que automaticamente pessoas trans e trabalho sexual, conforme discutido por Siqueira (2004), Benedetti (2005), Kulick (2008), Antunes (2010), Nogueira (2013), Sousa (2014), Batista, 2017, Silva Jr (2020), York *et al.* (2020). Apenas três trabalhos (n=3) citam brevemente o trabalho sexual e em nenhum deles essa discussão é apresentada como tema central ou abordada de maneira significativa (BROWN e JONES, 2016; FINKENAUER *et al.*, 2012, TOZE, 2018).

Para além das disparidades entre a literatura brasileira e a literatura estrangeira, e o modo como foi possível identificar as abordagens em relação à saúde e envelhecimento das pessoas trans, cabe destacar as muitas possibilidades de contribuições por parte das várias profissões e das áreas do conhecimento, sobretudo no apoio e suporte social como estratégias de criação de espaços de pertencimento, convivência e fortalecimento de vínculos, promoção do acesso e permanência, direito à informação, promoção da autonomia e melhoria da autopercepção de bem-estar e qualidade de vida.

Dentre as profissões, nos atemos a pensar como o conhecimento produzido se relaciona com o Serviço Social e as contribuições que o mesmo pode contribuir neste debate.

6.3. Serviço Social: aproximações para um debate necessário

Observamos que em todos os trabalhos estudados, o Serviço Social se localiza como área afim que se relaciona de maneira transversal com várias temáticas abordadas, seja no campo dos estudos de gênero ou até mesmo nas políticas de saúde e seguridade social para as pessoas trans idosas.

As publicações são oriundas de ao menos nove revistas (n=9) que tem o Serviço Social como grande área, algumas muito específicas cujo escopo abrange diretamente Serviço Social e LGBT e ainda Serviço Social e Envelhecimento, com destaque para: *Journal of Gay & Lesbian Social Services* (n=3), *Journal of Gerontological Social Work* (n=3); *Journal of Aging & Social Policy* (n=1); *Journal of Social Work in End-Of-Life & Palliative Care* (n=1); *Journal of Human Behavior in the Social Environment* (n=1).

Nem todos os trabalhos constavam dados sobre a formação de todas as pessoas autoras, sendo possível identificar apenas Sabine Finkenauer (FINKENAUER *et al.*, 2012) como assistente social, vinculada à Universidade de Toronto, no Canadá.

Nesse sentido, foram observados dez textos (n=10) cuja autoria principal está vinculada à Departamentos e Escolas de Serviço Social (HAIR *et al.*, 2019; BAKKO e KATTARI, 2019; RILEY, 2019; HOY-ELLIS e FREEMAN, 2017; HOY-ELLIS *et al.*, 2017; FABBRE, 2017; FABBRE, 2014a; FABBRE, 2014b; FREDERICK-GOLDSSEN *et al.*, 2013; WILLIAMS e FREEMAN, 2007).

Especificamente, há apenas um texto que inaugura logo no título pontos de intersecção como o Serviço Social, intitulado "Eles simplesmente não fazem a menor ideia": Envelhecimento Trans e Implicações para o Trabalho Social (SIVERSKOG, 2014, tradução nossa). No entanto, o Serviço Social vai aparecer em todos os trabalhos ao realizar uma interlocução com o envelhecimento e/ou pessoas trans, sempre com expressões empregadas no mesmo sentido, sem necessariamente fazer distinção dos significados, como: *social work*, *social worker*, *social service*, *social care*, *social policy*, *social assistance*.

Há uma variação linguística que envolve tanto a tradução quanto contextualização de outros idiomas e outras realidades. Nos países de contexto anglófonos, o Serviço Social tem como diretriz a definição britânica, na qual é tido especialmente como uma profissão que consiste em “trabalho remunerado que envolve dar ajuda e aconselhamento às pessoas que

vivem em comunidade e que têm problemas financeiros ou familiares” (BASW, 2018, n.p., tradução nossa). Desse modo, entende-se por assistentes sociais profissionais que “desenvolvem e aplicam conhecimentos da prática e pesquisa do serviço social, ciências sociais, direito e outros campos profissionais relevantes” (*Ibidem*)⁴⁶.

Neste sentido, a Federação Internacional de Assistentes Sociais (IFSW, em inglês, *International Federation of Social Workers*) define Serviço Social como:

[...] uma profissão baseada na prática e uma disciplina acadêmica que promove a mudança e o desenvolvimento social, a coesão social e o empoderamento e a libertação das pessoas. Princípios de justiça social, direitos humanos, responsabilidade coletiva e respeito às diversidades são centrais para o trabalho social. Apoiado em teorias de serviço social, ciências sociais, humanidades e conhecimentos indígenas, o serviço social envolve pessoas e estruturas para enfrentar os desafios da vida e melhorar o bem-estar. A definição acima pode ser ampliada em nível nacional e/ou regional. (IFSW, 2014, n.p)⁴⁷.

E assim como a IFSW, a Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (IAASW, em inglês, *International Association of Schools of Social Work*)⁴⁸, compreende o Serviço Social a partir de uma definição generalista, que coloca os profissionais como “agentes da mudança” em perspectivas individuais e coletivas na sociedade (CFESS, 2011).

Em contrapartida, no Brasil, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) aponta para as dificuldades em construir uma definição mundial que contemple as particularidades de cada país e pontua que:

Desde a década de 1970, o Serviço Social brasileiro (e latino-americano) rompeu com a ideia do assistente social como agente de mudança, porque o agente de mudança é o próprio cidadão-usuário do trabalho social. **Por outro lado, a resolução de problemas e conflitos, visada pelo trabalhador social, circunscreve-se para além das "relações humanas" tal como formuladas na década de 1960, abrangendo a totalidade das relações sociais, econômicas, étnicas, de gênero, de orientação sexual, entre outras** (CFESS, 2011, p. 738, grifo nosso).

⁴⁶ British Association of Social Workers. Disponível em <<https://www.basw.co.uk/professional-development/professional-capabilities-framework-pcf/the-pcf/social-worker/knowledge>> Acessado em 23/06/2022.

⁴⁷ International Federation of Social Workers. Disponível em <<https://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work/>> Acessado em 23/06/2022.

⁴⁸ International Association of Schools of Social Work. Disponível em <<https://www.iassw-aiets.org/>> Acessado em 23/06/2022.

Portanto, cabe observar particularidades do Serviço Social Brasileiro e Latinoamericano tanto relacionadas à produção acadêmica quanto à prática profissional. Conforme Diniz (2019), há certa importância na internacionalização do Serviço Social Brasileiro, sem perder de vista a contextualização e o compromisso político com outra ordem societária, “ainda que postas as possibilidades e limites dessas relações estabelecidas no campo institucional” (DINIZ, 2019, p. 328).

A partir dos artigos analisados na pesquisa, podemos afirmar que, particularmente, nos Estados Unidos e países anglófonos o Serviço Social está mais inclinado a investigar e discutir o envelhecimento das pessoas trans do que no contexto Brasileiro e lusófono. Verificamos que isso se expressa de maneira direta e/ou indireta, de modo literal e/ou alusivo, salvo as variações linguísticas e leituras teórico-políticas em três dimensões importantes.

A primeira dimensão está relacionada aos serviços sociais, que representam o acesso e prestação de serviços socioassistenciais, podendo, inclusive, referir-se aos equipamentos sociais nem sempre tipificados nas políticas sociais de cada um dos países. Como exemplo, podemos citar as Instituições de Longa Permanência para pessoas Idosas – ILPI, mencionadas por Williams e Freeman (2007) nos Estados Unidos.

Na segunda, os serviços sociais são tidos como “departamentos ou programas governamentais que lidam com pessoas com problemas sociais”⁴⁹. Conforme Siverskog (2014, p. 402, tradução nossa): “os serviços sociais são cada vez mais privatizados pelos governos ocidentais, descarregando assim responsabilidades de apoio público às comunidades e famílias locais”. O acesso e/ou a prestação de serviços sociais não estão descolados do campo de atuação profissional em Serviço Social, muito embora, este configure como área multidisciplinar e campo de atuação de outras profissões.

A terceira e última dimensão obtida com a análise dos dados diz respeito ao exercício profissional de Assistentes Sociais e à importância de qualificar sua formação e prática, pautando-se pela integralidade e universalidade no acesso aos direitos sociais. No que se refere à saúde das pessoas trans, o Conselho Federal de Serviço Social estabelece que:

Art. 4º A atuação da(o) assistente social deve se pautar pela integralidade da atenção à saúde e considerar as diversas necessidades das(os) usuárias(os) e o atendimento a

⁴⁹ Cambridge Dictionary. Disponível em <<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english-portuguese/social-services>> Acessado em 21/07/2022.

seus direitos tendo em vista que esse acompanhamento não deve ser focalizado nos procedimentos hormonais ou cirúrgicos (CFESS, 2018).

Nota-se que a prática não se resume à compreensão de medidas técnica-operativas e, igualmente, não está descolada das dimensões teórico-metodológica e ético-política da profissão. Ademais, cabe lembrar das armadilhas instauradas pelo pensamento hegemônico, que mantém a lógica da precarização do trabalho, do sucateamento dos serviços públicos e da fragmentação das demandas:

Qualquer análise descolada da realidade macrosocial ignora os emaranhados contraditórios que sustentam as relações desiguais de gênero e reproduz ações esvaziadas de conteúdo teórico-metodológico e ético-político (PEREIRA, 2021, p. 545).

Neste ponto, a autora destaca a importância em se reconhecer a violência transfóbica como uma das expressões da questão social e aponta que isso nos permite imergir “nos desdobramentos da relação capital e trabalho. Esse reconhecimento é fundamental para compreender a origem dos desafios, estruturais e situacionais, com os quais se depara o/a assistente social nos espaços ocupacionais” (PEREIRA, 2021, p.541).

Assim, a terceira dimensão colocada, diz respeito à necessidade de desenvolver a capacidade dialógica entre teoria e prática. O exercício de debater ação prático-operativa na produção de propriedade intelectual. No entanto, não há sobreposição ou hierarquia colocada, conforme Mota (2013, p. 19):

[...] enquanto a produção teórico-intelectiva pode não materializar respostas imediatas às demandas da prática profissional, o exercício profissional, também ele referenciado por aquela produção, mobiliza outras mediações e instrumentalizações que são inerentes ao mundo do cotidiano, das ações institucionais e das condições objetivas sob as quais se dá a efetivação de políticas e projetos sociais.

Neste sentido e, considerando os artigos da pesquisa, destacamos a importância de questionar o “cistema”⁵⁰ sexo-gênero enquanto compromisso profissional, levando em conta os marcos históricos e marcadores sociais da diferença, bem como, os instrumentos e técnicas para

⁵⁰ Este é um trocadilho com as palavras cisgêneros e sistema, comumente usado para designar o sistema que orienta as relações sociais e beneficia pessoas cis, em detrimento de pessoas trans.

o fortalecimento da profissão e da população atendida. Reafirmaremos, com isso, os direitos sociais das pessoas trans, particularmente da população trans envelhecida.

É nesse lugar que o Serviço Social deve estar, numa perspectiva de totalidade, que compreenda as pessoas trans em todas as fases da vida e reconheça as demandas passíveis de intervenção, mas também discuta sobre a prática profissional.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo, foi possível perceber a fragilidade ou até mesmo a ausência de condições de intervir com políticas de proteção social para a preservação da vida das pessoas trans até o momento. Com a baixa expectativa de vida de pessoas trans brasileiras, estimada em 35 anos de idade, a probabilidade de alcançar a velhice está posta como um sintoma mórbido e esta problematização tem sido pouco explorada pela literatura acadêmica tanto em nosso país, quanto nos países lusófonos.

Embora o envelhecimento e suas projeções vetoriais sejam uma realidade, e haja vasta literatura nacional e internacional sobre o tema, constatamos que há dificuldades tanto em entender a velhice como heterogênea, quanto em abarcar as especificidades de pessoas gênero-diversas na realidade brasileira. Sem dúvidas, este é um estudo que não se esgota em si mesmo. Assim, apontamos a necessidade de estudos complementares que abordem, por exemplo, as identidades cis para romper com a lógica da estrutura transfóbica e pensar em estratégias de enfrentamento às múltiplas violências, que apresentam a possibilidade de risco iminente de morte de pessoas trans jovens.

Além disso, apontamos a urgência de dados censitários da população trans para subsidiar o planejamento de políticas públicas inclusivas que respeitem suas especificidades e assegure o exercício da cidadania, sendo este um campo fértil para o Serviço Social como profissão e área do conhecimento que tem na natureza de sua atuação as expressões da questão social. A falta de informações reproduz e perpetua as desigualdades.

Por fim, citamos a necropolítica como base conceitual que fundamenta a análise dos desdobramentos das relações sociais produtoras de desigualdade e desumanidade das pessoas trans brasileiras, num cenário onde o direito ao envelhecimento é constantemente negado.

Investir em programas de educação voltados às práticas antidiscriminatórias é fundamental para mudar a realidade das gerações futuras. Assim como, fomentar a qualificação profissional em temas transversais como gênero e diversidade e, abrir espaços para escuta dos movimentos sociais na construção coletiva de propostas de políticas públicas e na consolidação de legislações que abarquem as especificidades.

Observar a realidade de um modo mais amplo e pesquisar o que tem sido feito além das nossas fronteiras é apenas um começo. Nossa pesquisa revelou que há perspectivas

diferentes nos países do norte global, com produções que tem ganhado cada vez mais robustez ao trabalhar o envelhecimento da população trans.

Um passo importante é nomear, admitir que existe uma série de expressões resultantes das relações estruturadas pelo sistema em que vivemos que autoriza e perpetua a violência transfóbica. Aquilo que não se nomeia, não existe, e como diria como diria Jota Mombaça: “aquilo que não se nomeia está sob o privilégio de não ser questionado”.⁵¹

⁵¹ Disponível em <<https://www.ufrgs.br/arteversa/jota-mombaca-nao-vaio-nos-matar-agora/>> Acessado em 30/07/2021.

REFERÊNCIAS

ADEH. Associação em Defesa dos Direitos Humanos Com Enfoque na Sexualidade. **Estatuto da Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade**. Florianópolis: Documento Institucional, 2014.

ADO-26/DF. **Ação Direta de Constitucionalidade por Omissão nº 26/ Distrito Federal**. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/tesesADO26.pdf>> Acessado em 11/06/2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. **Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?**. Rev. direito GV, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 303-333, Aug. 2018.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. 2012. 279f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012. Disponível em <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>> Acessado em 29/01/2020.

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Disponível em <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relate3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>> Acessado em 29/01/2020.

_____. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). Brasília: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2019. Disponível em <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>> Acessado em 29/01/2020.

_____. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019** / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>> Acessado em 26/05/2020.

_____. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis envelhecem?** Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12364/1/Pedro%20Paulo%20Sammarco%20Antunes.pdf>> Acessado em 12/04/2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Fabiano Eloy. **As “barreiras” em envelhecer e ser uma travesti**”. Revista Falange Miúda, v. 2, n. 2, p. 99 - 112, 20 dez. 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo: fatos e mitos**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

_____. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980a.

_____. **A velhice**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENEVIDES, Bruna. **Brasil lidera consumo de pornografia trans no mundo (e de assassinatos)**. Revista Híbrida, edição virtual. 2020. Disponível em <<https://revistahibrida.com.br/2020/05/11/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>> Acessado em 15/02/2022.

BENTO, Berenice. **O que é Transexualidade**. São Paulo: Ed. Brasiliense; 2008. 181 p.

_____. **A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade**. Versão do capítulo Corpo e Subjetividade. Publicado no livro A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Bagoas. n. 04. 2009. p. 95-112.

_____. **Na escola se aprende que a diferença faz diferença**. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2): 548-559, maio-agosto/2011.

_____; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 569-581, maio-agosto/2012.

_____. **Brasil: país do transfeminicídio**. Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. Rio de Janeiro, 2014.

_____. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos** / Berenice Bento. - Salvador: EDUFBA, 2017. 329 p.

BRASIL. **Lei Nº. 8080, de 19 set. 1990**. Institui o Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 1990.

_____. **Lei Nº. 8.069, de 13 jul. 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1990a.

_____. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 1996

_____. **Guia de Prevenção das DST/Aids e Cidadania para Homossexuais**. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. s.l; s.ed; 2002. 1v p. Português | Coleção SUS (Brasil) | ID: biblio-920753.

_____. **Lei N° 10.741, de 1° out. 2003.** Dispõe sobre Estatuto do Idoso. Brasília: Senado Federal, 2003.

_____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS.** 4.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

_____. Ministério da Saúde. **Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde.** Portaria N° 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília: Gabinete do Ministro, 2009.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica.** Série E. Legislação em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2013a.

_____. **Portaria N° 2.803, de 19 nov. 2013.** Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2013b.

_____. **Diretrizes para o cuidado das pessoas idosas no SUS: Propostas de modelo de atenção integral.** XXX Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. Brasil: Ministério da Saúde, 2014.

_____. **Resolução CNE/CP n° 1, de 19 de janeiro de 2018** - Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Brasília, Conselho Nacional de Educação: 2018a.

_____. **Provimento N. 73, de 28 de junho de 2018.** Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Conselho Nacional de Justiça, Brasília: 2018b.

_____. **Resolução N° 2.265, de 20 de setembro de 2019.** Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM n° 1.955/2010. Brasília: CFM, 2019.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de (Orgs.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020.** [internet]: Fórum brasileiro de segurança Pública, 2020. Disponível em <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>> Acessado em 20/06/2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero – feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Undiagnosing Gender.** In: Undoing Gender. New York: Routledge, 2004, p. 74-101.

_____. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Corpos que importam. Os limites discursivos do “sexo”.** Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. 1ª edição. São Paulo: n-1edições.org e Crocodilo, 2019.

CAIRES, Luiza. **Nos países desenvolvidos, o dinheiro que financia a ciência na universidade é público.** Jornal da USP, 2021. Disponível em <<https://jornal.usp.br/ciencias/nos-paises-desenvolvidos-o-dinheiro-que-financia-a-ciencia-e-publico/>> Acessado em 01/07/2021.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. **Orientações para a inclusão linguística de pessoas trans.** Universidade Federal de Santa Catarina/ Universidade de Birmingham. Berlim, Santa Catarina, São Paulo: Babel & TransEmpregos, 2020.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. **Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade.** Texto & Contexto - Enfermagem, 2018; 27(2):e3770017.

CFESS. **Lei 8.662 de 07 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução 383, de 29 de março de 1999.** Caracteriza o assistente social como profissional de saúde. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1999.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **A definição de trabalho social da FITS: Por que revisar?** The IFSW social work definition: Why should it be reviewed? Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 108, p. 733-747, out./dez. 2011.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução 845, de 26 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2018.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP Nº 001/99 de 22 de março de 1999.** "Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual". Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1999.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment.** Nova York: Routledge, 2000.

CNS. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 218, de 6 de março de 1997.** Regulamentação das profissões de saúde. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 1997.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color.** Source: Stanford Law Review, Vol. 43, No. 6 (Jul., 1991), pp. 1241-1299.

DEBERT, Guita; BRIGEIRO, Mauro. **Fronteiras de gênero e a sexualidade na velhice**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 27, nº 80, outubro/2012.

DeCS. **Descritores em Ciências da Saúde: DeCS** [Internet]. ed. 2017. São Paulo (SP): BIREME / OPAS / OMS. 2017 [atualizado 2017 Mai; citado 2017 Jun 13]. Disponível em: <<http://decs.bvsalud.org>> Acessado em 11/04/2020.

DÍAZ, G. **Sexualidades. Concepções de psicólogos/as de Unidades Básicas de Saúde de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado. PPG em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godói. **O Serviço Social brasileiro no cenário mundial: o desafio da interlocução com as organizações internacionais**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.19, n.2, p. 325-341, ago. / dez. 2019.

DUQUE, Tiago. **Gêneros Incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher**. Campo Grande: Editora UFMS, 2017.

ESTRELA GUIA. Associação em Prol da Cidadania e dos Direitos Sexuais. **Estatuto da Associação em Prol da Cidadania e dos Direitos Sexuais**. Florianópolis: Documento Institucional, 2016.

FEDER, Sam. **Disclosure: Trans Lives on Screen**. Documentário. Direção: Sam Feder. Produção: Sam Feder; Amy Scholder. EUA; NETFLIX: 2020.

FERNANDES, Nati Castro. **Afeto e solidão trans para além da pandemia**. 2020. Disponível em <<https://www.brasildefatores.com.br/2020/06/25/artigo-afeto-e-solidao-trans-para-alem-da-pandemia>>. Acessado em 15/02/2022.

FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. **Saberes localizados e a “escrita de si” de sujeitos trans em plataformas digitais**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FRANCO, Paki Venegas; CERVERA, Júlia Pérez. **Manual para o uso não sexista da linguagem: O que bem se diz... bem se entende**. Brasília: PROTECA/UNIFEM, 2014.

Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>> Acessado em 21/07/2020.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. **O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault**. Rev. Subj., Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, dez. 2016.

GLAAD. Gay & Lesbian Alliance Against Defamation. **GLAAD Media Reference Guide**. 10th edition. USA: GLAAD, 2016. Disponível em <<https://www.glaad.org/sites/default/files/GLAAD-Media-Reference-Guide-Tenth-Edition.pdf>> Acessado em 29/07/2020.

GREEN, James Naylor. **Investigation into Discrimination against Transgendered People**. San Francisco: Human Rights Commission of San Francisco, 1994.

_____. (Orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed, São Paulo: Alameda, 2018.

GOFFMAN, Erving. **Stigma notes on the management of spoiled identity**. New Jersey: Prentice-Hall; 1963.

GONZALEZ, Lélia. **“Racismo e sexismo na cultura brasileira”**. In: SILVA, L. A. *et al.* Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Notícias > Tábulas Completas de Mortalidade > Expectativa **de vida dos brasileiros aumenta para 76,3 anos em 2018**. Editoria: Estatísticas Sociais | Cristiane Crelier | Arte: Brisa Gil. IBGE, 2019. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26103-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-para-76-3-anos-em-2018>> Acessado em 06/04/2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência 2019**. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf> Acessado em 21/07/2021.

_____. **Atlas da violência 2020**. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf> Acessado em 21/07/2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **O protesto na festa: política e carnavalização nas paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)**. 2011. 194 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

_____. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos.** Brasília: Autor, 2012. Disponível em <https://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta_es_popula_o_trans> Acessado em 06/04/2020.

_____. **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros para formadores de opinião.** Brasília, Fundação Biblioteca Nacional, 2012a. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTAÇÕES_POPULAÇÃO_TRANS.pdf?1334065989> Acessado em 26/07/2020.

_____. **Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária.** In: VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Anais. Salvador: Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, 2012b.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories: episodes of everyday racism.** Berlim: Unrast, 2008.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil.** Tradução de Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LANZ, Letícia. **É esse desafio que faz a vida digna de ser vivida.** Blog Arquivo Transgênero > Poemas da Letícia. 21 ago 2016. Disponível em <<http://leticialanz.blogspot.com/2016/08/e-esse-desafio-que-faz-vida-digna-de.html>> Acessado em 12/04/2020.

_____. **O Corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

LIONÇO; Tatiana. **Que Direito à Saúde para a População GLBT? Considerando Direitos Humanos, Sexuais e Reprodutivos em Busca da Integralidade e da Equidade.** Saúde Soc. São Paulo, v.17, n.2, p.11-21, 2008.

_____. *et al.* **Transexualidade e saúde pública no Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, 14(4):1141-1149, 2000.

LORDE, Audre. **Sister Outsider: Essays and Speeches.** Berkeley: The Crossing Press, 2007.

MACHADO, Ícaro. **Criança Viada.** Ucrânia: Viseu, 2021.

MAFFÍA, Diana. **Contrato Moral, Género y Ciencia.** In: IX Congreso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología y Género. Sevilla: OEI, 2012. Disponível em: <<http://www.oei.es/congresoctg/memoria/pdf/DianaMaffia2.pdf>> Acessado em 03/03/2020.

MANICA, Daniela; FLEISCHER, Soraya. **Pessoas cis podem fazer pesquisa com pessoas trans?** Podcast. Mundaréu, episódio 3, 1ª temporada. Campinas, UNICAMP: 11 de fevereiro de 2020. Disponível em <<https://mundareu.labjor.unicamp.br/3-pessoas-cis-podem-fazer-pesquisa-com-pessoas-trans/>> Acessado em 24/03/2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5.ed., São Paulo: Atlas, 2003.

MARTENDAL, Laura. **Experiência(S) Profissionais(S)? Relatos de mulheres transexuais.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Graduação Serviço Social UFSC. <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/156667/TCC-%20Laura%20Martendal.pdf?sequence=1>> Acessado em 11/04/2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolitics.** Translated by Steven Corcoran. Other titles: Politiques de l'inimitié. Durham: Duke University Press, 2019.

MeSH. **Medical Subject Headings.** [Internet] National Center for Biotechnology Information, U.S. National Library of Medicine. Disponível em <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh/>> Acessado em 11/04/2020.

MINAYO, Maria Cecília. **Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social.** In: DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento.** 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento.** Revista Katálysis, Florianópolis, p. 17-38, june 2013. ISSN 1982-0259.

MURIEL-TORRADO, Enrique; BASTOS, Elisani de Almeida. **Acesso Aberto e Licenças Creative Commons: todas as licenças são OA (Open Access)?** In: 8ª CONFOA - Conferência Luso-Brasileira de Ciência Aberta, 2017.

NASCIMENTO, F.K.; REIS, R.A.; SAADEH, A.; DEMÉTRIO, F.; RODRIGUES, I.L.A.; GALERA, S.A.F.; SANTOS, C.B. **Brazilian transgender children and adolescents: Attributes associated with quality of life.** Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2020; 28:e3351.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo.** São Paulo: Jandaíra, 2021.

NCTE. National Center for Transgender Equality (Orgs.). **The Report of the 2015 U.S. Transgender Survey.** JAMES, S. E., HERMAN, J. L., RANKIN, S., KEISLING, M., MOTTET, L., & ANAFI, M. Washington, DC: 2016.

NERY, João W. **Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois.** São Paulo: Leya, 2011.

_____. **Velhice Transviada: memórias e reflexões.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

NOBRE, Julio Cesar de Almeida *et al.* **O envelhecimento na atualidade: uma Controvertida produção coletiva.** Cadernos UniFOA, Volta Redonda, n. 33, p. 69-86, abr. 2017.

NOGUEIRA, Francisco Jander de Sousa. **Mariconas: itinerários da velhice travesti, (des)montagens e (in)visibilidades.** 2013. 232 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

NUNES, Thamirys Nardini. **Minha Criança Trans?: relato de uma mãe ao descobrir que o amor não tem gênero.** 1ª edição. Curitiba: Camila Cassin Jordão, 2020.

OIT; OPS; OMS. Organización Internacional de Trabajo; Organización Panamericana de la Salud. Organización Mundial de Salud. **Panorama de la exclusión de la protección social en salud en América Latina y el Caribe.** Reunión tripartita de la OIT con la colaboración de la OPS. Extensión de la protección social en salud a los grupos excluidos en América Latina y el Caribe. Washington D.C.: OIT, OPS/OMS, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **Vulnerabilidade Social e Carência de Direitos.** Cadernos ABONG I 1995; 9-19.

OLIVEIRA, Lorena Lopes de; NASCIMENTO, Oliveira Márcio Alessandro Neman do. **Bricolagem parental: análise cartográfica filmica de filiação na configuração familiar apresentada em Patrick.** In: Irineu et al. Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes. Editora Devires. Salvador-BA. 1ª edição, 2020.

OMS, Organização Mundial de Saúde. **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) - 1946.** Nova Iorque: 22 jul 1946. Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>> Acessado em 08/07/2020.

_____. World Health Organization. **Quality of Life assessment instrument (the WHOQOL).** [Internet]. In: Orley J, Kuyken. Quality of life assessment: international perspectives. Heidelberg: Springer; 1994. Disponível em <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-642-79123-9_4.pdf> Acessado em 21/07/2021.

ONU. Organização das Nações Unidas / United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). **World Population Prospects 2019: Highlights (ST/ESA/SER.A/423).** Disponível em <https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf> Acessado em 20/04/2020.

OPS; Organización Panamericana de la Salud. **Guía metodológica para la caracterización de la exclusión en salud.** Washington D.C.: OPS/OMS, 2001.

_____. **Exclusión en salud en países de América Latina y el Caribe.** Serie N° 1. Extensión de la Protección Social en Salud. Washington D.C.: OPS/OMS, Agencia Sueca para el Desarrollo Internacional (ASDI), 2003.

PACHECO, Dennis. **De olhos bem fechados: racismo e discriminação no Brasil.** In: BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de (Orgs.). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. [internet]: Fórum brasileiro de segurança Pública, 2020. Disponível em <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>> Acessado em 20/06/2021.

PAIVA, Cristian. **Corpos/Seres que não importam? Sobre homossexuais velhos.** Revista Bagoas, Natal, n.04, p. 191-208, 2009.

PEDROSO, Raquel Turci; VIEIRA, Maria Edna Moura. **Humanização das práticas de saúde: transversalizar em defesa da vida**. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 13, supl. 1, p. 695-700, 2009.

PELLIZZON, Rosely de Fátima; POBLACIÓN, Dinah Aguiar; GOLDENBERG, Saul. Pesquisa na área da saúde: seleção das principais fontes para acesso à literatura científica. Acta Cir Bras [serial online] 2003 Nov-Dez;18(6). Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/acb/v18n6/a02v18n6.pdf>> Acessado em 13/02/2020.

PEREIRA, Bárbara Cristina Silva. **O trabalho do/a assistente social no atendimento à população transgênero e travesti**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 142, p. 529-548, set./dez. 2021.

PONTES, Júlia Clara de; SILVA, Cristiane Gonçalves da; NAKAMURA, Eunice. **“Crianças” e “Adolescentes” trans. A construção de categorias entre profissionais de saúde**. Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latino Americana ISSN 1984-6487 / n. 35 - ago. / ago. / aug. 2020 - pp.112-132.

PRECIADO, Paul B. **“Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino”**. Trad. de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. eRevista Performatus, Inhumas, ano 7, n. 20, abr. 2019.

_____. **Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia**. Tradução de Eliana Aguiar; prefácio Virginie Despentes. — 1a ed. — Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RODOVALHO, Amora Moira. **O cis pelo trans**. Seção Temática. Rev. Estud. Fem. 25 (1). Jan-Apr, 2017. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p365>> Acessado em 14/03/2020.

RUSSEL, S.T.; POLLITT, A.M., LI, G.; GROSSMANN, A.H. **Chosen Name Use Is Linked to Reduced Depressive Symptoms, Suicidal Ideation, and Suicidal Behavior Among Transgender Youth**. Journal of Adolescent Health. 2018(63): 503–5.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Rearticulando gênero e classe social**. In: OLIVEIRA, A. BRUSCINI, C. (Org). Uma questão de gênero. rio de Janeiro: Rosa dos Tempos 2004.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços**. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2010.

SCHILT, K., & LAGOS, D. (2017). **The Development of Transgender Studies in Sociology**. Annual Review of Sociology, 43(1), 425–443. doi:10.1146/annurev-soc-060116-053348

SILVA JR, Aureliano Lopes da Silva. VARTABEDIAN, Julieta. **Brazilian ‘Travesti’ Migrations: Gender, Sexualities and Embodiment Experiences**. 1ª ed. Londres: Palgrave Macmillan. 246 p. Resenha. Sex., Salud Soc. (Rio J.) (35). May-Aug 2020.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SIQUEIRA, Mônica Soares. **SOU SENHORA: Um estudo antropológico sobre travestis na velhice.** Dissertação de mestrado. Programa de pós graduação em antropologia social. Florianópolis: UFSC, 2004.

SOARES, Douglas Verbicaro. **TRANSGÊNEROS E FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: Os Caminhos Para a Inclusão Social Dessas Pessoas na Sociedade Brasileira.** Revista de Direitos Humanos e Democracia. Editora Unijuí • ISSN 2317-5389 • Ano 9 • nº 18 • Jul./Dez. 2021.

SOUSA, Priscila de Freitas. **Travessias de gênero e inserção no mundo do trabalho: um estudo sobre as trajetórias profissionais de travestis e transexuais.** Monografia. Faculdade Cearense – FAC. 2014.

TAGLIAMENTO, Grazielle. **(In)visibilidades caleidoscópicas: a perspectiva das mulheres trans sobre o seu acesso à saúde integral.** Tese de Doutorado. PPG em Psicologia Social, Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

TEIXEIRA CARLOS, Karolyna Pessoa *et al.* **Representações Sociais da velhice LGBT: estudo comparativo entre universitários de Direito, Pedagogia e Psicologia.** Psicogente, Barranquilla , v. 21, n. 40, p. 297-320, Dec. 2018 . Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-01372018000200297&lng=en&nrm=iso> Acessado em 28/04/2020.

TGEu. Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring. 2017.** Disponível em <<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2017/>> Acessado em 08/07/2020.

UNAIDS. **OMS anuncia retirada dos transtornos de identidade de gênero de lista de saúde mental.** Edição de 19 jun 2018. Disponível em: <<https://unaid.org.br/2018/06/oms-anuncia-retirada-dos-transtornos-de-identidade-de-genero-de-lista-de-saude-mental/>> Acessado em 08/07/2020.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015.** Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.

WHITTOME, Nadia. **The only way to avoid hysteria about trans rights is to ground the debate in real life experiences.** In: Independent [Internet]. Edição de 23 jul 2020. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/voices/trans-rights-equality-gender-recognition-politics-a9635021.html>> Acessado em 23/07/2020.

YORK, Sara Wagner; BENEVIDES, Bruna; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Manifesto Travesti.** In: Irineu et al. Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes. Editora Devires. Salvador-BA. 1ª edição, 2020.